

LUCÉLIA DA COSTA NOGUEIRA TASHIMA

**A CONSTRUÇÃO DA VISIBILIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR: ESTUDO
DE CASO NA COMUNIDADE NEGRA QUILOMBOLA DE SÃO MIGUEL – MS**



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO E DOUTORADO ACADÊMICOS
CAMPO GRANDE – MS**

2016

LUCÉLIA DA COSTA NOGUEIRA TASHIMA

**A CONSTRUÇÃO DA VISIBILIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR: ESTUDO
DE CASO NA COMUNIDADE NEGRA QUILOMBOLA DE SÃO MIGUEL – MS**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local – mestrado acadêmico da Universidade Católica Dom Bosco, como exigência final para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local, sob a orientação do Professor Dr. Josemar de Campos Maciel.

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO E DOUTORADO ACADÊMICOS
CAMPO GRANDE – MS**

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB, Campo Grande, MS, Brasil)

T197c Tashima, Lucélia da Costa Nogueira

A construção da visibilidade da agricultura familiar: estudo de caso na Comunidade Negra Quilombola de São Miguel – MS / Lucélia da Costa Nogueira Tashima; orientação Josemar Campos Maciel.— 2016.

118 f. + anexos

Dissertação(mestrado em desenvolvimento local) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2016.

1.Agricultura familiar 2. Desenvolvimento rural 3. Comunidade - Desenvolvimento I. Maciel, Josemar Campos II. Título

CDD – 307.14

AGRADECIMENTOS

Seria injusto não esboçar a mais sincera gratidão a algumas pessoas muito queridas, que sem a sua ajuda não seria possível a realização de tudo isso.

Obrigada ao meu amado e lindo esposo Geraldo, amigo e cúmplice que tanto me apoiou no decorrer desse estudo. Meu amor, eu te agradeço por todos os momentos de apoio, de generosidade, de compreensão e amor depositados por meio de confiança e doces palavras a mim. Agradeço também, meu querido, pelo apoio nas viagens programadas e nas não programadas, nos inúmeros telefones que me acalentaram a alma para seguir, mesmo sem entender a trajetória final da caminhada. Aos meus amados filhos, Fernanda e Bruno, meu agradecimento pela compreensão pela minha ausência e pelos ensinamentos diários de perseverança. Amo vocês, família querida!

Obrigada aos meus queridos professores que não foram apenas educadores, mas amigos. Obrigada Padre Pedro pelas lições e pelo olhar humano sobre os estudos do comportamento social. Obrigada professora Cleonice pelos ensinamentos relacionados a agricultura, pois foram a partir deles que o meu interesse sobre esse estudo foi despertado. Arlinda, meu agradecimento pelas várias dicas, pelo entusiasmo no exercício da docência e pelo exemplo como profissional.

Ao meu orientador querido, pessoa humana e de sensibilidade ímpar, meu eterno agradecimento pelos ensinamentos e pelo olhar sobre no que se repousa a pesquisa.

João Alberto Mendonça Silva, obrigada pela companhia em nossas viagens, por aceitar o desafio de desenvolver o trabalho em conjunto, por me ajudar a pensar, por me ouvir e pela paciência em me ensinar.

Obrigada queridas e fiéis amigas: Elaine, Eloir e Maisa. Agradeço a todas pela amizade sincera, pela generosidade no partilhar de ideias, pela paciência em lidar com meu humor e pela compreensão que tanto depositaram em meus projetos.

Não poderia deixar de agradecer a Comunidade São Miguel pelos inúmeros ensinamentos e exemplos de vida, que é possível viver com pouco, que o necessário mesmo na vida é ter fé, gratidão e saber partilhar... E que plantar faz parte da natureza humana, permitindo assim que sejamos pessoas melhores e mais pacientes. Aprendi também com esse grupo que a exclusão maior é se sentir excluído e não fazer parte de um grupo (do seu grupo escolhido), que

o cuidado diário é o ingrediente primordial do amor e que as diferenças sociais são superadas quando enxergamos que podemos sempre aprender com o outro.

Sou grata a todo o aprendizado da minha mãe, que não teve a oportunidade e tempo de convívio, mas que me deixou a lembrança de que seguir em frente nos possibilita a oportunidade de mudança, pessoa gentil e lutadora!

Por fim agradeço a Deus pela oportunidade de estar aqui e de perceber, como profissional, que é possível fazer muito pelos outros com pouco, e que melhor lugar para estar é onde se encontra a nossa família.

TASHIMA, Lucélia da C. N. A Construção da Visibilidade da Agricultura Familiar: estudo de Caso na Comunidade Negra Quilombola de São Miguel - MS. 118 f. 2016. Dissertação. Mestrado em Desenvolvimento Local. Universidade Católica Dom Bosco – UCDB.

RESUMO

Essa dissertação é fruto de um estudo de caso inspirado na etnografia familiar sobre a permanência e subsistência, por meio da memória e manejo desenvolvidos pelo e no contexto da agricultura familiar da Comunidade Negra Quilombola de São Miguel, localizada no município de Maracaju - MS. Foi tomado como categoria de análise o desenvolvimento da comunidade no ano de estudo de 2015 com vistas a identificar quais ações estabelecidas pela gestão municipal eram direcionadas para a zona rural em questão. A pesquisa envolveu diferentes métodos de coleta de dados, tais como entrevistas não estruturadas, observação participante, registros fotográficos, participação nas festividades e como ouvinte em reuniões entre a Comunidade e o Poder Público. Sendo assim, restou evidenciado que as questões que contribuíam para a permanência ou não no território transpunham as ações pontuais promovidas e desenvolvidas pela gestão públicas, direcionadas, exclusivamente, para agricultura familiar. Os resultados da pesquisa apontam que há uma forte organização social entrelaçada pela memória da matriarca Dona Joaquina, tradição particular e desenvolvida pela Comunidade que se perpetua pelas gerações, desejo de visibilidade social e dependência das relações públicas existentes, o que não é visto pelos seus membros como empecilho para buscarem, nos laços estabelecidos pelo território, o crescimento que se dá por meio do trabalho. Logo, a memória, a tradição e a família, constituídas em um território demarcado são os fatores que determinam as relações de pertencimento ao lugar.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Política da Agricultura Familiar. (In)Visibilidade Social.

TASHIMA, Lucélia da C. N. A Construção da Visibilidade da Agricultura Familiar: estudo de Caso na Comunidade Negra Quilombola de São Miguel - MS. 118 f. 2016. Dissertação. Mestrado em Desenvolvimento Local. Universidade Católica Dom Bosco – UCDB.

ABSTRACT

This Academic Master's final project is the result of a "case study" inspired by the ethnography of the stay and subsistence, through memory and management developed by and in the context of the Community of family farming Quilombo de São Miguel, in the municipality Maracaju - MS. It was taken as a category of analysis community development in 2015 aiming to identify what actions established by municipal management were directed to the rural area in question. The research involved different data collection methods such as unstructured interviews, participant observation, photographic records, participation in festivals and as a listener in meetings between the Community and the Government. Thus, it was evident that the issues that contributed to the permanence or not in the territory transposed the specific actions promoted and developed by public management, targeted exclusively for family farmers. The survey results indicate that there is a strong social organization interwoven by the memory of matriarch Dona Joaquina, particular tradition and developed by the Community which is perpetuated through generations, desire for social visibility and dependence on existing public relations, which is not seen by its members as a hindrance to seek, ties established through the territory, the growth that occurs through work. Soon, memory, tradition and family, recorded in a demarcated territory are the factors that determine the relations of belonging to the place

Keywords: Family farming. Politics for Family Farming. Social (in)visibility.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	08
CONSIDERAÇÕES INICIAIS	10
1 METODOLOGIA DA PESQUISA E (IN)VISIBILIDADE: COMO QUALIFICAR O OLHAR	14
2 AGRICULTURA FAMILIAR E O DESENVOLVIMENTO LOCAL: APORTES TEÓRICOS	21
2.1 AGRICULTURA FAMILIAR E O AGRONEGÓCIO NO MUNICÍPIO DE MARACAJU	21
2.2 AGRICULTURA FAMILIAR	28
2.3 POLÍTICA (OU ESTRATÉGIA) DE DESENVOLVIMENTO LOCAL VINCULADOS À AGRICULTURA FAMILIAR DA COMUNIDADE SÃO MIGUEL	38
2.4 PROGRAMAS DESTINADOS A AGRICULTURA FAMILIAR	42
2.5 POLÍTICAS PÚBLICAS VERSUS AGRICULTURA FAMILIAR	45
2.6 PROGRAMAS DA AGRICULTURA FAMILIAR UTILIZADOS PELA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SÃO MIGUEL	51
3 AGRICULTURA FAMILIAR EM MARACAJU – MS: ESTUDO DE CASO DA COMUNIDADE NEGRA QUILOMBOLA SÃO MIGUEL	61
3.1 ELEMENTOS DA REALIDADE SOCIOECONOMICA DO TERRITÓRIO	62
3.1.1 Nascimento do Território	62
3.1.2 Contexto Histórico	66
3.1.3 Localização Geográfica	72
3.1.4 Realidade Socioeconômica	76

3.2	RIQUEZA, POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL EM SÃO MIGUEL	83
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
	REFERÊNCIAS	94
	ANEXO A - TÍTULO DE RECONHECIMENTO DE DOMÍNIO COLETIVO E PRÓ-INDIVISO	99
	ANEXO B - ESTATUTO SOCIAL - ANERQSAM	101
	ANEXO C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	116

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Imagem de horta na Comunidade São Miguel contrastando com o plantio extensivo de milho em propriedade rural vizinha	28
Figura 2: Fluxograma da teia de relações interinstitucionais do Quilombo São Miguel	36
Figura 3: Tabela das Unidades Familiares de Produção Rural	40
Figura 4: Teia de Relações e Lideranças	46
Figura 5: Quadro comparativo da arrecadação mensal dos municípios de Nioaque e Maracaju em 2015.	48
Figura 6: Quadro comparativo do eleitorado dos municípios de Nioaque e Maracaju	49
Figura 7: Eleitorado da Zona Rural de Maracaju	49
Figura 8: Mapa da localização dos Assentamentos, Quilombo e Aldeia indígena	53
Figura 9: Imagens da professora e responsável pela produção de doces e pães da Comunidade	57
Figura 10: Imagem de visita do técnico para orientação no plantio da muda de laranja	58
Figura 11: Imagem de visita do técnico para orientação no manejo das pragas nas hortaliças	58
Figura 12: Comunidades negras urbanas e rurais do estado do Mato Grosso do Sul	65
Figura 13: Recorte do Inventário de Dona Joaquina	66
Figura 14: Recorte da Planta da propriedade “Fazenda São Miguel” do Inventário de Dona Joaquina (com aplicação de contraste em computador, para facilitar a visualização)	67
Figura 15: Recortes da Planta Estância Chefão Maracaju MS Ciro Barbosa de Souza (à esquerda) e da Planta Colônia São Miguel (à direita)	68
Figura 16: Imagens da Escola Municipal Abel Martins de Souza na Comunidade São Miguel	71
Figura 17: Estrada de dentro do assentamento que as crianças e moradores utilizam para sair/ ir para a escola	71
Figura 18: Imagem de satélite da faixa de terra do Quilombo Comunidade São Miguel	73
Figura 19: Mapa de Localização do Quilombo São Miguel	74
Figura 20: Imagens da entrada da Comunidade Quilombola São Miguel	75

Figura 21: Imagens das condições da estrada na entrada da Comunidade Quilombola São Miguel	75
Figura 22: Imagem de trator cedido à comunidade pela Prefeitura de Maracaju em parceria com a FUNASA	76
Figura 23: Imagem da casa do Sr. Jorge um dos filhos de dona Eugenia e atual presidente da associação	77
Figura 24: Imagens do Centro Comunitário da Comunidade Quilombola de São Miguel	80
Figura 25: Imagens da horta e de produtos incluídos no Pnae I.	82
Figura 26: Imagens da horta e de produtos incluídos no Pnae II.	82
Figura 27: Galpão onde se realizam eventos da Comunidade e é considerado pelos moradores uma Igreja Evangélica	84
Figura 28: Imagem da apresentação de Laureci.	90

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O interesse pela pesquisa surgiu por meio de treinamento na área da agricultura familiar em 2012. Na ocasião, formada em Ciências Contábeis, eu trabalhava numa empresa que aprovava projetos de financiamento para famílias de baixa renda do meio rural. Analisávamos os projetos, o custeio da terra e de investimentos dentro da propriedade e, posteriormente, acompanhávamos a capacidade financeira de pagamento dessas famílias. Ao analisar os projetos aprovados em anos anteriores, a empresa percebeu que era muito comum famílias utilizarem o dinheiro concedido nas terras sem aplicar o recurso no campo e ainda, em situações mais sérias, abandonar a terra ou mesmo vendê-la por meio de contratos de “gaveta”, em grande parte dos casos, sem ainda ter a posse do título de propriedade.

Ao longo de seis meses trabalhei analisando cada contrato financiado dos últimos dois anos e a equipe pontuou os problemas mais comuns de ordem financeira entre os contratos da agricultura familiar, cujos mais comuns foram: venda da propriedade (por contratos de gaveta), abandono da propriedade, insuficiência de recursos para continuar os projetos de investimentos iniciais, ausência de assistência técnica no plantio e ausência de educação financeira para gerenciar os recursos.

No segundo semestre de 2013 cursei uma disciplina no mestrado sobre arranjos produtivos locais e comecei a perceber que os fatores relacionados com o desenvolvimento e com o não desenvolvimento de grupos e/ou comunidades certamente não são os formuladores das políticas públicas. As respostas estabelecidas eram praticamente receitas prontas para uma parcela populacional que não foi ouvida ou estudada em sua realidade local. Diante dessa inquietude, a situação me exigiu que me dispusesse a conhecer a realidade social do campo.

Inicialmente o trabalho buscava focalizar como objeto de estudo uma comunidade que desenvolvesse o plantio e a subsistência por meio da agricultura familiar, criando relações de trabalho e de desenvolvimento no local. Procurei então uma colega que desenvolvia trabalhos em assentamentos e exercia influencia em algumas prefeituras do estado, cujos nomes não serão indicados por questões de comprometimento. Como resultado dessa busca, um contato que trabalhava na Prefeitura de Maracaju me foi apresentado, contato este que convivia diretamente com programas ligados a agricultura familiar em aldeias, assentamentos e quilombos da região. Foi esse contato, que no decorrer da presente dissertação será chamado pelo nome fictício de

“Lúcio” com o fim de preservar a sua imagem e posição sociais, que me introduziu no contexto da comunidade estudada.

Lúcio me apresentou três lugares diferentes: dois assentamentos e um quilombo. Fui a campo com a proposta de identificar um grupo ligado a agricultura familiar e com sólida bagagem teórica sobre o papel dessas políticas públicas que objetivam promover o desenvolvimento nas comunidades, mas desprovida do olhar necessário e cuidadoso no que realmente consistia o desenvolvimento e valores familiares aplicados à agricultura familiar.

Dentro desse meu despreparo, a Comunidade Negra Quilombola de São Miguel me acolheu e me apresentou ao verdadeiro sentido de desenvolvimento por meio da agricultura familiar, desprovida de preconceito e me ensinou a viver e conviver com a realidade pesquisada. Utilizando da técnica de observação participante que implica em estar com todos os sentidos aguçados para ouvir com atenção, olhar com acuidade, sentir e degustar os alimentos para estabelecer a afetividade sinestésica do que é realmente viver no campo, pude perceber e me apropriar do objeto pesquisado.

Meu diário de campo foi registrado por meio de gravações consentidas, entrevistas informais e fotos que foram registradas como impressões pessoais do etnográfico. Para entender essa comunidade foi necessário calar, respeitar o “outro”, acompanhar o tempo dos informantes e experimentar caminhar ao lado dos mais “sábios¹” para entender como se vive e como se permaneceu na comunidade até os dias de hoje. Perguntar foi o último passo do processo de entendimento de como se sobrevive lá, portanto, apresento a Comunidade da qual tanto aprendi a respeitar seus valores e suas diferenças.

A Comunidade Negra Colônia de São Miguel, localizada administrativamente no Município de Maracaju, estado de Mato Grosso do Sul (MS), teve início no século passado com o casamento dos negros descendentes de escravos e primos Manoel Lourenço Gonçalves com Joaquina Gonçalves de Souza, que saíram da fazenda de onde trabalhavam em Cabeceira Preta (Mato Grosso), para a região de Maracaju, quase na divisa com Nioaque².

Segundo Seu Ramão, filho de Dona Joaquina e pastor da Comunidade, em 1941 foi regularizada a posse da terra, cujos descendentes do casal ocupam até hoje (300 hectares), terras essas que deram início a comunidade atual. A constituição da Comunidade Quilombola de São

¹ Sábios são descritos na comunidade como pessoas mais velhas e de maior vivência.

² Relato descrito pelos filhos de Dona Joaquina: Ramão que é o pastor da Comunidade e Rony, filho mais velho

Miguel está relacionada à vida de Dona Joaquina, matriarca e fundadora da Comunidade, nascida em janeiro de 1968 e criada por uma rica família de fazendeiro.

A mãe de Dona Joaquina, Dona Francisca, ao perder o marido, “doou” os filhos para fazendeiros da região de Mato Grosso por não ter condições de criá-los. Dona Joaquina foi criada ora como “filha” ora como “empregada” e durante toda a infância e parte da adolescência sem remuneração pelos serviços prestados, uma espécie de continuação da escravidão. Essa prática marcou a trajetória de vida de Dona Joaquina e a memória de seus descendentes.

Nesta fazenda em que foi criada, a matriarca engravidou do filho do fazendeiro e deu à luz a sua primogênita Josefa. Após o nascimento da filha, ocorre o casamento tempestivo com Seu Manoel, capataz da fazenda, também negro e descendente de escravos. Segundo os filhos de Dona Joaquina, conhecer e se casar com seu Manoel deu novo rumo a sua trajetória e permitiu o recomeço de uma nova vida. Ainda segundo os relatos dos filhos, Dona Joaquina não permaneceu muito tempo na fazenda, logo ela e seu Manoel juntam recursos e seguiram para a Fazenda Campina (MT) onde encontram um parente, o Tio Andrade, com quem negociaram a aquisição de suas terras³.

É a partir desse movimento de reinserção e de restabelecimento de relações com parentes que conseguem sua terra e assim fundaram a Comunidade. Segundo o filho mais velho Seu Ramão, o termo Comunidade era descrito por Dona Joaquina com sentido de liberdade, porque nela e por ela (terra) restabelecem as relações que os une até hoje: busca de autonomia, direitos sociais e respeito.

Dona Joaquina enviuvou cedo e criou 8 filhos (dos 12 tidos com Seu Manoel) sozinha por meio do trabalho no campo e deixou um legado de resistência, reinventando dispositivos para manter a força de trabalho negro e registro das tradições por meio das histórias e da forma rígida de criação dos filhos. Para ela, conforme descrição de seus filhos, seus descendentes fazem parte da história e permanência no território. Essas relações perduram até hoje por meio dos laços de sangue que se fazem através das alianças matrimoniais e de compadrio com outros grupos similares, ampliando assim as redes de sociabilidade por parentesco, religiosidade e por compadrio. Isso tudo sem abrir mão das trocas com outros grupos negros da região como meio de permanecer na terra sem esquecer o passado e a escravidão.

³ Informações fornecidas pelo Seu Ramão e Jorge (neto e presidente e representante da Comunidade).

Dona Joaquina faleceu em maio de 2006 aos 109 anos, mas sua presença é muito forte na Comunidade, e se faz presente até hoje, nas relações e na forma de partilha entre seus filhos que exercem papel fundamental na agricultura que hoje é sustento do quilombo.

Do casamento com Seu Manoel, Dona Joaquina teve 12 filhos, descendentes e herdeiros da terra que repartiu em pequenas chácaras para que seus filhos e demais descendentes tivessem para onde voltar. Segundo Seu Ramão, filho mais velho de Dona Joaquina, “ela sabia que os tempos eram outros e que muitos não ficariam aqui, mas a partilha era para que todos tivessem a certeza de que o que era nosso estava garantido e que ninguém tomaria a terra como se fazia no passado”.

O trabalho que apresento está consubstanciado em referencial teórico e em análise empírica onde faço referência às vidas, às dinâmicas, aos direitos socioculturais e à visibilidade desempenhados pela produção familiar de um grupo social descende de escravos; de uma comunidade remanescente de quilombo que existe contemporaneamente, com modo de vida próprio e que utiliza suas “tradições” na interação com outros grupos sociais e com a sociedade envolvente.

Por fim, busco descrever com respeito e devido cuidado as relações existentes dentro dessa comunidade que tanto nos têm a ensinar. Como se pode observar, o debate sobre as comunidades rurais, incluindo a quilombola, que vivem e sobrevivem por meio do trabalho rural familiar, está além da reflexão sobre a relevância de se identificar o trabalhador na configuração do espaço e território e do ponto de vista produtivo que exerce a atividade agrícola.

1 METODOLOGIA DA PESQUISA E (IN)VISIBILIDADE: COMO QUALIFICAR O OLHAR

A tarefa deste breve capítulo é descrever quais foram os caminhos que a pesquisa foi assumindo enquanto o relacionamento com a Comunidade São Miguel, objeto de estudo, ia se desdobrando. É importante notar que, do ponto de vista de uma construção etnográfica, nem sempre o trabalho se inicia com uma hipótese. Como se trata de entender grupos humanos a partir de situações reais, naturalistas e de contextos de comunicação; é de suma importância que se comece os trabalhos com o relacionamento, encontrando pessoas e estabelecendo vínculos e alianças. Por isso, a fundamentação para pensar o trabalho veio na medida e no sentido da sua construção, pontuando as opções mais técnicas com escolhas e inspirações extraídas, sobretudo, a partir de Redfeld (1995), Becker (1993) e Maciel (2004). O primeiro em razão do olhar dedicado a estudar pequenas comunidades camponesas, a percepção e sabedoria que deixamos de ganhar quando escolhemos apenas um método específico no estudo das comunidades. O segundo enfatiza o que realmente influencia as escolhas feitas no trabalho e que a experiência do campo, que aqui será tratada como inserção, foi quem determinou quais métodos foram necessários no decorrer desse estudo. E, por fim, a inspiração no terceiro autor: é na busca em experiências significativas aplicadas à agricultura familiar, desenvolvidas para retratar sua trajetória de desenvolvimento e visibilidade desse grupo.

Nossa pesquisa, uso o termo “nossa” me referindo ao meu orientador Dr. Josemar e ao colega pesquisador João Alberto que contribuíram com as ideias e construção que aqui descrevo, foi construída a partir das inspirações da família dos métodos etnográficos. Faço o uso do “nos” sem prejuízo do uso da primeira pessoa, quando conveniente. Segundo Maciel (2004), o processo de investigação é atravessado pelo esforço da reflexão, da exploração, da busca de um discernimento e elucidação da natureza do fenômeno investigado com o propósito de esclarecer os seus contornos e o seu aparecimento, na medida em que as situações das conversas, entrevistas e vivências vão sendo compartilhadas. No caso deste trabalho, trata-se da visibilidade da comunidade diante dos programas direcionados para a agricultura familiar que vão sendo desenvolvidos no território dado.

A partir de situações que iam se desdobrando com naturalidade progressiva, permitindo entrever conflitos de poder, diversidades de interesses e diferentes linhas de genealogias e de entendimentos das questões da vida, foram sendo desenvolvidas linhas de análise que foram construídas e cotejadas com literatura específica, tanto histórica, de

reconhecimento como comunidade remanescente de escravos, quanto referidas à agricultura familiar e às suas perspectivas descritos nos anseios de Laureci, professora da comunidade. Assim, as análises apresentadas são tessituras que não pretendem ser objetivas, posto que não se tratam de objetos, mas de pessoas e suas relações e significados. O que ambicionamos atingir foi o rigor da observação, focado a partir de teorias precedentes e triangulado com outra observação de um colega que verificava os mesmos fenômenos e deles dava as suas versões. Assim, as análises apresentadas nasceram de uma exposição de situações reais, observadas, vividas e lidas segundo a história e os jogos de construção de identidades e relações de poder que a comunidade nos foi, aos poucos, revelando.

Portanto, a metodologia do trabalho busca compreender e vivenciar as dinâmicas do grupo por meio de personagens e relações significativas que se desdobraram como informantes ou, mais ainda, como “participantes” (MACIEL, 2004): o tecido foi sendo alinhavado a partir da memória de Dona Joaquina contada por Dona Eugênia, com suas leituras e pacientes explicações; das entrevistas sobre as relações de trabalho desenvolvidas com moradores de São Miguel, as entrevistas e observações sobre a conquista do território e identidade particular desse lugar. Precisei experimentar como a comunidade vive, criando situações de experiência em primeira pessoa, só assim foi possível encarar a tarefa de retratar de forma empática, compreensiva, as minhas percepções da sua realidade social.

Uma experiência, que merece destaque por ter sido um momento que abriu a perspectiva de todo o trabalho, foi caminhar pela estrada principal que dá acesso a todas as casas do lugar. É uma caminhada comum para os moradores, mas que seria incomum no contexto de uma pesquisa que quisesse permanecer mais indiferente ou panorâmica em relação ao lugar. Trata-se da trajetória que as crianças, a professora e as famílias fazem regularmente quando precisam ir à escola, pegar o ônibus que leva os trabalhadores às usinas, ou ainda, carona para se deslocarem à cidade. Percorri 4,5 km de estrada de chão, sendo 9 km ida e volta. A ida foi tranquila, mas o retorno nem tanto. O caminho tornou-se uma subida forte, com o sol “castigante” e em terreno irregular. Imagino que nos dias de chuva a dificuldade seja ainda maior. O barro faz parte da travessia porque em inúmeros pontos existem nascentes que atravessam a estrada principal; as crianças caminham, em sua maioria, descalças ou de chinelos. Descobri a dificuldade que é ir todos os dias para a escola, que é um dos motivos que leva a maioria a não frequentá-la com regularidade.

Essa pequena narrativa visa deixar mais clara a importância, para um trabalho deste estilo, da inspiração “participante” ou do olhar etnográfico. O objeto do trabalho é

problemático, pois se tratam de sujeitos, com suas visões de mundo, relações e conflitos. A tarefa, assim, tornou-se tentar construir um lugar entre o meu e o do outro, na tentativa de descrever, narrar a vivência no território. Aqui pude entender um pouco como algumas coisas estão organizadas na comunidade, por exemplo, o motivo do “barracão” de encontro para as reuniões estar localizado exatamente no meio da comunidade, os motivos que levaram os moradores a alterar o local de realização dos cultos, antes na entrada e agora instalada próximo ao “barracão”. Para os que têm motos, carros, isso talvez não faça sentido, mas a realidade do lugar está longe da que vivemos na cidade.

Procurei não me prender a um padrão específico de comportamento, mas na forma com que as pessoas vivem e se relacionam. Aprendi com Dona Eugênia que cozinhar é uma forma muito interessante de interagir, e nessa experiência, me permitiu entender o significado das ações que ela promove por meio dos almoços na comunidade. Seus almoços são importantes momentos de encontro, articulações e negociações por vezes delicadas e complexas. Foi assim que ela ensinou muitas netas de Dona Joaquina a reproduzir as histórias vividas por sua mãe, enquanto buscavam juntas água na bica ou preparavam o fogão à lenha. Assim pude aproximar-me da narrativa das dificuldades que aquela família enfrentou e como é prazeroso para Dona Eugenia cozinhar hoje. O sentimento que ela externaliza e por vezes verbaliza é de vitória, pois muitas das dificuldades enfrentadas as gerações futuras não irão reviver.

Diante dessa dinâmica peculiar de viver e contar sua própria história me despertou as seguintes questões que nortearam essa investigação:

- 1 Quais são os fatores que determinaram as coordenadas de pertencimento (para a permanência, para a resistência e ampliação do território) da Comunidade Negra Quilombola de São Miguel?
- 2 Qual a relação existente entre as políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar desenvolvidas dentro do território?
- 3 Essas ações promovem a independência e visibilidade desse grupo respeitando a autonomia e a memória da comunidade?

Os objetivos gerais eram investigar como essa comunidade foi percebida pelos agentes públicos locais e a forma tão organizada de interação entre a comunidade e entidade pública local (prefeitura). Outra curiosidade era saber quais motivos levaram a comunidade a escolher o que plantar, a quem vender e suas experiências por meio do plantio distribuídos entre as

famílias pertencentes ao território. Por último, qual a autonomia e visibilidade desse lugar, como isso era tratado pela entidade pública e se o próprio grupo se considera autônomos e visíveis no território. Diante de tantas questões, o objetivo específico do trabalho foi entender como a dinâmica social de organização dessas famílias e visibilidade, por meio do trabalho desenvolvido e ligado a agricultura familiar local, se desenvolvem.

Para descrever a hipótese desse estudo utilizarei Becker (1993) como fonte de inspiração, o autor descreve a dificuldade de formular hipóteses quando estudamos a vida social, na qual estamos envolvidos. Segundo ele, as hipóteses são formuladas quando se existem um fim pretendido e este defende que nas análises do comportamento social as contribuições da pesquisa de campo só podem ser formuladas quando experimentamos a vivência social. Becker (1993, p. 47) descreve que “o observador coleta dados através de sua participação na vida cotidiana do grupo”, foi isso que procurei fazer ao cozinhar com Dona Eugênia, ao caminhar ao lado de Seu Ramão e participando de festas na comunidade, descobrindo as interpretações que eles têm sobre os acontecimentos que observei.

Entrevistamos, em conversas informais, por vezes na beira do fogão, Dona Eugênia que pacientemente, e no seu tempo, nos contou suas experiências com o campo ao longo de toda uma vida que se desenvolveu ali. Ela nasceu naquele chão e conta com orgulho o poder que é ter o campo como o principal instrumento de trabalho e lazer. Em suas prosas longas e pausadas entre um afazer e outro, aprendemos que nada se fala quando se quer ouvir, apenas se fala quando se tem interesse em partilhar o momento vivido por meio dos afazeres domésticos. O tempo na comunidade para, não segue as horas do relógio, não se almoça no tempo determinado pela cidade, e sim, quando a fome aperta, quem determina o horário de trabalho é o sol quente do campo. Entrevistar Seu Ramão não foi diferente, foi necessário paciência e interesse em escutar o que aconteceu no tempo antigo até o desenrolar das novas experiências. Entrevistar a professora e seu esposo foi um pouco diferente, pois são pessoas novas que têm o trato diferente dos ancestrais, só no receber, que param todos os afazeres para partilhar e receber tudo que pode ser bom para a comunidade. Entretanto, o espírito que se desenrola as prosas do campo é o mesmo e segue assim, na relação de pertencimento e na nostalgia do tempo que nos causa a impressão que não existe quando estamos ali.

O Jorge gosta de conversar caminhando entre tudo que a comunidade planta, mostra com orgulho o potencial do lugar e, entre uma passada e outra, colhe um fruto para degustar e comprovar que está certo em relação ao potencial de produção da sua terra. Em todas as entrevistas eu e João nem sempre estávamos no mesmo lugar, entrevistávamos ao mesmo tempo

e com pessoas diferentes e ao final do dia, recontávamos as experiências e os causos. Na comunidade a vida é leve, o trabalho é duro e as expectativas de novos horizontes são imensas. A riqueza dessa terra foi descrita, mas não vinculada a uma descrição analítica por meio de formulários com perguntas, e se assim o fizéssemos, não seria possível vislumbrar as belezas vistas e descritas por essas pessoas. Portanto, justificamos esse método de análise com base nos ensinamentos propostos por Becker (1993), o autor indaga se realmente existe necessidade de as perguntas estarem prontas em pesquisas sociais e atribui maior importância ao fato de se ter em mente o argumento principal de diálogo, e foi com esse pensamento que definimos com quem iríamos dialogar.

Por vezes, fiz anotações, mesmo sem ter a total clareza sobre as ideias e direção a seguir. Foram vários os esboços, anotações e diálogos entre nós, eu e o João, e nosso orientador com o intuito de organizar tantas informações coletadas. Reescrevi muitas vezes suas histórias e dados, não para esgotar as informações, mas para que elas não perdessem o sentido e olhar que fora atribuído pela comunidade.

Para conhecer o lugar, nas primeiras visitas, saímos na alvorada de Campo Grande para chegar a Maracaju por volta das 7 horas. Ao chegar a Maracaju nos dirigíamos até a prefeitura, onde Lúcio já nos aguardava para seguirmos viagem até a Comunidade. Percorríamos 89 km, dos quais apenas 9 km eram de asfalto, mas a paisagem de grandes plantações nem de longe representaria o território longínquo de São Miguel. Levávamos, em média, uma hora e meia de viagem para percorrer esse trecho. Na chegada, sempre éramos recepcionados por Dona Eugênia e Jorge, demonstrando inicialmente desconforto em falar na presença dos agentes públicos locais. Como descrito anteriormente, a construção da relação de confiança se deu com o passar do tempo e com o convívio que se estabeleceu no decorrer das visitas, dos interesses pelos ensinamentos e da paciência na espera do saber. Não tínhamos perguntas prontas, e sim vontade de escutar e registrar o que o lugar e as pessoas quisessem nos mostrar. Desvinculamo-nos do mediador, agente público local em agosto de 2015, quando recebemos um convite de Dona Eugenia para participar das festas que aconteceriam nos próximos meses. O convite foi aceito e muito bem-vindo, foi a partir dele que adquirimos a “nossa liberdade” no caminhar da pesquisa: não tínhamos hora para voltar, as conversas hora aconteciam no campo, ora na cozinha, ora em roda de tereré. Jorge repetiu em vários trechos das nossas gravações, que, quanto mais pessoas conhecessem a comunidade mais e mais ouviriam falar da riqueza de São Miguel, isso sim era importante na visão dele. Começamos a ter a liberdade de registrar as informações das maneiras mais variadas e as autorizações de uso

de imagem foram lidas e comentadas que nossos trabalhos descreveriam a imagem e os ensinamentos do lugar.

Essa inspiração etnografia, pretendida aqui, contou ainda com uma série de dispositivos como mapas de genealogia, conforme destaca Becker (1993), realizados quadros com a descrição das teias de relação que se desenvolve entre os membros da comunidade e agentes locais. Esses mapas, realizados por mim e pelo João, observando o grupo distribuído em 11 chácaras do mesmo território, por meio de observações realizadas em momentos diferentes, assim servindo de contraponto crítico para este trabalho.

As comprovações das informações fornecidas por todos os atores locais foram registradas em nossos aparelhos celulares, máquinas fotográficas e caderno de campo. A maioria das fotos e filmagens foram compartilhadas com meu colega pesquisador, e ainda, repassadas para a Comunidade em um pen drive em nossa última visita como pesquisadores. Informamos a finalização do nosso estudo e nossa gratidão pela rica experiência apreendida. Por meio dessa triangulação, João, eu, Josemar, Comunidade e agente público local é que recontamos uma história que nos foi contada, procedimento utilizado por Becker (1993) e Marciel (2004), os quais valorizam a inserção como instrumento primordial em pesquisas sociais.

A etnografia possui ainda uma série de dispositivos como mapas de genealogia (cit. em Becker). Foram feitos quadros em colaboração com o João. Importante anotar que as observações dele foram feitas em momentos diferentes, assim servindo de contraponto crítico para este trabalho.

2 AGRICULTURA FAMILIAR E O DESENVOLVIMENTO LOCAL: APORTES TEÓRICOS

Apresentarei nesse capítulo quais os caminhos desenhados por meio dos programas da agricultura familiar que são utilizados pelo Município de Maracaju, entre eles, os que fazem parte das ações pontuais que geram desenvolvimento para a comunidade de São Miguel e ainda, quais deles são de fato potenciais para aumentos da renda das famílias.

2.1 AGRICULTURA FAMILIAR E O AGRONEGÓCIO NO MUNICÍPIO DE MARACAJU

Grandes transformações ocorreram nas últimas décadas, esta é uma conclusão possível quando se analisa o meio rural no Estado de Mato Grosso do Sul (MS). Essa leitura pode ser feita por meio das paisagens alteradas pelas culturas, da configuração do território e da dinâmica social das famílias que vivem da agricultura. Os conflitos e lutas pelo território não são recentes, e por diversas vezes elas ocorrerem dentro do nosso estado, a terra sempre foi alvo de disputa e transformações, em grande medida, provocadas pela expansão e intensificação do chamado agronegócio no país (OLIVEIRA, 1986 e 2002).

O avanço do agronegócio chegou ao MS a partir de vários enfoques, Soares (2011) destaca esse avanço por meio do aumento da produção/produktividade e da área plantada, das exportações dos grãos, do crescimento da participação do agronegócio no PIB brasileiro, que já ultrapassa 7,8%⁴ do total de grãos produzidos por todo o país, registrado em 2015. O estado hoje ocupa a 5ª posição no país na produção de grãos e os números só aumentam a cada ano, em razão da crescente mecanização e tecnificação dos processos produtivos, pelo aumento da integração entre os capitais agroalimentares e de insumos sob controle de conglomerados econômicos, via de regra multinacionais que dominam parcelas cada vez mais significativas dos mercados em que atuam.

Esse avanço, da qual o nosso Estado fez parte, marcou a relação campo-cidade por meio da expansão capitalista de produção. Os números do complexo sucroalcooleiro do Estado

⁴ Dados divulgados pela Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Subsecretaria do Agronegócio: jan. de 2015. Acesso em: 30 de set. 2015. http://www.agricultura.mg.gov.br/images/files/perfil/perfil_brasil1.pdf.

não são diferentes: estamos ocupando a 4ª posição nacional em produção, sendo que em 2015 a publicação do perfil produtivo de cana-de-açúcar do Estado é de 45.293,3 mil toneladas, participação correspondente a 7,1% do total produzido pelo Brasil. Essa produção é direcionada para dois produtos, o açúcar e o etanol. Da produção do Estado 74,3% é direcionada para indústria sucroalcooleira, entre elas uma usina que se faz presente dentro do Município de Maracaju.

O conceito de agronegócio, na visão de Saquet (2007), remete a reflexão sobre o contexto histórico e seus elementos de transformação, e ainda, às interações entre seus componentes e o seu processo para utilizá-lo. Para o autor é necessário “historicizar e especializar” os conceitos para entender como surgiu o agronegócio e por que ele é tão importante para o Brasil e para o nosso Estado.

Hespanhol (2007)⁵ conceitua o agronegócio retomando 1950, nos Estados Unidos, onde a crescente integração das atividades agropecuárias com a indústria e com setores de serviços tornaram obsoletas as análises baseadas na clássica divisão das atividades econômicas em setor primário, secundário e terciário. É nesse contexto que os americanos J. David e R. Goldberg (1957) propõem a análise das atividades agropecuárias e agroindustriais para avaliar as articulações externas da agricultura. Hespanhol (2007) explica que na perspectiva sistêmica a agricultura é estudada como parte de um sistema complexo, do qual também participam indústrias, fornecedores de insumos, implementos, máquinas, transporte, armazenagem, beneficiamentos, bem como uma gama de serviços de assistência técnica, contábil, logística, de créditos, de financiamentos e, ainda, pequenos produtores.

Nesse contexto de espaço-temporal é definido o agronegócio por Campos (2011, p. 24), “*agribusiness* é o conceito construído por J. David e R. Goldberg (1957) que propõem que se veja o processo agropecuários como uma totalidade, que se divide em antes da porteira (insumos), dentro da porteira (produção rural), depois da porteira (transporte, armazenagem, industrialização e comércio) ”.

O emprego do termo agronegócio se difundiu no Brasil no século XX quando entidades patronais vinculadas ao setor agrário e agroindustrial, como CNA – Confederação Nacional da Agricultura, OCB – Organização das Cooperativas do Brasil e Abag – Associação Brasileira do Agronegócio, passam a divulgá-lo entre associados, mercado financeiro, nos

⁵ Os textos de Nivaldo Hespanhol e Júlio Suzuki fazem parte de um livro, que reúne textos apresentados no III Encontro dos grupos de Pesquisa – Agricultura, Desenvolvimento e Transformações Sócio-espaciais, realizado em Porto Alegre em 2007, que está no prelo e ainda não tem numeração de páginas.

órgãos governamentais e na mídia (HESPANHOL, 2007). Nesse momento o termo se populariza no Brasil para designar “conjunto dos segmentos produtivos que se articulam direta ou indiretamente com a agricultura moderna” (HESPANHOL e SUZUKI, 2007).

Ortega (2005) destaca que uma das entidades que mais se empenham na difusão do termo agronegócio com esse significado é a Associação Brasileira de Agribusiness (Abag), fundada em 1993. O autor descreve que desde o início de 1980 alguns líderes do movimento associativo do empresariado rural e agroindustrial já trabalhavam na perspectiva de construir uma entidade que “representasse todas as cadeias do agronegócio brasileiro, desde as indústrias de insumos agropecuários até as empresas de distribuição”. Entre essas lideranças o autor destaca Ney Bittencourt Araújo, empresário da área de grãos e sementes, Roberto Rodriguez, na época presidente da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) e empresário agroindustrial. Foi no contexto da disputa de interesses sobre a questão agrária, que foi marcada a elaboração da atual Constituição Federal brasileira, que foi plantada a semente da Abag.

A Abag⁶ é formada por grandes empresas e possui mais de 65 entidades associadas que estão ligadas ao agronegócio como por exemplo a Aropalma S/A, Agrosoja Brasil, Banco Cooperativo Sicredi S/A, Banco do Brasil S/A, Basf S/A (*The Chemical Company*), BM&F Bovespa S/A, Brasilagro (Brasilagro Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas, Caixa Econômica Federal, Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ), Basf S.A, Bayer S.A, Bunge Alimentos, Cargill Agrícola S.A, John Deere Brasil S.A, Pionner Sementes, entre outras. Essa representatividade se fez necessária para que o setor tivesse mais força social diante do cenário político e econômico que se encontrava o setor.

O agronegócio passava por uma série de mudanças, entre elas a modernização do aparato tecnológico no campo, essa transformação ocorreu por meio de um novo modelo, ou seja, um sistema produtivo baseado no uso intensivo de técnicas e maquinário de alto custo para o agricultor. O problema gerado por essa transformação no campo foi entender que esse novo modelo não se adequava às necessidades da pequena produção:

[...] o padrão tecnológico adotado e difundido não se adequa às necessidades da pequena produção e as razões para isto são simples: as características estruturais da agricultura familiar são simples: as características estruturais da agricultura familiar brasileira não se adequam ao padrão tecnológico disponível; o processo não foi feito para pequenos. De um lado, características como limitada disponibilidade de terras para uso de máquinas, condições ecológicas adversas – piores terras – policultura, insuficiência de recursos para

⁶ Para mais detalhes acessar o site <http://www.abag.com.br>.

investimentos e mão-de-obra numerosa dificultam o acesso à moderna tecnologia (CAMPOS 2011, p. 23).

De um lado a modernização para os grandes produtores que “tinham o enquadramento do agronegócio” e do outro, pequenos produtores que começavam a se tornar invisíveis por não acompanhar essa mudança na estrutura de produção. O discurso do autor remete a uma crítica de que talvez o termo agronegócio esteja ligado a uma nova “classe social” do campo, em que, pessoas com grandes extensões de terra e recursos para investir em tecnologia e produção em larga escala quisesse se distinguir dos pequenos produtores. O grande engano dessa divisão é que toda e qualquer economia local é abastecida por pessoas que possuem pequenas propriedades, recursos limitados e trabalho familiar, os quais não fazem parte da classe burguesa rural.

A classe que estava “enquadrada” na modernização do campo se viu representada por meio da constituição da Abag no início de 1990 com objetivo de construir uma representação do setor patronal rural mais moderna, eficiente e amplamente tecnificado. Objetivos estes que eram diferentes dos propostos pela ação política da Frente Ampla da Agropecuária Brasileira que tinha como foco o corporativismo voltado exclusivamente para os interesses dos grandes proprietários. (SAUER 2008).

Ortega (2005) descreve que na época da promulgação da Constituição Federal se formou uma “Frente Ampla da Agricultura”, que na prática era uma articulação de diversos segmentos econômicos e políticos contra a reforma agrária, defendida por movimentos sindicais e sociais. A “Frente”, ainda segundo o autor, saiu vitoriosa da Constituinte na medida em que conseguiu limitar a possibilidade de expropriação às chamadas “terras improdutivas”, cuja definição se baseia em critérios imprecisos e indicadores desatualizados, tanto que teve pouca aplicação prática até os dias atuais.

Soares (2011, p. 104) descreve que essa articulação foi importante, apesar de na época ser preponderante pela UDR – União Democrática Ruralista, “foi uma expressão política da unificação de múltiplos interesses rurais e urbanos em torno da defesa da propriedade privada como princípio estruturador do Estado de Direito do país”. Foi para defender essa “bandeira que se constituiu uma aliança elitista entre o campo e a cidade”.

A burguesia urbana cerrou fileiras com a burguesia agrária na Constituinte porque o direito à propriedade privada estava em jogo, mas não é por isso que se vai confundir UDR com a FIESP. A produção de alguns grandes conglomerados é significativa, mas muitos deles utilizam a terra somente para obter recursos subsidiados ou como reserva do valor (ORTEGA, 2005, p. 77).

Nessa perspectiva de múltiplos interesses não se pode confundir agronegócio com agricultura, afinal “cultura está associado à distribuição de riqueza no sentido forte da palavra e não necessariamente ao negócio. Eis o contraste entre a agricultura e o agronegócio” (GONÇALVES, 2004, p. 245).

Diante desse contraste o agronegócio passa ter uma “dependência” às classes dominantes nas diferentes escalas da economia, entre eles, os grupos empresariais, os latifúndios, governo, políticos, indústrias, sendo todos os citados de caráter elitista que estão na contramão da necessidade de uma reforma agrária.

As forças dominantes do agronegócio defendem que a base da economia do país deva ser a produção e exportação de *commodities* até mesmo pela perspectiva e interferência nas políticas agrária, agrícola, industrial, ambiental, cambial, tributária e trabalhista do país. No reverso dessa base caminha a participação de representantes da agricultura familiar que aparecem como figurantes na narrativa, mas teriam muito mais a oferecer. À primeira vista, são apenas consumidores de insumos, de técnicas ou mesmo da matéria-prima, mas dentro dessa cadeia do agronegócio veem suas rendas apropriadas pelos setores industriais devido à imposição de preços baixos e de custos elevados de produção (OLIVEIRA, 1986 e 2002; AMIN e VEGOPOULOS, 1986).

Essa modernização do campo, segundo vários autores, tais como Martins (1994) e Silva (1994), não é resultado de uma adoção ou imposição do mercado e apenas um resultado de processos econômicos e financeiros que direcionaram para ganhos, incorporação de rendimentos e conseqüentemente a mais investimentos em novas técnicas agrícolas. Os autores explicam que o processo de modernização foi resultado de uma imposição ideológica e simbólica sobre uma parcela significativa da população rural que resultou em um empobrecimento e perdas que nunca foram pontuadas pelas políticas públicas e nem fazem parte dos números do governo.

Marcuse (1999, p. 73) explica que a tecnologia no meio rural é uma forma de organizar e modificar as relações sociais. Com essas relações modificadas, Sauer (1998, p. 30) descreve que em meados de 1990, na contramão do um setor rural altamente tecnificado, surge outra expressão trazida do modelo norte-americano, a agricultura familiar⁷. Esse termo tinha por

⁷ Esse processo de consolidação da noção de “agricultura familiar” ganhou espaço no movimento sindical e nos espaços governamentais e acadêmicos a partir de pesquisas realizadas por equipes da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), em convenio com o então Ministério da Agricultura e de colonização e reforma Agrária (INCRA), que

objetivo desvincular a pequena produção ou mesmo a noção de produção camponesa do setor ligado ao agronegócio, em razão da pequena produção que carregava pré-noções de “ineficiência”, baixa produtividade, ou ainda, produção apenas para o autoconsumo ou subsistência (SAUER 1998, p. 20).

A visibilidade da agricultura familiar, no cenário político e social brasileiro, foi legitimada por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar em 1996. O governo se viu obrigado a dar resposta aos movimentos sociais e sindicais do setor que cresciam desde 1990 com a criação da Abag (SHINEIDER, 2003).

Esse programa foi o primeiro compromisso público sólido do governo com uma categoria social classificada pelos pequenos produtores rurais que vinham sendo “excluídos” das políticas públicas desde a constituinte de 1988. Esses trabalhadores encontravam sérias dificuldades de se manter na atividade rural desde o aumento da produção em larga escala e do avanço tecnológico no campo. Com o surgimento do Programa Nacional da Agricultura Familiar - Pronaf⁸, cuja finalidade era prover o crédito agrícola e apoiar as categorias de pequenos produtores rurais, nascia o compromisso de um diálogo mais estreito com o Estado por meio de políticas diferenciadas (juros menores e carência no pagamento das primeiras parcelas, apoio institucional e ou técnico e etc.).

O que parece importante neste diálogo é o debate dos processos de andamento, estes que os atores sociais desempenham para incentivar a permanência ou não das pessoas no campo: por que a indústria está no campo? Por que os trabalhadores do campo estão na cidade? Enfim, quem são homens e mulheres que lutam tanto por terras e as abandonam sem qualquer pertencimento?

Nessa disputa do território, infelizmente os pobres do campo tem sido as vítimas constantes como nos versos cantados, lamentavelmente tão atuais, de João Cabral de Melo Neto em *Morte e Vida Severina*, narrativa de via de um retirando que sai do Sertão nordestino em direção ao litoral em busca da vida que escasseava em sua terra. A analogia que fiz foi descrever o agronegócio por meio da exploração da terra com o objetivo de maximização do lucro e

iniciou com avaliação e indicadores socioeconômicos de assentamentos de reforma agrária, posteriormente ampliada para outros segmentos da agricultura familiar.

⁸ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária – Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/sobre-o-programa>.

substituição do indivíduo por meio da tecnologia. Diferentemente do agronegócio temos a agricultura familiar que utiliza a terra como meio de subsistência e lugar de vida da sua família.

Buscando maior visibilidade, a pesquisa partiu do pressuposto de que no município de Maracaju há uma disputa em torno de dois projetos de desenvolvimento para o campo, um representado pelo agricultor da unidade familiar e outro representado pelo entorno que é o Agronegócio.

Ao nos dirigirmos para a Comunidade pesquisada percorremos 90 km de terras de grandes plantações, incluindo a grande propriedade de soja/cana-de-açúcar do Governador do nosso estado. Não que o latifúndio seja algo ruim, apesar de gerar exploração da terra e desencadear a miséria no campo, mas o fato retrata sujeitos opostos no que se refere a sua forma de produção.

A agricultura familiar é centrada na triangulação da família, trabalho e terra enquanto que a lógica do agronegócio está relacionada ao lucro e renda. Portanto, aqui se justifica o conflito permanente gerado pela disputa do território que traz como consequência, para a sociedade, a crise social, ambiental e desvalorização do modo de vida no campo.

Não se trata aqui de simplesmente negar o Agronegócio, mesmo porque seria uma prática inútil frente ao modo capitalista de vida, muito menos ignorar a importância dos produtos gerados pela região de Maracaju. Trata-se de questionar o modelo baseado na monocultura, na grande propriedade e na exportação. Investimentos que são financiados pelo Estado advindo de recursos do fundo público, os quais deveriam ser realizados com recursos próprios advindo da posição capitalista industrial. O próprio sistema de governo afirma que “os recursos do fundo público deveriam ser destinados aos pequenos camponeses e sobretudo a reforma agrária (OLIVEIRA, 2003, p. 153).

Portanto, essas diferenças de desenvolvimento no campo, uma centrada na produção por meio da unidade familiar e outra voltada para a reprodução do capital, deixam imagens territoriais e representam territórios distintos, cabendo aos estudiosos desvendar a aparência e a essência desses espaços retratados no caminho que liga Maracaju a Comunidade Negra Quilombola de São Miguel.

Figura 1: Imagem de horta na Comunidade São Miguel contrastando com o plantio extensivo de milho em propriedade rural vizinha.



Fonte: autoria própria.

É visível no território o contraste entre a pequena unidade de produção e as imensas áreas ocupadas por lavouras de monocultura do agronegócio, no entanto, essa produção familiar que descreveremos por meio da comunidade pesquisada, resiste à luta para permanecer na pequena parcela de território, enquanto que muitos pequenos produtores do entorno, entregaram suas terras na forma de arrendamento, abandono e venda para os maiores produtores da região, como compensação em forma financeira pela dificuldade em permanecer no território em razão do “isolamento” da região.

2.2 AGRICULTURA FAMILIAR

Antes de descrever a agricultura que se desenvolve na comunidade farei um breve aporte teórico de como o governo e autores descrevem a agricultura familiar no Brasil para que seja possível a comparação com o que se desenvolve no campo na região pesquisada. Tal comparação é importante porque a região de Maracaju é um celeiro do estado na produção de soja, milho, açúcar e álcool, incluindo distribuição de grãos e processamento de cana-de-açúcar por meio da Usina Biosev, unidade instalada em Maracaju –MS, na estrada que liga a cidade à comunidade pesquisada.

Primeiramente trabalharei com a descrição do Censo Agropecuário 2006 que adotou o conceito de “agricultura familiar“, com o objetivo de atender à demanda crescente de produção familiar que fez com que o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), conforme a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, estabelecesse diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

O conceito agricultura familiar segundo, a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, é definido como:

Art. 3º considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1º O disposto no inciso I do *caput* deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.

§ 2º São também beneficiários desta Lei:

- I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o *caput* deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;
- II - aquicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o *caput* deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;
- III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do *caput* deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscadores;
- IV – pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do *caput* deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente.

O Censo 2006 utilizou o método de exclusões sucessivas e complementares para delimitar a classificação da “agricultura familiar” e divulgou seu entendimento sobre o conceito como o estabelecimento que atenda todas as condições estabelecidas em Lei⁹. Para o Censo 2006 o conceito está relacionado à unidade familiar e a unidade produtiva.

No documento, MDA (2009, p. 20), foram “[...] identificados 4.367.902 estabelecimentos da agricultura familiar, o que representa 84,4% dos estabelecimentos brasileiros”. Essa numerosa população de agricultores familiares, segundo o MDA (2009, p.

⁹ Notas Técnicas IBGE – Censo 2006, p. 3. Acesso em 01 set 2015. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006/notatecnica.pdf

20) ocupava uma “[...] área de 80,25 milhões de hectares, que corresponde segundo o documento a 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros¹⁰”. Estes resultados apontados pelo MDA mostram uma estrutura agrária ainda concentrada no país por estabelecimentos não familiares, apesar de representarem apenas “[...] 15,6% do total dos estabelecimentos, ocupavam 75,7% da área ocupada”.

A área média dos estabelecimentos familiares registrados no país retrata um número de 18,37 hectares por família no campo, número este que nem de longe configura a real realidade rural, isso porque há uma lacuna muito grande entre os números e a forma com que são coletadas essas informações.

No meio rural é muito comum a venda, o abandono e a troca de terras ou mesmo o arrendamento de áreas improdutivas. Isso é muito visível na região em que se desenvolveu a pesquisa, existem cenários ao longo da estrada até a Comunidade que são retratos, não da agricultura familiar, mas sim de parte do agronegócio do estado de Mato Grosso do Sul.

Esse número do MDA não descreve quem são essas famílias, nem o que produzem e nem a pluriatividade de recursos gerados ou não pela permanência na terra. Um outro dado descrito pelo Censo é dos não familiares que ocupam 309,18 hectares dos quais não temos ideia de quantos são os que produzem para o desenvolvimento local e ou regional.

Os dados do Estado de Mato Grosso do Sul não são muito diferentes em relação aos dados nacionais, foram registrados, segundo MDA (2009, p. 88), “[...] 64.892 estabelecimentos, sendo 41.104 da agricultura familiar e 23.758 de não familiares”, ou seja, não registram famílias produtivas e sim números para que o Governo Federal possa estabelecer suas metas orçamentárias.

Apesar do Censo Agropecuário de 2006 apontar na forma de números, os registros da agricultura familiar, é importante destacar que esses números registram uma realidade oculta em relação a real produção dessas famílias. Schneider (2006, p. 2) descreve que as famílias registradas como trabalhadores familiares são “a expansão das unidades familiares pluriativas”.

uma parte dos membros das famílias residentes no meio rural passa a se dedicar a atividades não agrícolas, praticadas dentro ou fora das propriedades” – situações sociais em que o indivíduo que compõem uma família com domicílio rural passa a se dedicar ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas, não necessariamente ligadas à agricultura familiar ou

ao cultivo da terra, cada vez menos executadas dentro da unidade de produção.(SCHNEIDER 2006, p. 2)

Essa descrição é muito comum quando vamos a campo e percebemos os membros da família rural complementando suas rendas com trabalhos manuais (artesanatos), prestação de serviço nas fazendas vizinhas, deslocamento para a cidade na realização de trabalhos fixos e/ou temporários que são retratados de forma dinâmica no contexto do campo versus cidade.

Fuller (1990) designa essa prática como “*multiple job holding*” como unidades agrícolas que combinam múltiplas fontes de rendimento além da produção da agricultura. O autor descreve que esse conceito é muito “[...] utilizado, porque abarca um conjunto de atividades que nem sempre são remuneradas em dinheiro, mas com pagamentos em espécie, por meio da permuta de trabalho e outros arranjos informais” (FULLER, 1990 p. 367-368).

Autores como Fuller (1990) e Schneider (2006) descrevem isso como atividades pluriativas, mas que a realidade local rural deste estudo descreve esse tipo de comportamento como sobrevivência para a permanência no campo, uma vez que muitas famílias precisam da renda complementar para custear seus investimentos na terra.

Diante dessas múltiplas faces da produção por meio do trabalho no campo é necessário dizer que não existe um consenso para descrever de forma assertiva como se configura a agricultura familiar brasileira, mas a definição se converge, e a que será utilizada em nosso estudo, diz respeito a:

A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de parentesco. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional é perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiares) estão presentes em todas elas (ABRAMOVAY, 1997, p. 3).

Esta definição não é unânime, mas perfeitamente aplicável aos diferentes grupos sociais e suas representações por meio da agricultura familiar. O autor descreve a existência de uma dinâmica em relação a agricultura familiar, que tem em seu aporte três atributos básicos: propriedade, trabalho e familiares, estão presentes em todas elas.

A propriedade porque é por meio dela (terra) que se tem um dos bens mais fundamentais que o ser humano dispõe para sobreviver, por meio da terra, que são produzidos

os alimentos, a água e a liberdade do ser. Dernardi (2001) descreve que toda a existência humana, história e cultura dependem do espaço de terra que ele ocupa ou não lhe é permitido ocupar. Ainda segundo o autor, no estudo histórico das civilizações o homem primitivo aprendeu na terra, nas margens dos rios, que era possível produzir e criar animais com maior eficiência e o trabalhador do campo conhece de maneira muito profunda o quanto é importante a propriedade como forma de vida (sobrevivência) no meio rural.

O trabalho aparece em um segundo momento quando o trabalhador possui a posse ou mesmo o direito de propriedade, seja qual for a forma: comodato, arrendamento, parceria e outras. O trabalho fornece a liberdade necessária para a inserção a todo e qualquer processo produtivo com a função de não exclusão social e sim parte integrante de uma sociedade que produz e fornece o sustento para sua família.

O último atributo, família, onde tudo começa e ao mesmo tempo tem fim, é a partir dela que se estabelece como e quando trabalhar. Com o apoio do grupo familiar que se define quanto tempo permanecerá no território. Porque, nesse caso específico de vida no campo, criam-se relações de pertencimento e permanência e que se faz presente por meio do trabalho. Esse trabalho desenvolvido pelos seus “de sangue” é que dá o sentido necessário à vida do trabalhador no campo, visto pelos olhos de quem produz, dá sentido à própria vida.

De acordo com Schneider (2003, p. 32) “[...] a agricultura familiar passou a ser reconhecida nos meios acadêmicos principalmente para as ciências sociais a partir de 1990, através do estudo realizado por Kageame e Bergamasco. O que foi percebido é que o estudo da agricultura familiar no Brasil é “recente”, entretanto, as categorias sociais que ela pretende identificar não são novas (propriedade, trabalho e família). Porto e Siqueira (1994) discutem o conceito por meio de conteúdo político e ideológico, mas essa discussão já era debatida desde a década de 1970, em torno da pequena produção ou produtores de baixa renda, tendo em razão das transformações políticas do Estado brasileiro.

Nesse contexto (propriedade, trabalho e família) o próprio trabalhador rural era posto como o objeto central do debate em que se discutia a vida e modo de trabalho do ponto de vista da produção ou do aumento da produção e não em quais condições se encontravam o trabalhador. O mais interessante é que quem discutia essas questões não eram os próprios trabalhadores inseridos nesse contexto e sim políticos e a parcela fundiária que acredita gerar emprego e renda para o País.

O Governo brasileiro discutia ruralidade em torno da funcionalidade da agricultura e dos programas sociais que deveriam ser criados para subsidiar a terra para promoção do desenvolvimento urbano-industrial do país, por meio de técnica de produção, porém, sem mexer na estrutura fundiária rural (GRAZIANO DA SILVA 1982).

Pensar nessa discussão proposta pelo Governo é reviver a história dos movimentos sociais no campo em que esses movimentos se dividiam em “velhos” e “novos” com foco na luta ligada à exclusão no campo e a injusta organização fundiária que se perpetua até hoje.

De acordo com Schneider (2003, p. 35) “[...] no Brasil destacam-se dois modelos de produção agrícola: o patronal e o familiar”. A agricultura patronal tem as seguintes características: processo produtivo com organização centralizada, ênfase na produção em escala, práticas agrícolas padronizadas, mão de obra contratada, utilização de tecnologia de ponta. Já a agricultura familiar tem como características a mão de obra basicamente familiar, contratada de forma complementar nos períodos de muito trabalho; a organização do processo produtivo é realizada pela família, a produção é diversificada e com objetivo de ocupar melhor a área, a mão de obra familiar e aumentar a renda e cuidados com a conservação dos recursos naturais, pois dependem totalmente destes para a reprodução da família (SCHNEIDER, 2003).

A aplicação desses “modelos” no campo é quase que direcionar a vida das pessoas rurais no sentido de resumi-la a modelos pré-definidos, pois quando utilizamos um modelo para aplicar no campo estamos padronizando um modelo de produção, o qual não se encaixa na pequena propriedade.

Para Denardi (2001), estes conceitos envolvem um julgamento prévio sobre o desempenho econômico destas unidades ou grupos familiares. O que se pensa tipicamente como pequeno produtor é alguém que vive em condições de pequena propriedade, que tem acesso nulo ou limitado ao sistema de crédito rural, que conta com técnicas tradicionais e que não consegue se integrar aos mercados mais dinâmicos e competitivos, como é o caso do agronegócio brasileiro. Em partes o autor está correto, no caso da Comunidade em estudo, por que se chegue ao território o trecho de estrada demarcado pelo agronegócio é imenso. Na via de acesso passamos por uma usina de cana-de-açúcar, grandes propriedades de políticos do estado de Mato Grosso do Sul e outras pequenas propriedades em que parte está arrendada para a usina da região. O autor tem razão ao afirmar que existe uma limitação ao crédito, mesmo porque, das pequenas propriedades que são subsidiadas pelo governo, poucas se encontram

devidamente escrituradas e estão em nome dos assentados. Não temos nem números para discutir isso porque o próprio governo não os divulga.

Entendendo essa realidade conseguimos compreender os motivos que levam os pequenos produtores sobreviverem diante do agronegócio. Não se trata de escolha, mas sim de sobrevivência. Como comenta Schneider (2003, p. 41), “[...] a Agricultura Familiar desempenha vários papéis, entre os quais, produzir e fornecer alimentos básicos de preço acessível e de boa qualidade para a sociedade e, ainda, reproduzir-se como uma forma social diferenciada no mundo capitalista”. Entretanto, dizer que estas são as características essenciais dessa forma de produção agrícola é desconhecer os traços mais importantes do desenvolvimento agrário tanto no Brasil como em países capitalistas avançados nos últimos anos.

Em estudos desenvolvidos pelo Ministério da Agricultura faltava ao pequeno agricultor brasileiro um elemento que pudesse ajudar a melhorar as perspectivas da família rural e adentrar no processo competitivo, uma política pública que fosse específica para a agricultura familiar do estado brasileiro. O que de fato foi uma alternativa muito viável economicamente, falando ao governo, trouxe uma minimização das massas que reivindicavam um posicionamento em relação à reforma agrária.

Com a percepção de fornecer mais acesso ao pequeno produtor rural nasceu o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) como um “incentivo” do Governo Federal para subsidiar a produção das pequenas propriedades. Este fortalecimento da agricultura familiar veio atender às demandas dos “agricultores familiares” na perspectiva governamental, ou seja, as necessidades reais percebidas pelo governo, transformando numa política nacional de caráter permanente que tinha em seu bojo premissas como:

Ajustar políticas públicas para atender à realidade da agricultura familiar. Viabilizar a infraestrutura rural necessária à melhoria do desempenho produtivo e da qualidade de vida da população rural. Fortalecer os serviços de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar. Elevar os níveis de profissionalização dos agricultores familiares. Propiciando-lhes novos padrões tecnológicos e de gestão (BRASIL, 2006, art. 3º).

A Lei nº 11.326/2006, em seu caput, firma o compromisso social de:

Apoio financeiro a atividades agropecuárias ou não-agropecuárias, para implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, de acordo com projetos específicos. Destina-se a promover o aumento da produção e da produtividade e a redução dos custos de produção, visando à elevação da renda da família produtora rural. (BRASIL, 2006, art. 1º e 2º)

Assim, para que os agricultores familiares tenham acesso ao programa precisam do enquadramento requerido pelo governo, ou seja, que a propriedade seja administrada pela própria família e os trabalhos sejam executados, em sua maioria, por familiares, com ou sem o auxílio de terceiros.

Esse acesso descrito pelo programa criou um enquadramento necessário para que o trabalhador rural, que vive da terra e mora nela, tenha as qualidades necessárias para o apoio do programa. Isso é quase um retrocesso no que diz respeito aos conceitos direcionados pelo próprio programa, pois o governo não quantifica de forma pontual quem são essas pessoas e onde elas se encontram e quem o faz, na concessão desse “apoio”, são instituições financeiras representadas pela figura das agências do Banco do Brasil.

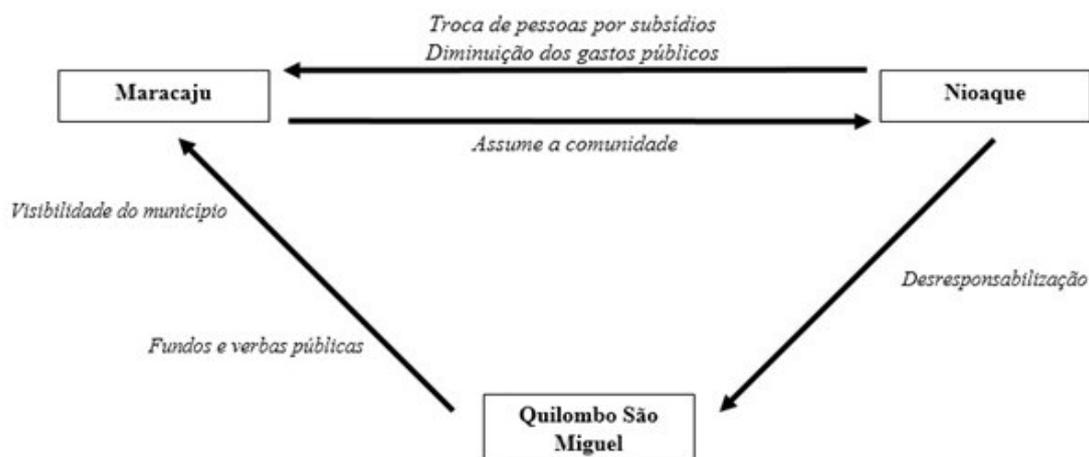
A Lei 11.636/2006 estabelece conceitos, princípios e instrumentos direcionados à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais que poderiam contar com incentivos públicos por meio de uma política econômica efetiva que fornecesse reais condições para fixação no campo. A proposta do governo era transformar no mundo rural familiar, entretanto, essa inserção e integração dos agricultores aos mercados revelam elementos determinantes e não previstos em lei para a emergência da pluriatividade rural.

Marsden (1995) descreve que o fenômeno dessa inserção rural do pequeno produtor à dinâmica do mercado está diretamente relacionado à nova configuração do espaço rural que se processa em decorrência da crescente mercantilização, a qual se estende a um vasto conjunto de esferas da vida econômica e social atribuindo às interações humanas e materiais que ali se reproduzem, valores mercantis que passam a regular o conjunto das estratégias desenvolvidas pelos agricultores.

Voltar-me-ei agora para a realidade pesquisada e, antes de falarmos sobre as questões rurais apresentarei uma figura que representa a teia de relações existentes entre os Municípios de Maracaju e Nioaque e a Comunidade que hoje é um grande gerador de visibilidade para o

governo de Maracaju. Apresento um fluxograma de relações existentes entre pessoas e agentes que se fazem presentes no lugar:

Figura 2: Fluxograma da teia de relações interinstitucionais do Quilombo São Miguel



Fonte: autoria própria.

O agronegócio se faz presente na região em que se localiza a comunidade, mas nem de longe se aproxima dela e muito menos das políticas desafiadoras propostas pelo Pronaf. Isso porque esse progresso chegou à cidade, mas não à comunidade, que até então não conhecia a realidade de “apoio” por meio do Pronaf. Diante do desafio de atender a zona rural nos municípios de Maracaju e Nioaque organizaram-se para atender a demanda rural da região.

Segundo “Lúcio”, contato da prefeitura de Maracaju, Nioaque cedeu em 2012 ao município a tutela da zona Rural de São Miguel e do Assentamento Santa Guilhermina por não ter condições financeiras e nem suporte técnico necessário para atender a comunidade rural. Estabeleceu-se entre os municípios um contrato não formal de interesses políticos e ações que Maracaju já desenvolvia e buscava maior visibilidade por meio de ações desenvolvidas na zona rural. A prefeitura, na gestão do atual prefeito Maurílio Azambuja, ligado ao partido do PSDB, passou a investir nos assentamentos, aldeia e quilombo da região criando imediatamente as seguintes ações: na construção e manutenção das escolas rurais, estabelecimento de parcerias com o Sebrae-MS e Senar e criação de uma pasta exclusiva de Departamento de Fomento Agropecuário que cuidaria exclusivamente do atendimento à população da zona rural. Ainda segundo “Lúcio”, o prefeito tinha o interesse em dar visibilidade ao município por meio do

Prêmio Sebrae Prefeito Empreendedor que premeia gestores que tenham implantado projetos com resultados comprovados, ainda que parciais, de estímulo ao surgimento e ao desenvolvimento de pequenos negócios e à modernização da gestão pública, contribuindo de forma efetiva para o desenvolvimento econômico e social do município (SEBRAE, 2015). Segundo o Sebrae¹¹, cada município pode inscrever até dois projetos na premiação, são oito as categorias de ações municipais: Melhor Projeto, Implementação e institucionalização da Lei Geral, Compras Governamentais de pequenos negócios, Desburocratização e formalização, Pequeno Negócios no Campo, Inovação e sustentabilidade, Municípios integrantes do G100 e Inclusão produtiva com segurança sanitária.

A visão geral da gestão municipal era que em, pelo menos, duas categorias o município pudesse se destacar, e isso aconteceu de fato na VII Edição do prêmio em que o município foi o vencedor da última edição nacional com o melhor projeto da região Centro-Oeste, que beneficia a agricultura familiar por meio de certificação. Em entrevista divulgada pelo Sebrae-MS, foi destaca a seguinte fala do atual prefeito Sr. Maurílio Azambuja¹² ao receber o prêmio:

O Prêmio dá visibilidade a iniciativas que podem servir como modelo a outras cidades; essa interação com outros municípios é fundamental. Temos que tirar as pessoas da informalidade e colocá-las no mercado; isso é importante para a economia do município”.

Posteriormente será relatado um pouco mais sobre a reciprocidade “criada” pela gestão municipal e como se organizam essas ações por meio das políticas públicas.

A região de Maracaju, na qual a Comunidade se encontra, é rica e está em pleno desenvolvimento, isso pode ser comprovado mediante simples observação do percurso até o quilombo São Miguel. O percurso é de aproximadamente 89 km, dos quais 80 km são de estrada de chão. Os primeiros 54 km, são normalmente percorridos por maquinário agrícola pesado e grandes carretas, ou seja, uma estrada voltada exclusivamente para o agronegócio e não para pequenos produtores que comprovamos ser verdade quando nos deparamos com a entrada da Usina BIOSEV (usina sucroalcooleira) e sua garagem de maquinário à beira da estrada. Em dias de chuva, a usina deixa de plantão no meio da estrada tratores para servirem como guinchos apenas para o transporte dos trabalhadores ou para os caminhões que lhes prestam serviço.

¹¹ VIII Edição do Prêmio SEBRAE Prefeito Empreendedor, disponível em <http://www.prefeitoempreendedor.sebrae.com.br/premio.php>

¹² Disponível em: <http://www.prefeitoempreendedor.sebrae.com.br/noticias/noticia.php?id=909>, acesso em: 29 de nov. de 2015.

A dinâmica do trabalhador rural da Comunidade é muito mais complexa do que a proposta de “apoio a realidade local”, dificilmente esse local foi estudado pelos Governos Federal ou Municipal a visibilidade de famílias rurais só se faz presente quando existe um interesse por parte da gestão pública, das grandes empresas ou mesmo do agronegócio da região. Mas esse apoio não se dá apenas pelo desenvolvimento do local e sim pela produção em grande escala e mão de obra barata presentes no campo, as quais serão apresentadas por este estudo.

2.3 POLÍTICA (OU ESTRATÉGIA) DE DESENVOLVIMENTO LOCAL VINCULADOS À AGRICULTURA FAMILIAR DA COMUNIDADE SÃO MIGUEL

Existem muitos projetos direcionados para a agricultura familiar como os quais listaremos a seguir, entretanto, o estudo se restringe aos programas vigentes dentro do município de Maracaju – MS, dos quais a Comunidade estaria apta a participar caso fossem utilizados pelo município. Apesar do município ter opções no uso dos programas, os assentamentos, indígenas e a comunidade de São Miguel estão incluídos em apenas um até o momento: Programa Nacional de Alimento Escolar.

Uma das estratégias do Governo Federal voltados para a agricultura familiar foi a criação de programas destinados a permanência do campo dos pequenos produtores. Pensando nessas ações foram criados os seguintes programas, segundo MDA (2014): Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e as Políticas Públicas complementares ao Pronaf e de assistência.

Na Cartilha de Orientação Pronaf (2014/2015, p. 6) são descritos os seguintes programas complementares: Assistência Técnica e Extensão Rural -Afer, Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, Programa Nacional de Alimentos Escolar - Pnae, Programa Nacional de Crédito Fundiário - PCNF, Programa de Aceleração do Crescimento - PAC2, Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Animal - Suasa, Programa Terra Legal, Programa de Cadastro de Terra e Regularização Fundiária - PCTRF, Terra Forte, Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel e Garantia Safra.

Na Cartilha de Orientação Pronaf (2014/2015, p. 7) existe a descrição de quais são os beneficiários do Pronaf “[...] os agricultores que comprovem seu enquadramento no programa

mediante apresentação da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) e que atendam os seguintes critérios” descritos em lei.

A Lei 11.326/2006 (PRESIDENCIA DA REPÚBLICA, 2006) se inspirou muito nos critérios do PRONAF e definiu o agricultor familiar e o empreendedor familiar como alguém que pratica atividades no meio rural com os seguintes requisitos:

I - não tenha área superior a 4 módulos fiscais;

II – Mão de obra predominantemente da própria família nas atividades econômicas do estabelecimento;

III – Renda familiar predominantemente de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento rural;

IV – Gestão do estabelecimento rural da própria família;

A Lei ainda enquadra como agricultores os silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, desde que atendam simultaneamente aos requisitos estabelecidos em Lei; o que quer dizer que não basta ser um agricultor, sendo necessário fazer parte também de um cadastro para que o poder público tenha conhecimento da atividade produtiva familiar, para que o produtor tenha acesso ao documento DAP. Bem, agora vamos a realidade local, na prática só esse enquadramento não possibilita esse acesso ao cadastro, mesmo porque, o governo não chega até essas famílias e quem deveria estar mais próximo da população rural é a AGRAER, que nesse caso específico não matem contato com a comunidade e sim a prefeitura que atua como ponte de repasse das informações.

Segundo a Portaria nº 21/2014, art. 2, III “[...] Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - DAP é o instrumento utilizado para identificar e qualificar as Unidades Familiares de Produção Rural e suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas”.

A Portaria nº 21/2014 faz uma divisão para qualificar as Unidades Familiares e posteriormente direcionar os grupos beneficiários dos tipos de créditos rurais:

Figura 3: Tabela das Unidades Familiares de Produção Rural

Unidades Familiares	Produção Rural
Grupos A e A/C	Assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA ou Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF;
Grupo "B"	Aquelas famílias com renda bruta anual até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)
Demais Unidades Familiares	Aquelas com renda bruta anual de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais).

Fonte: Portaria 21/2014.

A emissão da DAP é de responsabilidade dos órgãos ligados ao governo e sua emissão é gratuita e só poderá ser emitida no município onde o agricultor reside. Um dos benefícios propostos pela DAP é o registro de que o trabalhador é produtor rural e com isso estaria apto a utilizar os serviços de acesso financeiro criados pelo Governo Federal. No caso do município de Maracaju – MS, Comunidade São Miguel, a responsabilidade para emissão da DAP aos produtores, de acordo com a Portaria 21/2014, Art. 9º, II, K, é da “[...]”:

Fundação Cultural Palmares, por meio das entidades por ela reconhecidas, somente poderá emitir DAP principal e acessória para integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e, ainda, a DAP jurídica, desde que a pessoa jurídica beneficiária seja constituída exclusivamente por integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais.

A fundação só emitiria a DAP se a comunidade tivesse o documento de reconhecimento como remanescentes de quilombos, ou seja, antes mesmo de serem produtores deveria ter reconhecimento de que eram negros quilombolas. Para que a comunidade tivesse esse reconhecimento existiu um processo que se iniciou dentro da Fundação e que é acompanhada pelo INCRA. Esse processo de reconhecimento foi realizado na Comunidade e isso só aconteceu (Comunidade Quilombola Negra de São Miguel) em 2006, sendo que o registro de posse efetiva só chegou às mãos da Comunidade em 2009, ou seja, antes desse processo os produtores não teriam acesso a qualquer tipo de programa social que tivesse por objetivo o desenvolvimento rural sustentável.

Em relatos feitos por Seu Ramão, filho de Dona Joaquina e pastor, e Jorge, representantes da comunidade, no ano de 2006, a Coordenação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas de Mato Grosso do Sul (CONERQ) foi chamada pela Comunidade São Miguel para que interferisse em relação ao reconhecimento do território. Esse processo de autoreconhecimento como comunidades remanescentes de quilombos no estado de Mato

Grosso do Sul já estava em andamento, havia, segundo o INCRA/MS, uma lista com treze processos em andamento e, por anos, o da comunidade ainda continuava sem um desfecho.

Ainda segundo os dois entrevistados, foi quase um ano a mais de visitas técnicas do CONERQ e INCRA/MS, entre os anos de 2006 e 2007, para que se chegasse a finalização de um parecer, o consenso do processo de regularização fundiária, mas a emissão final de documento de posse da terra só chegou às mãos da comunidade em 2009, por questões burocráticas.

Antes da emissão de tal documento, a comunidade era invisível aos olhos do governo, não eram considerados produtores rurais, nem trabalhadores rurais e nem mesmo negros quilombolas como assim se autodenominavam. Em razão dessa invisibilidade alguns moradores, que são filhos dos filhos de Dona Joaquina, saíram da terra para estudar na cidade e conhecer um pouco mais do que lhes era de direito como negros. Como exemplo temos o próprio Jorge, neto de Dona Joaquina, este já trabalhou como empregado de fazendas vizinhas, filiado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST/MS) e integrante em 2005 das lideranças do MST no estado de Mato Grosso do Sul. Segundo ele, “o MST/MS foi escola para buscar mais direitos para a comunidade”. Ainda segundo Jorge, as vozes hoje estão mais fortes porque as pessoas aqui sabem a quem reclamar e chamar quando algo não está de acordo com os “combinados”.

Durante a minha visita, 22 de abril de 2015, Seu Ramão me convidou para uma caminhada até a última casa da Comunidade, ele me disse que não havia necessidade de levar o gravador e nem os cadernos, percorremos mais ou menos 2,5 km de muita lama, ele de pés descalços e eu de bota até a altura dos joelhos. Ele falando do tempo em que não havia luz no campo, do período que as mulheres faziam essa caminhada de três a quatro vezes ao dia para buscar água para as famílias e os animais. Seu Ramão falou: “tudo era difícil, mas nós cuidávamos melhor dos nossos filhos e ninguém vinha aqui só de curiosidade, vinha para ajudar mesmo, não tomava nada de nós”. Ao chegarmos a última casa, ele me mostrou de onde as mulheres coletavam água:

Era aqui, vi minha mãe vir aqui várias vezes no dia, aí vocês me falam de programa social, isso não chega aqui... só quando ele quer que agente vote. Se não for isso nada acontece. A gente já sabe que é assim, sempre foi assim. Eu acho bom você vir aqui e explicar isso para os mais novos, mas eu já vivi muito e só quem tem o barro nos pés conhece a dificuldade de quem vive aqui, agora você pode tira a bota para voltar comigo.

Ele sorri para mim e retornamos falando de como ele se tornou pastor da comunidade. Seu Ramão me contou que o Jorge, quando parou de seguir o MST/MS e retornou de fato para a comunidade, voltou muito preocupado com a educação oferecida para nossas crianças e promovendo várias reuniões explicando os modelos de apoio financeiro, os quais a comunidade teria direito, a começar pela moradia rural, luz e saneamento básico, coisas que Seu Ramão, segundo seu depoimento, jamais acreditou que pudesse chegar a comunidade.

Jorge me confirmou que ele aprendeu de fato a “pedir” ao Poder Público de forma oportuna e inclusive na época em que sua avó era viva, mandou por meio do MST/MS pedidos de enquadramento das terras rurais no Programa Luz para Todos, ele acredita que só chegou a luz para a comunidade em razão da influência que as lideranças estaduais tinham naquela época.

Em conversa informal consentida por Jorge ele descreveu:

Só quando nós tava nesse meio é que a gente sabe como isso funciona, época em que o governo era PT era tudo mais fácil porque as lideranças eram mais presentes, só isso teve um peso para demarcação nas nossas terras... aí depois o INCRA nos concedeu a outra que foi considerada terra quilombola. Aprendi de tudo, até que se fincamos na frente da prefeitura com barracões as coisas acontecem aqui. Com o tempo a gente aprende e vamos aos poucos conseguindo uma melhora para o nosso povo, eu acredito que tivemos muita sorte porque tem várias comunidades que não tem gente pra lutar por eles e são irmãos como a gente.

Fica bastante claro que a comunidade desenvolveu uma maneira de se relacionar com os agentes públicos para que se concretizassem seus direitos e oportunizassem as políticas públicas dentro da comunidade. O que percebi é que antes não existia uma pessoa que gostasse do meio político para brigar por recursos e, hoje, essa figura que exerce o papel de liderança na busca por conhecimento político é, justamente, Jorge.

2.4 PROGRAMAS DESTINADOS A AGRICULTURA FAMILIAR

Antes de ser explicado cada um dos programas, é necessário analisar o contexto necessário para se enquadrar como agricultor e beneficiário estão aptos para utilizar os benefícios descritos pelo MDA (2014). O PRONAF, criado pelo Decreto nº 1.946/1996, é um programa de crédito, criado pelo Governo Federal, que permite acesso aos recursos financeiros de desenvolvimento e tem como público alvo agricultores familiares, assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais para o financiamento individual ou coletivo.

A Comunidade tomou conhecimento do programa na primeira visita realizada por mim e pelo João, onde indiquei alguns enquadramentos do programa para o genro do Seu Ramão que demonstrou interesse o que, posteriormente, me fez levar um roteiro para elaboração de projetos de financiamento de custeio que pudesse ser aplicado na propriedade rural. Com o roteiro em mãos o produtor poderia procurar o projetista da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER) para que fosse encaminhado ao Banco do Brasil, instituição autorizada para análise de financiamento.

Segundo o Manual Operacional do Pronaf (MCR 10) a taxa de juros praticada pelo programa é abaixo da inflação, o que facilita a execução das atividades agropecuárias nas atividades de custeio e investimento da propriedade rural. Simulei uma aquisição de mudas de limão, laranja e abacaxi com base na taxa de juros praticada em abril de 2015 (4,5% a.a, não considerando outras taxas, cujo banco pudesse cobrar) pelo Banco do Brasil, demonstrando os benefícios do programa, desde que o dinheiro fosse utilizado de forma adequada e o pagamento do financiamento fosse realizado em data determinada no ato do acordo, ficando claro que são oportunidades, mas que cabia a intuição financeira avaliar a capacidade de pagamento de cada um dos produtores.

Outro programa muito interessante para a comunidade é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003 por meio da Lei 10.696/2003, que descreve e torna obrigatório aos órgãos públicos federais, estaduais e municipais a aquisição de alimentos diretamente dos pequenos produtores. Essa aquisição de alimentos, segundo a Resolução nº 02 de 29 de setembro de 2003, se dá mediante processo de dispensa de licitação com o objetivo de inclusão social e criação de emprego e geração de renda aos pequenos produtores. A compra dos alimentos da agricultura familiar, ainda segundo a Lei, é realizada por meio das chamadas públicas para o fornecimento de refeições regularmente fornecidas em presídios, quartéis e hospitais de entidades públicas. Esse é um programa que enquadra a Comunidade São Miguel que, no início de 2015, passou a produzir e fornecer alimentos para a Prefeitura de Maracaju. Isso só foi possível em razão a regularização documental da Comunidade e de cada produtor, sendo o Jorge o responsável para cobrar e coletar todas as informações necessárias da produção local.

Confrontei essa informação fornecida pela comunidade com “Lúcio”, que me relatou que a comunidade estava sim fazendo parte do programa PAA desde início de 2014, sendo que em outros anos a prefeitura havia tentado enquadrar a comunidade para participação do orçamento direcionado para a agricultura familiar, mas que não havia sido possível em razão

de procedimentos documentais. Foi então que a prefeitura indicou ao Jorge a pessoa que representaria a comunidade em audiências públicas, cuidando de toda a papelada, inclusive dos envelopes com indicações de preços necessários para que a comunidade fosse competitiva.

Interessante dado de integração da comunidade, mas de forma muito oportuna ao agente público. Em relato “Lúcio” me descreveu que foi a única forma de incluir a comunidade já que o grupo não tem o dinamismo necessário para participar do processo de chamada pública. Perguntei a Lúcio se alguma vez Jorge havia acompanhado o processo para se inteirar de como funcionava a questão. Lúcio nos afirmou que todos da comunidade não “têm paciência” para acompanhar o processo e a prefeitura acaba se encarregando de cuidar dos tramites do processo. Lúcio nos explicou ainda que a prefeitura realiza ações dessa natureza com todas as comunidades (assentamentos, aldeia e quilombo) da região. A alegação do agente é a agilidade que isso gera ao processo, mas desconhece que a autonomia é essencial para que a comunidade caminhe sem a dependência de qualquer agente público.

Diante dessas informações, fiquei a imaginar e comentei isso como o João no retorno da nossa visita, se caso houver uma mudança na prefeitura ou saída do secretário da pasta, ou o próprio prefeito dispense do cargo a pessoa encarregada para “agilizar” esse procedimento de chamada pública dessas comunidades, nada mais irá funcionar! Existe uma dependência em todos os sentidos nesse caso relatado, dependência do sistema, dependência financeira e ausência de autonomia para o processo de gestão, tudo isso não vai de encontro com a proposta do próprio governo, descrita dentro do programa, com o intuito de gerar uma produção sustentável para a família.

Um outro programa interessante é o Programa Nacional de Alimentação do Escolar (PNAE) instituído pela Lei nº 11.947/2009 que prevê a compra de pelo menos 30% dos alimentos provenientes da agricultura familiar para serem servidos nas escolas da rede pública de ensino. Essa aquisição por parte dos estados e municípios é realizada por meio das chamadas públicas que possibilitam a prática dos preços dos alimentos registrados e comercializados nos mercados locais, tendo como premissa o favorecimento do pequeno produtor local. A prefeitura informou que está verificando a possibilidade de inclusão das comunidades para participação do programa em 2016, uma vez que é necessário que tenham uma produção mais consistente do que a que existe até agora.

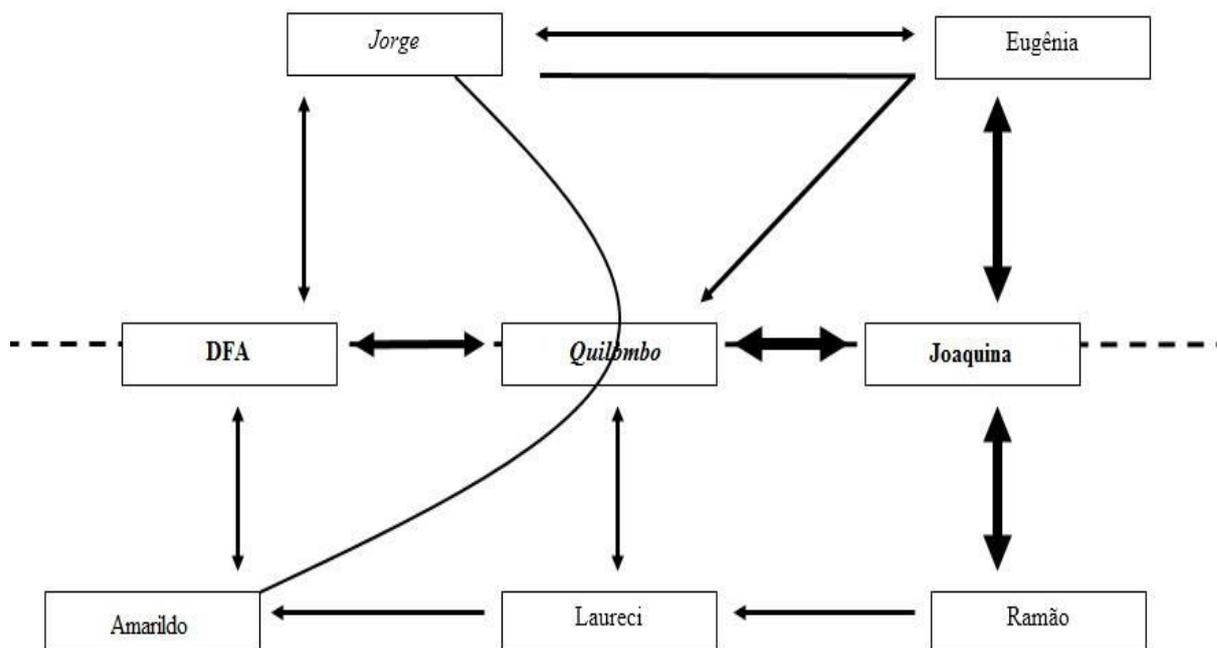
O programa Terra Forte, programa de interesse da comunidade, visa estimular e apoiar o incremento de renda nos projetos de assentamento com atividades socioeconômicas

sustentáveis, valorizando as características regionais, experiências e potencialidades locais. Esse recurso é destinado ao financiamento de projetos de cooperativas e associações que visem implementação e modernização de empreendimentos coletivos agroindustriais em assentamentos da reforma agrária (MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2013).

Esses são alguns dos programas que foram identificados como os mais interessantes para a Comunidade São Miguel e que podem gerar benefícios no curto prazo para os seus moradores, sendo que esses programas foram pensados por serem os mais acessíveis em termos de procedimentos documentais e acesso mais fácil, no que diz respeito a organização social. Aos moradores há ausência de alguém que os oriente melhor nos procedimentos de inclusão social que tentei minimizar com orientações e entrega de manuais gerados pelo Governo Federal com o intuito de orientar melhor o Jorge. Destaco ainda que vários dos moradores não possuem grau de escolaridade ou ainda são consideradas analfabetos, o que dificultada a interação com o grupo como um todo, direcionando apenas informações a algumas pessoas da comunidade.

2.5 POLÍTICAS PÚBLICAS VERSUS AGRICULTURA FAMILIAR

O intuito deste item é descrever como interagem as políticas públicas de Maracaju com a comunidade pesquisada, e para fazer essa descrição foi necessário estabelecer vínculos entre mim e as demais lideranças da comunidade, que se organizam formando uma teia de relacionamentos entre prefeitura e comunidade por meio das diferentes lideranças existentes no Quilombo:

Figura 4: Teia de Relações e Lideranças**Legenda:**

D.F.A = Departamento de Fomento Agropecuário responsável pelo direcionamento e execução das ações ligadas a agricultura familiar, incluindo o pagamento das aquisições de alimentos realizadas pela prefeitura

Jorge: neto de Dona Joaquina e filho mais velho de Dona Eugênia, atualmente presidente da Associação Quilombola Negra de São Miguel e pessoa pública que representa a comunidade e seus interesses;

Dona Eugênia: mãe do Jorge e filha de Dona Joaquina, pessoa que coordenada as mulheres da comunidade em cursos, almoços e festas:

Seu Ramão: pastor evangélico da comunidade (líder espiritual), filho de Dona Joaquina e um dos principais atores que vivência e relata a memória vivida por sua mãe, e o novo processo de divisão de trabalho, de geração de renda que está se desenvolvendo.

Laureci: filha do Seu Ramão, saiu ainda jovem da comunidade para trabalhar e estudar em Nioaque, retornou a comunidade para trabalhar como professora da escola rural no período vespertino, escola instalada a 500 metros da entrada da comunidade, pessoa responsável pela escolarização das crianças e doceira da comunidade;

Laurindo: esposo de Laureci, pessoa branca que não tem vínculo de sangue e conheceu Laureci quando esta veio a estudar em Nioaque, conhecedor de manejo no campo, já foi empresário na cidade, conhecedor de programas sociais e muito questionador quanto aos aspectos burocráticos de organizações sociais.

Fonte: TASHIMA, Lucélia e SILVA, João Alberto.

Esses atores representam as diferentes vozes de interesses existentes no lugar. Identificamos em um primeiro momento Dona Eugênia, que hoje representa a figura de Dona Joaquina, unindo um passado de muita dificuldade com a desconfiança do novo gerando novas oportunidades aos que querem produzir. Jorge, seu filho, é a voz que representada administrativamente São Miguel, que tenta conciliar o que se espera da comunidade e o que é da vontade de sua mãe, figura muito presente nas conversas, reuniões e demais acontecimentos do lugar. Ela não se insere de forma impositiva nas discussões, mas registra suas opiniões em olhares para o filho e, posteriormente, opinando nas ações coletivas. Jorge representa a figura política e conciliadora entre o novo e o velho. Amarildo, esposo da professora e genro de Seu Ramão, é uma figura que muito ativa nas discussões de interesse coletivo, primeiro porque é comerciante nato e espera prosperidade por meio do trabalho que desenvolve na terra, planta dentro da propriedade de Seu Ramão, que hoje é idoso e a grande parte do trabalho quem realiza é o genro. Ele entende de lavoura, constrói equipamentos de plantio (semeadeira) e vive procurando por outras fontes de renda desde janeiro de 2015, quando a prefeitura de Maracaju acordou comprar sua safra de feijão e não o fez dentro do prazo estabelecido, ocasionando ao produtor, a perda de toda produção. Amarildo é quem cobra e “briga” pelos interesses da comunidade junto a D.F.A. e coloca de forma muito pontual os acordos tratados e não cumpridos pela gestão para com a comunidade. É criticado por Dona Eugênia por não conhecer a história do lugar e por “querer sempre mais” ações da parte de Jorge.

Seu Ramão se considera líder espiritual de São Miguel, mas não tem mais a liderança que tanto prega, ele acolheu a filha, que foi para a cidade estudar e retornou tempos depois, formada em pedagogia e casada com alguém que não era parte dos seus. Isso gerou desconfiança, principalmente por parte de Dona Eugênia, que acreditava que futuramente o genro pudesse vender a chácara de Seu Ramão. Hoje Seu Ramão e sua esposa, que tiveram seis filhos, é cuidado pela filha Laureci e pelo genro Amarildo.

Aqui se explica da linha pontilhada que gera uma divisão entre gerações, e quem sabe até interesses na forma de enxergar o seu ganha-pão. Mas o que é interessante é a forma mediadora que Jorge desempenha entre sua mãe e Amarildo, que muito contribuem para a prosperidade, cada um a seu modo, de São Miguel.

Durante quatro meses, no início da pesquisa, me perguntava quais os motivos que levaram a gestão de Maracaju a olhar São Miguel com tanto cuidado a ponto de levar assistência

técnica, trator, intermediar compra de sementes, de mudas mais baratas para o plantio, entre outras situações vantajosas apenas a comunidade. A curiosidade foi despertada principalmente quando mapeamos a distância da sede da comunidade à Maracaju e à Nioaque. De São Miguel a Maracaju são 89 km, dos quais 19 de estrada de chão cascalhada, 9 km de asfalto e o restante de chão de muitos buracos. Já da comunidade até Nioaque, são 29 km, dos quais apenas 21 km são de estrada de chão de melhor acesso do que a que liga à Maracaju, sendo que o restante é asfalto. Curioso é também, que embora esteja muito mais próxima em distância à Nioaque, não foram identificadas ligações com nenhum tipo de política e investimentos daquele município. “Lúcio” nos informou que há um acordo não formal entre as prefeituras de Maracaju e Nioaque, o primeiro é responsável pela assistência técnica e o segundo empresta maquinários agrícolas a Maracaju para que possa levar aos assentamentos. Tal “acordo”, aparentemente sem interesse, é um acordo feito no passado para que Maracaju divulgue as ações realizadas para a agricultura familiar com a intenção de autopromoção do município. Isso em razão de vários fatores: a renda do município é maior que a de Nioaque, eleitorado dos assentamentos está vinculado a Maracaju e existe interesse da prefeitura de Maracaju em ganhar um prêmio nacional, pela segunda vez consecutiva, de Prefeito empreendedor. Vejamos os dados de arrecadação dos Municípios que encontrei no portal da transparência:

Figura 5: Quadro comparativo da arrecadação mensal dos municípios de Nioaque e Maracaju em 2015.

Arrecadação Ano 2015 por Município- MS		
Mês	Nioaque	Maracaju
	Valor arrecadado	
Janeiro	3.184.273,51	9.120.443,93
Fevereiro	2.718.550,18	9.331.576,15
Março	2.425.467,43	10.037.851,44
Abril	2.778.380,11	8.567.828,91
Maio	2.825.471,83	8.292.575,57
Junho	2.772.876,07	7.484.884,18
Julho	2.660.739,46	8.281.884,16
Agosto	2.756.616,66	7.020.027,24
Setembro	2.651.496,18	7.375.079,01
Outubro	3.616.414,03	11.784.548,25
Novembro	2.878.058,37	10.702.423,07
Dezembro	3.513.336,72	9.976.797,99
Total	34.781.680,55	107.975.919,90

Fonte: Portal da Transparência¹³

¹³ www.portaldatransparencia.gov.br, acesso em: 03 de jan. de 2016,

Conforme afirma “Lúcio”, o que foi possível comprovar com os números, a arrecadação de Maracaju é muito superior a de Nioaque, mas não foram identificados os valores dessa arrecadação que são investidos em convênios ligados a projetos sociais no meio rural, nem mesmo os portais da transparência dos dois municípios divulgam essa informação.

Quanto aos números de eleitores, busquei as informações dos dois municípios no Tribunal Regional Eleitoral – TRE/MS e têm-se os seguintes números:

Figura 6: Quadro comparativo do eleitorado dos municípios de Nioaque e Maracaju

Dados Eleitorais da 16ª Zona Eleitoral			
MUNICÍPIO	LOCAIS	SEÇÕES	ELEITORADO
MARACAJU	18	100	26.687

Dados Eleitorais da 45ª Zona Eleitoral			
MUNICÍPIO	LOCAIS	SEÇÕES	ELEITORADO
NIOAQUE	20	45	10.403

Fonte: TRE/MS Sistema Elo – atualizado em 08/01/2016 – 12:44;44

Desse eleitorado de Maracaju, somente a zona rural corresponde a aproximadamente 2% do eleitorado total, segundo dados do TRE/MS, há na Zona Rural os seguintes números de eleitores:

Figura 7: Eleitorado da Zona Rural de Maracaju

ENDEREÇO	LOCAL	ELEITORES APTOS
Assentamento Santa Guilhermina	Zona Rural	224
BR 060, km 100	Zona Rural	74
Comunidade Negra Quilombola São Miguel	Zona Rural	55
BR 267, km 4	Zona Rural	65
Total de eleitores votantes		418

Fonte: TRE/MS - Sistema Elo.

Visitei as quatro zonas rurais e em todas “Lúcio” realiza visitas semanalmente, leva assistência técnica agrícola para aqueles que têm interesse no plantio e venda para a prefeitura. Foi possível perceber que ali ocorre o que o mercado financeiro descreve como “venda casada”,

situação em que, por exemplo, “eu forneço o meu produto e você compra o meu serviço”. Segundo “Lúcio”, a prefeitura passa uma lista dos produtos que precisa adquirir e o produtor “escolhe” o que irá produzir, a partir daí a prefeitura passa a dar assistência técnica agrícola para a região.

O papel dos investimentos públicos direcionados para orçamento dos municípios deveria ter como objetivo, a diminuição dos custos de produção e viabilizar a produção do campo, contribuindo para desenvolvimento da economia local. Sendo assim, as políticas públicas voltadas à promoção da agricultura familiar seriam capazes de diminuir algumas das dificuldades históricas para o desenvolvimento do setor como: a baixa capitalização, a dificuldade de acesso ao crédito, o acesso aos mercados modernos pela adoção do uso de tecnologia na produção e outras variáveis locais.

Supridas tais dificuldades o trabalhador poderia contribuir para a economia local e para o desenvolvimento do seu setor onde estão inseridos por meio da produção local, atendendo ao município e o seu entorno. Nesse contexto se inserem os atores locais que trabalham dentro da comunidade, caso do nosso contato “Lúcio”, com o objetivo de desenvolver habilidades e competências gerando desenvolvimento individual e coletivo. O grande problema do uso desses vetores de desenvolvimento é que eles foram criados para uma realidade geral e não local para cada unidade familiar municipal ou ainda, acabem desviando o curso do interesse coletivo para um interesse político e/ou partidário. As necessidades não são endógenas, nem retratam a vivência do município e da comunidade agrícola do local.

Ávila (2000) é do parecer que essa problemática acontece quando o desenvolvimento social não se inicia pela comunidade e sim por uma demanda social reativa a perspectiva econômica geradora de progresso, da qualidade de vida social e cultural do grupo vivido. Segundo o autor, essa é uma ideologia do capitalismo moderno pressupondo que a dinâmica de progresso social ocorre pela dinamização econômica da sociedade. Ávila (2000) ainda afirma que essa reativação de fato ocorre, mas não é necessariamente um fator de desenvolvimento local. O desenvolvimento da comunidade só ocorre quando “[...] a comunidade mesma desabrocha suas capacidades, competências e habilidades de agenciamento e gestão das próprias condições e qualidade de vida, metabolizando comunitariamente as participações efetivamente contributivas de quaisquer agentes externos” (ÁVILA, 2000, p. 69).

Quando o agente público ou qualquer outro agente externo se dirige a comunidade para promover melhoria das condições econômicas, sociais e/ou culturais, descritas em sua

maioria como a melhora na qualidade de vida, ainda que seja, com a participação ativa da comunidade, Ávila (2000, p. 69) afirma que “[...] isso é desenvolvimento no local” e não desenvolvimento local.

Um outra problemática que irá ser discutida no decorrer do estudo é que vários autores descrevem a agricultura familiar da pequena propriedade como uma produção orientada para a satisfação do bem-estar da família, que segundo retratado por Altafin (2005), essa satisfação vem antes da obtenção de maior lucratividade da propriedade rural. O mesmo autor escreveu que isso ocorre por não haver uma separação entre a gestão do trabalho rural e o trabalhador em si, estando ambos sob a responsabilidade do produtor e da própria família.

Diferentemente de Altafin (2005), Denardi (2001) descreve que a unidade familiar é uma gestora de produção e de reprodução social e dela pode decorrer sim a produção e a lucratividade desde que se tenham condições de produção e proximidade com o mercado local, realidade esse nem sempre vivida pela zona rural.

2.6 PROGRAMAS DA AGRICULTURA FAMILIAR UTILIZADOS PELA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SÃO MIGUEL

Os trabalhos direcionados para agricultura familiar em Maracaju – MS, da Comunidade São Miguel, apoiados pela Gestão Municipal atual iniciaram em 2013 pelo prefeito Maurilio Ferreira Azambuja (PMDB) que assumiu o Município em 2012. O município conta com uma Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente que direciona quais ações pontuais serão direcionadas aos produtores que vivem em assentamentos e quilombos da região.

Em 2013 a Secretaria direcionou ações de acompanhamento aos produtores realizando um cadastro para identificar quais eram as famílias que exerciam atividade produtiva voltada para a agricultura familiar. Nesse período a Comunidade Quilombola de São Miguel não havia sido contemplada e só fez parte efetivamente desse processo de inclusão (cadastro) no segundo semestre de 2013, quando, segundo a prefeitura, a comunidade demonstrou interesse no plantio.

Esse cadastramento serve para que a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente, saiba quais são os alimentos produzidos pelas famílias e em qual periodicidade ocorre a produção. O cadastro é um “acordo” em que o Município se compromete a realizar

ações de acompanhamento aos que tenham uma produção constante. A resposta a essa ação não foi satisfatória para a Secretaria, segundo relato de “Lígia”, cujo nome não será divulgado para que não haja comprometimentos, mas como se trata de uma informação pública é possível divulgar a entrevista que foi autorizada pelo prefeito:

No primeiro ano de gestão, 2013, a secretaria focou em alguns assentamentos o trabalho de acompanhamento, e o Quilombo não estava dentro desse programa. Só que nós não tivemos respostas dos assentamentos. Então, a partir do segundo ano o Lúcio, do Departamento Agropecuário, começou a pegar firme para atender as famílias do quilombo. E aí que isso foi uma surpresa, porque quando a gente começou a dar assistência técnica, suporte, ensinando eles a como produzir eles responderam mais do que todos os outros. Aí a gente começou a se encantar com o trabalho deles. Quinzenalmente vem um técnico cedido pelo Sebrae dar uma capacitação as famílias: o que eles vão plantar, e nós auxiliamos, dividimos o tipo de produção, para que cada um não fique com a mesma demanda (só planta mandioca, só alface) para que tenha uma escala de produção no local (Entrevista em 20/08/2015).

“Lígia” informou que muitos assentamentos não respondiam porque não queriam plantar, o que era acordado ou mesmo porque plantavam e por diversas razões não dava certo o plantio. Via-se de tudo: abandono da terra, ao invés de plantio, havia arrendamento da área, mudança de plantio para criação de animais, deixando todos (prefeitura) muito confusos com o que realmente os produtores queriam.

Durante essas conversas percebi que é muito comum os “acordos” entre o que a prefeitura deseja e o potencial produtivo da região. Esse acordo é único e exclusivo de interessa público e não com a intenção de dar autonomia para quem produz. Lúcio mencionou ainda que a maioria dos assentados quer trabalhar do “jeito deles”, “aí complica tudo, eles parecem que não saem do lugar, quando a gente passa com o caminhão para pegar os alimentos, não tá pronto, ou eles querem fornecer outra coisa que foge do combinado, vira um caos”.

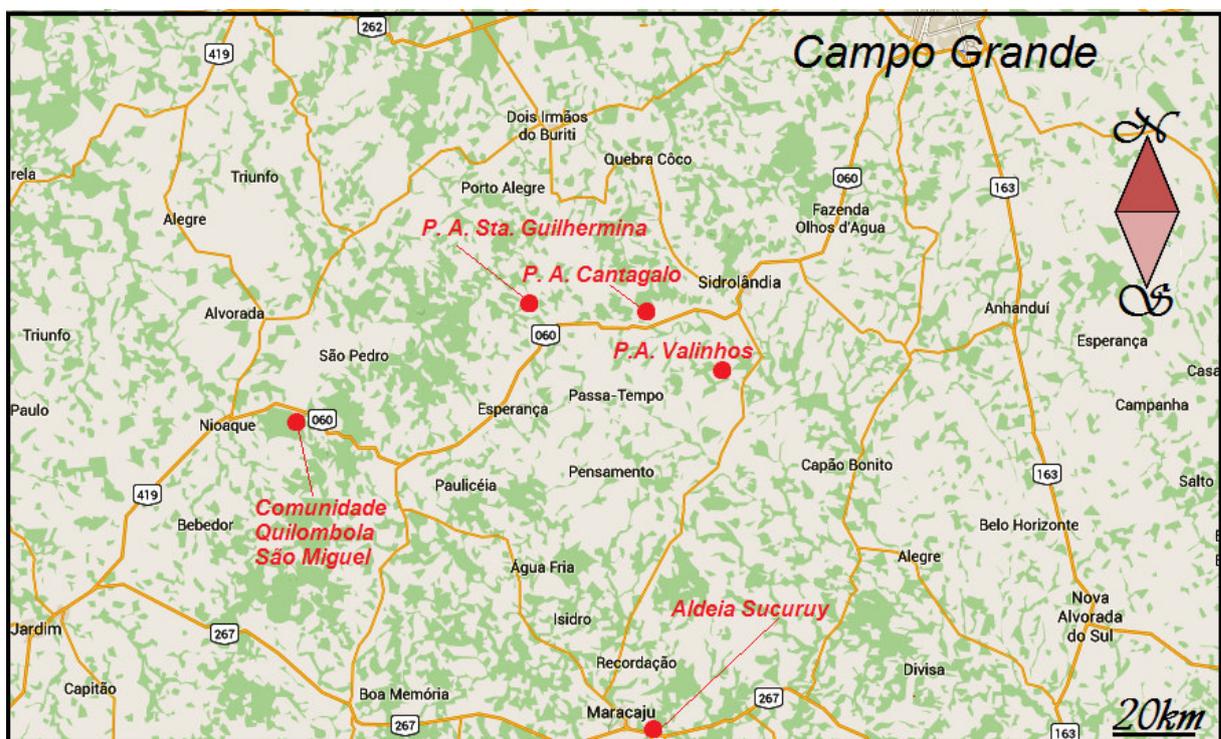
Segundo Brandão (2009), o fato de que uma comunidade quilombola ou uma comunidade rural possuam formas peculiares de um modo de vida, modo de produção ou de uma cultura, não podem ser descartadas como formas inapropriadas de vida e/ou de produção, são diferenças que podem ser superadas desde que se tenha a compreensão da comunidade como um todo, tal comunidade representa um ator ou um fator de distribuição de identidade produtiva local.

Outro dado que foi repassado Lúcio: “todo final de cada ano as nutricionistas do município repassam a Secretaria o cardápio da merenda escolar e a quantidade de alimentos que irão utilizar ao longo do ano, e em quais momentos e quais produtos serão utilizados”. Em

função dessa agenda alimentar é que a Secretaria organiza e se articula com os grupos de produção familiar planejando a demanda do consumo.

Essa ação de acompanhamento permitiu ao Município incluir no Pnae e no PAA algumas famílias que produzem, entre elas, assentados, indígenas e quilombo que estão localizados no entorno de Maracaju nos diferentes lugares da região: Assentamento Cantagalo, Assentamento Santa Guilhermina, Assentamento Valinhos, Aldeia Sucury e Quilombo São Miguel.

Figura 8: Mapa da localização dos Assentamentos, Quilombo e Aldeia indígena



Fonte: Google Maps (2016) (adaptação própria).

Segundo “Lígia”, todas as terças-feiras um caminhão da prefeitura vai até uma das áreas produtivas para pegar os alimentos produzidos. Foi ação de acompanhamento que possibilitou a geração de renda as famílias rurais e diminuiu as solicitações assistencialistas para a prefeitura:

Nos damos o suporte desde o começo, desde o que eles vão plantar, acompanhamento do cultivo, colheita... tudinho! E eles são bem esforçados, tudo que a gente coloca, explica, muitos cursos Lúcio levou para cada um desses lugares, entre eles, panificação, doces, agroindústria do mel. Todos esses cursos são parcerias que a prefeitura realizou com órgãos de apoio: Universidades, Sebrae e Senar.

Assim, esses agentes públicos, para justificar uma moral da escassez e da necessidade tendem normalmente a subvalorizar a capacidade dos agricultores quilombolas de resistirem às dificuldades, bem como de tratarem o modo pelo qual eles tentam superá-las como meras estratégias de “conseguir de qualquer jeito” e não como habilidades e realizações pessoais e coletivas (RICHARDS, 1995). Por vezes, essas práticas e conhecimentos são categorizados à condição quilombola, as quais, na verdade não remetem. Isso acontece quando essa particularidade do território é generalizada e quando não se considera as transformações nativas e as vivências da comunidade, projetando um passado inferior as práticas atuais.

Brandão (2009) destaca a importância de dinâmicas temporais de vinculação entre um território coletivo por meio de trabalho, mas isso precisa ocorrer por meio dos seus fundadores, que nele se instalaram, e não como forma sugerida e impositiva por parte do agente público. O autor relaciona a autonomia da coletividade em sua totalidade social, sendo que o mundo de dentro da comunidade precisa se articular com o mundo de fora, por meio dos agentes influentes da sociedade, papel este que deveria ser desempenhado pelo poder público. É o que Ávila (2000) descreve como movimento endógeno, de dentro para fora, com o intuito, que de fato, as ações coletivas de uma organização gerem o desenvolvimento no local.

Segundo “Lígia”, algumas famílias estão mais ligadas a prefeitura por meio do Pnae, outras ligadas ao PAA e outras ligadas a participação da Feira do Município, que acontece todas as quartas-feiras e sábados. A prefeitura articulou a participação dos diferentes grupos para que todos pudessem participar dos programas, normalmente, por exemplo, o grupo quilombola não participa da feira, mas é contemplado pelo PAA.

O que percebi é que o Município destina uma parcela pequena do seu orçamento para aquisição de alimentos provindos da agricultura familiar, segundo informação de “Lígia”:

A orçamento do município destinou R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais) para esse programa, e por isso não temos como contemplar todos e nem mais dinheiro para esse ano (2015). O esforço tem sido grande para direcionar os recursos, mas tem muita coisa que acabamos não comprando deles, por acordamos e quando chegamos para comprar nem sempre tem o suficiente que precisamos.

Ainda segundo “Lígia” a feira de sábado é uma ação municipal com o intuito de organizar e cadastrar os produtos da região, sem custo. A prefeitura disponibilizou lugar adequado e barracas onde os produtos pudessem ser expostos para comercialização local. Fica a cargo de cada produtor se organizar no que diz respeito ao deslocamento, limitando assim a participação de algumas comunidades na participação da feira em razão da distância. Em alguns

lugares, como é o caso do Quilombo de São Miguel, não existe a possibilidade de participação, diferentemente da Aldeia Sucury que está localizada a 4 km de Maracaju. A feira tem início as 5 horas e termina por volta das 8 horas da manhã.

Inicialmente a prefeitura, segundo “Lígia”, até tentou ajudar a comunidade a fazer parte do projeto da feira, mas aconteceu que eles chagavam por volta das 8 horas e a comunidade já havia comprado os produtos e por várias vezes eles voltavam com grande parte da mercadoria trazida.

Em razão da distância a prefeitura fez parceria com o Assentamento de Valinhos e disponibilizando o caminhão para pegar os produtos e trazê-los para a feira com o objetivo de participarem e comercializarem a produção. Segundo “Lígia”, foi uma ação que deu certo e contou com a participação das várias famílias do assentamento. Inicialmente apenas 7 famílias participantes, no meio do ano já eram 10 famílias. e em setembro de 2015, o município conta com participação de 15 famílias na feira aos sábados.

Em depoimento, “Lígia”, revelou que a inserção da Comunidade Quilombola aconteceu efetivamente no início de 2014 (produção) até então, a comunidade não produzia para a comercialização, apenas para subsistência.

A comunidade era isolada e o acesso era difícil e ninguém tinha contato lá. Em Valinhos nós ficamos um ano lá com um agrônomo e das 76 famílias, apenas 6 se sobressaíram e passaram a produzir e são as que nós continuamos a dar assistência. Então, do ponto de vista gerencial, não compensa ficar um ano para apenas esse número tornar-se produtores efetivo. Isso não aconteceu com o Quilombo, lá na primeira vez que demos a assistência, todas as famílias demonstraram interesse e montamos os grupos de acompanhamento e produção. Hoje nós podemos afirmar que 50% da merenda do Pnae vem do Quilombo. Até os outros assentamentos que são maiores não tem a participação que o Quilombo tem. Depois, nos começamos a ver que realmente eles poderiam produzir, o Município começou a investir mais lá, por meio de máquina (trator e grade de arado) e hoje eles têm renda e não vivem só daquilo que produzem.

Hoje, ainda de acordo com as percepções de “Lígia”, não é 100% da merenda escolar que vem da agricultura, isso porque tem a questão das frutas, leite e da carne que o município compra de mercados em geral. “Apesar de termos um número grande de produtos, hoje o município não tem escala de produção constante da agricultura familiar”. Segundo “Lúcio”, que visita com frequência os assentamentos, os produtores são muito desconfiados em acertar grandes produções com a prefeitura, isso em razão de outras gestões em que era acordado determinado produto e quantidade e o órgão simplesmente não comprava os produtos exigindo a entrega ou mesmo alegando que em razão das chuvas ficavam sem acesso ao quilombo.

Muitos produtores arrendaram suas terras em razão da situação instalada e migraram para outros tipos de atividades.

O Município, ainda segundo “Lúcio”, está atingindo a média de aquisição de alimentos que é 30% de compra proveniente da merenda escolar. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE determina que os Municípios devem estar atentos a legislação, Lei 11.947/2009 que diz:

A Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, determina que no mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) deve ser utilizado na compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas. A aquisição dos produtos da Agricultura Familiar poderá ser realizada por meio da Chamada Pública, dispensando-se, nesse caso, o procedimento licitatório.

Segundo o FNDE, a aquisição de alimentos destinado ao escolar está regulamentada, em Resolução CD/ FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, que dispõe sobre:

(...) o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do PNAE. Com base na Resolução supracitada, a Coordenação Geral do Programa Nacional de Alimentação Escolar – CGPAE/FNDE elaborou o Manual de Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar, que tem como objetivo apresentar o passo-a-passo do processo de aquisição da agricultura familiar

Hoje a realidade que o Município de Maracaju vive, segundo “Lúcio”, é que “essas famílias não tem a noção de escala de produção, portanto, não podemos contar 100% com o que eles desejam produzir”. Um exemplo dado pelo informante que retrata essa situação: com uma produtora do assentamento Valinho foi acerto que entregaria 300 kg de repolho e na data de entregar do produto a produtora não tinha a metade dos produtos acordados. Isso ocasionou em uma mudança no cardápio da merenda e troca inclusive da produtora para o fornecimento de alimentos.

Segundo ainda depoimento de “Lúcio”, essas atitudes pontuais “são reflexo da gestão passada que acordava com os produtores o plantio e compra de produtos e simplesmente não mais apareceriam nos assentamentos”. “Lígia” explica que já ocorreram situações em que os produtores vinham até a prefeitura com caixas e mais caixas de alimentos solicitando uma satisfação do prefeito na aquisição e, na época, não existe orçamento para as compras.

Foi difícil estabelecer novamente a relação de confiança para que os produtores tivessem o interesse novamente em organizar a terra e as ações para voltar a produção. E isso foi difícil para nós também porque não sabíamos quem gostava de produzir ou o que gostavam de produzir. Hoje já temos a referência de plantio: quem planta a cenoura, quem gosta de mexer com o doce, a mandioca, o pão. Um exemplo disso é a Laureci, de São Miguel, só ela nos entrega 80 pães por semana para a merenda. Outro exemplo é a casa do mel, produção também ativa e presente na merenda escolar. (entrevista 20/08/205)

“Lígia” retrata ainda que a Indústria do Mel foi um investimento que está potencializando a produção e renda da população quilombola. Segundo Departamento Agropecuário do município, “[...] como essa comunidade sempre esteve distante do município, ela sempre foi deixada de lado, não existe mais a relação de confiança, hoje não, toda a semana estamos lá, cuidando e orientando a produção”. A fala do D.A não representa do que as fotos e os depoimentos, em especial de Laureci, nos dizem, pois são pessoas que veem oportunidade na terra e sabem muito antes da qualquer gestão chegar a São Miguel, quais as riquezas produzidas pelo chão. Laureci, em uma das muitas rodas de tereré nos explicou que a muito tempo experimentam plantar de tudo, e o que “sobra” ela faz doces que aprendeu as receitas com sua mãe. Perguntei como aprendeu a fazer os queijos, rapaduras e doce de leite, ela me respondeu com um sorriso que isso a gente aprende desde criança, que em São Miguel todo mundo faz um pouco de tudo.

Figura 9: Imagens da professora e responsável pela produção de doces e pães da Comunidade.



Fonte: autoria própria.

Para o plantio, a Gestão Municipal estabeleceu um convênio com a Agraer e o Sebrae - Dourados, que disponibiliza um agrônomo, que a cada quinze dias está presente na Comunidade para prestar assistência no plantio aos assentamentos, às aldeias e ao quilombo.

“Lúcio” relata o que acontece quando esse profissional nem sempre consegue atender a todos os produtores:

“[...] nesse meio tempo pode dar problema de praga na lavoura, isso é muito comum principalmente nos assentamentos. Aí eu ligo para o técnico e peço orientação, relato o caso e ele me orienta. Acontece até de enviar foto ou vídeo só para ele ver melhor e orientar o povo aqui. Depois que temos um retorno, eu entro em contato com eles e assim vamos controlando eles de longo e perto, ao mesmo tempo. Se a Prefeitura tirar a mão de cima eles ficam esquecidos, abandonados e tudo para. Foi assim durante muito tempo.”

Figura 10: Imagem de visita do técnico para orientação no plantio da muda de laranja.



Fonte: autoria própria.

Figura 11: Imagem de visita do técnico para orientação no manejo das pragas nas hortaliças.



Fonte: autoria própria.

Segundo “Lígia”, em muitos casos é necessário um posicionamento da Prefeitura em estipular como e quando o produto deverá ser entregue:

“[...] precisamos ensinar tudo, estipular o padrão de embalagem, forma de entrega (quantidade e qualidade) e horário de entrega. E acontece de não cumprirem com a quantidade e embalagem, aí temos que apertar e dizer que tem que ser assim, caso contrário nós não iremos comprar”.

Alguns dados foram fornecidos pelo D.F.A, mas não divulgados no Portal da Transparência do Município de Maracaju: “[...] a destinação do orçamento da Prefeitura para a produção da agricultura familiar do Quilombo São Miguel é de R\$ 140.000,00 e existe espaço para crescer mais como atividade produtiva. Dos outros assentamentos a destinação é R\$ 80.000,00”.

O Município espera que gradativamente os números sejam maiores e cada vez mais produtores façam parte desse programa. Ano passado, segundo a Secretária, os números ultrapassaram os 30%. Esse ano bem diferente, em função do início das aulas, atrasamos para pegar os alimentos, o calendário escolar ficou modificado e ocasionou em começarmos a pegar os produtos em março. Muita gente não gostou, porque acha que se produziram nós temos que pegar. E não é bem assim, os alimentos são utilizados para a merenda e se não tem aula, não tem alunos e não tem merenda também. Ai uns certamente não vão querer assumir compromisso com a gente o ano que vem.

Na Comunidade a produção está ligada ao território, que não é apenas um conjunto de sistemas naturais e sim o “chão mais a identidade”. Identidade é o sentimento de pertença da qual fazemos parte. Esse território é o fundamento do trabalho, do lugar da permanência (residência), das trocas materiais (escambo) e espirituais da vida em sociedade.

Marques (2004, p. 57) contribui com o sentido de pertença ao destacar que “[...] o território assume a Geografia em seu significado, implica não só no aspecto físico material, mas em toda uma sociedade que considera como ideal o sentimento de vínculo”

Raffestin (1993, p. 143) reflete que:

Os indivíduos ou os grupos ocupam pontos no espaço e se distribuem de acordo com modelos que podem ser aleatórios, regulares e concentrados. São, em parte, respostas possíveis ao fator distância e ao seu complemento, a acessibilidade. Seno que a distância pode ser apreendida em termos espaciais (distância física ou geográfica), temporais, psicológicos ou econômicos. A distância se refere a integração entre os diferentes locais.

Na concepção de Santos (1994), que enxerga o espaço geográfico como sinônimo de território, como uma mediação entre o mundo e a sociedade, aqui usaremos essa definição do autor como o enclave da agricultura familiar e o agronegócio para construir a visibilidade do território que tem por nome Comunidade Quilombola Negra de São Miguel.

Para Leloup, Moyart e Pecqueur (2004) o desenvolvimento territorial constitui uma resposta relevante à mundialização que obriga o poder público e os atores a reagirem numa forma de cooperação integrada, já que um mundo em rede se transforma num vasto mercado em que tudo se troca, tudo se cruza. O sistema territorial local em si revela-se como principal

recurso para o desenvolvimento e isso se constrói quando utilizados suas especificidades locais. A apropriação de seus variados recursos locais (materiais e imateriais) no uso do território é feito numa rede articulada de atores e duas atividades, baseada na reciprocidade, confiança e engajamento.

No desenvolvimento territorial, o Estado não é mais o ator central, age apenas como um dos fermentos, uma das pontes de lança deste desenvolvimento. O ator público possibilita a mobilização do conjunto de atores (caso da Comunidade, Sebrae, Senar e Agraer) e as instituições com interesses diversos para objetivos comuns de desenvolvimento, no quadro de um projeto integrado e coerente, compartilhando uma mesma visão sobre o sistema territorial.

A coordenação dos atores no desenvolvimento territorial deve permitir a apropriação e transformação dos recursos ainda não valorizados, visando novas formas de uso sustentável do sistema territorial, que se impõe como uma construção social permanente, num processo identitário e construído nas relações com os “de fora”. A produção de recursos específicos de um território resulta de normas e costumes, próprios da cultura local, sendo elaborados num espaço de proximidade geográfica e institucional. Os recursos específicos produzidos no sistema territorial local caracteriza-se por relações não mercantis, como a reciprocidade, sentimento de pertença ao lugar, ao grupo, à atividade... Tais recursos são produzidos na construção social do território, que envolve processos de aprendizagem coletivos de longo prazo e conduzem ao estabelecimento de normas de comportamento, na maioria das vezes tácitas, com a função de organizar a informação, orientar os comportamentos internos, proporcionando um espaço de inteligibilidade e de ação (LEPOUP, MOYART E PECQUEUR, 2004).

Desse modo, o desenvolvimento territorial não pode ser estabelecido por decreto, por ensinamentos impositivos, normas de condutas, e instruções do poder público, é uma construção social dos atores, sendo que as políticas públicas apropriadas podem apenas estimular e mobilizar o território local.

3 AGRICULTURA FAMILIAR EM MARACAJU – MS: ESTUDO DE CASO DA COMUNIDADE NEGRA QUILOMBOLA SÃO MIGUEL

Descrição da narrativa de uma comunidade negra localizada no município de Maracaju – MS, sendo a auto-atribuição “São Miguel”, está diretamente ligada ao processo que se iniciou no século XIX na busca por liberdade (na época escravidão), que vem sendo continuamente reproduzidas, pelas comunidades negras rurais, na busca por regularização fundiária nas migrações que permitiam uma participação direta na forma do Estado Nacional, na conquista do “quilombo” como unidade sociocultural etnicamente diferenciada (constituente de 1988) e em “processo de territorialização”, como proposto por Oliveira (1988, p. 55).

Os diversos aspectos que fazem com que a comunidade se diferencie dos grupos que os circundam são atualizados e reproduzidos nas representações e nas práticas contemporâneas, dando unidade e sentido à identidade social da comunidade. Os quilombolas de São Miguel se organizam socialmente desde que vieram para o estado de Mato Grosso do Sul, a partir da interação e das trocas com outros grupos sociais, entre eles fazendeiros da região, camponeses, indígenas e outras comunidades negras rurais. Segundo a Comunidade, a interação com os fazendeiros surgiu mediante interesse econômico e mão de obra barata ocasionado com a chegada da família na região. A unidade familiar quilombola buscou trabalhado nas redondezas para subsidiar sua permanência e prática agrícola o que os ajudou, na época, na manutenção da família. Se nos apoiarmos na luta por autonomia no processo produtivo, podemos concluir que a luta da comunidade, naquela época, não acabara com a abolição oficial da escravidão, ela permaneceu no território buscando assegurar a posse das terras que conquistaram por meio da luta de seus pais.

Buscamos apresentar as narrativas sociais em que foram construídas as relações e vínculos de permanência e resistência no território geográfico tão distante do escoamento de produção rural do município de Maracaju-MS e, ao mesmo tempo, tão próxima em área geográfica. Essas narrativas são afirmações e relatos das situações existente no momento e memórias contadas por filhos, netos e afins de Dona Joaquina que desejam permanecer e povoar o território com seu modo peculiar de viver, sem julgamentos e sem imposições por parte das relações sociais. Peço licença à academia para retratar o que senti, o que ouvi (as memórias) e o que vi em um território, quase que invisível, mas de grande visibilidade cultural e que acredita no desenvolvimento local, sem ao menos saber e conhecer a definição acadêmica a qual tanto estudamos.

3.1 ELEMENTOS DA REALIDADE SOCIOECONOMICA DO TERRITÓRIO

Farei uma breve descrição da realidade histórica quilombola e os registros vivenciados na comunidade de estudo, com o intuito de reproduzir as expressões, vivência e experiências daqueles que vivem da terra e a ela pertencem.

3.1.1 Nascimento do Território

A sociedade brasileira escravista conseguiu desenvolver-se por meio da vasta oferta de mão de obra negra por mais de três séculos (Moura, 2008). A autora destaca que milhares de trabalhadores escravizados negaram a opressão das mais diversas formas – “resistindo de todos os modos à sua coisificação” – uma resistência necessária e incessante ao escravo imposto pelo modo de produção. Os trabalhadores escravos não aceitavam a servidão, mas adaptavam-se a ela para “sobreviver” até encontrarem uma brecha para embrenhar-se nas matas e formarem grupos de sobrevivência e resistência social (Moura 2008).

Gorender (1990, p. 34-35) descreve que a sobrevivência é “uma das formas de negação direta da ordem escravista” que posteriormente resultou na formação dos quilombos. A forma de resistência servil resultante no caminho da liberdade para a formação do quilombo, utilizada por Maestri na retomada por Moura (2008), era o caminho “fácil de liberdade”, que mesmo limitada, gerava capacidade produtiva por meio da exploração de lavoura.

A formação desse território por meio de “quilombo” e seu habitante, possui origem africana. Freitas (1980, p. 32) define o primeiro como “adaptação aportuguesada do termo *kilombu*, proveniente da língua quimbundo, falada em uma das regiões de Angola e pertencente ao grupo linguístico banto”, onde essa é adotada. Já Castro (2001, p. 324) pontuou o uso do termo *quilombo* no Brasil para “significar um agrupamento de escravos fugidos, e após a abolição, os agrupamentos de ex-escravos em terras doadas, herdadas ou simplesmente ocupadas por suas famílias”, não incluindo a possibilidade de compra como aconteceu no caso da comunidade em questão que, mesmo nessa situação, foi reconhecida como Quilombo.

Compreende-se de toda maneira, que essa forma de reorganização social foi um fenômeno comum em todo o Novo Mundo, sendo que de seus integrantes, os escravos

traficados e/ou seus descendentes, recebiam diferentes nomes nas várias regiões da América, entre eles, mocambo ou, no caso do Brasil, quilombo (CARVALHO, 1996).

Essas comunidades organizaram-se como foco de resistência às perseguições da classe senhorial, que buscava recuperar os escravos fugidos da utilização de mão de obra para a agricultura (CARVALHO, 1996). Para autores como Albuquerque e Fraga Filho (2006), os quilombos, pós-abolição foram comunidades remanescentes de quilombo ou comunidades quilombolas, relativas às comunidades que são formadas pelos descendentes dos escravos, assentados em terras herdadas, doadas ou, eventualmente, ocupadas por eles. A partir disto, uma abordagem do conceito de Comunidades Quilombolas aparece na literatura com pequena variação de conteúdo.

Uma definição tratada por Moura (1999) é de “comunidades rurais habitadas por descendentes de escravos que mantem laços de parentesco e vivem em sua maioria, de cultura de subsistência, em terra doada, comprada ou ocupada secularmente pelo grupo”, sendo que os negros dessas comunidades valorizam as “tradições culturais dos antepassados, religiosas ou não, recriando-as no presente” (MOURA, 1999, p. 100). Outro autor retoma da definição com “comunidades negras, descendentes de negros escravizados vindos da África, que vivem em espaços urbanos, periurbanos e rurais do território brasileiro” (DOS ANJOS 1999, p. 94).

As definições acima indicam que o conceito não remete, exclusivamente, às comunidades afrodescendentes, mas também aos habitantes de comunidades rurais e urbanas que de alguma forma busquem manter no cotidiano a identidade cultural da comunidade de origem africana, estando associado à luta pela sobrevivência e à resistência social de um povo que sofreu grandes perdas e abandono social.

A posse da terra por comunidades quilombolas só foi legalizada por meio da Constituinte de 1988, art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT e posteriormente por meio da Lei Federal nº 7.668, segundo esta última “são terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural” (BRASIL, 2003). Esse reconhecimento por meio do marco legal traz consigo a ideia de “reparação” advindos dos prejuízos causados da escravidão. É nesse contexto de configuração valorativa e de inclusão de nova condição de vida cotidiana, que Freyre (1990) trata como uma reprodução de tempos antigos. Na época em que não existiam leis para demarcarem os territórios de negros e indígenas esses povos viviam invisíveis à sociedade, enquanto que hoje, com marcos legais que se encontram em vigor, muitos têm o

direito a demarcação, mas não possuem a documentação necessária que lhes dê direito a posse efetiva do que materializa, em parte, sua identidade cultural.

A problemática da demarcação dos territórios eclodiu por meio dos movimentos de comunidades em quase todos os estados do Brasil, antes da Constituição de 1988, reivindicando principalmente a regularização fundiária de seu território. Em muitos casos os considerados intrusos no território quilombola são personagens que ocupam cargos políticos em diferentes esferas de poder, são também grandes empresários, monocultores, pequenos proprietários - com ou sem o título de propriedade - e o próprio Estado, que disputa a propriedade de terras com comunidades que ali estão há centenas de anos.

A disposição do artigo 68 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – (ADCT), apesar de ter a mesma eficácia das disposições permanentes, revela quão invisíveis estavam essas comunidades já que, enquanto transitória, a lei tem a expectativa de solucionar uma questão pontual e passageira na sociedade. Mais invisíveis ainda elas estão quando se imagina que a solução para a miséria da sociedade se encontra apenas na dádiva de um pedaço de terra para os pobres, para os excluídos e/ou para os filhos de escravos, beneficiários dos assentamentos e/ou indígenas (GRAZIANO, 2004).

Durante muito tempo essas comunidades ansiaram tanto pela “terra”, por seu território geográfico que sequer pensaram em quais condições esse ganho contribuiria para a melhora de vida em sociedade. Algumas receberam seu pedaço de terra e logo depois o abandonaram por não ter condições de se manter nesse pedaço de território tão desejado. Em nosso estado a situação não é diferente, são várias as famílias quilombolas e assentadas que receberam o direito a terra, mas que a arrendaram para grandes propriedades porque o seu território não é suficiente para fornecer o sustento da sua família.

Dentro do Estado de Mato Grosso do Sul existem 13 comunidades negras urbanas e rurais registradas e reconhecidas como comunidades quilombolas, entre elas a Comunidade Quilombola de São Miguel:

Figura 12: Comunidades negras urbanas e rurais do estado do Mato Grosso do Sul¹⁴

Comunidade	Município	Nº de famílias
Chácara Buriti/Comunidade Tia Eva (urbana)	Campo Grande	16
Comunidade São Miguel	Maracaju	11
Comunidade dos Pretos	Terenos	26
Comunidade Ourolândia	Rio Negro	04
Comunidade Picadinha	Dourados	06
Comunidade Santa Tereza ou Malaquias	Figueirão	32
Desmembramento da Família Cardoso	Bonito (km 21)	09
Família Bispo	Sonora	06
Família dos Cardoso (urbana)	Nioaque	12
Família Quintino	Pedro Gomes	11
Furnas da Boa Sorte	Corguinho	40
Furnas dos Baianos	Aquidauana	21
Furnas dos Dionísio	Jaraguari	80

Fonte: Moura (2008, p. 337)

As comunidades que mais se destacam em termos de atuação no Estado e participação em discussões regionais, segundo INCRA¹⁵ – MS, são: Chácara Buriti e São Miguel, por já terem retomado as terras que foram desapropriadas pelo Governo Federal, sendo que as demais estão em processo de desapropriação. Interessante destacar que existem trocas de informações entre todas as comunidades no estado, segundo Jorge, existe uma reunião anual dos representantes das comunidades promovida de pela Fundação dos Palmares, e convites, que

¹⁴ Esse número de famílias foi registrado em 2006 quando a pesquisa foi realizada por Moura.

¹⁵ Entrevista divulgada por Ana Rita Chagas, em 08 de jan. de 2014, no quadro Cidades do Jornal MS TV: Comunidades Quilombolas reivindicam reintegração de posse de terras em MS.

chegam para as comunidades, para participação em fóruns e discussões acadêmicas sobre a questão da identidade e cultura negra promovida pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). O que vemos com esse diálogo, entre Poder Público e classe quilombola, é que essas representações sociais até hoje buscam por territórios, não só geográfico, mas de laços para base concreta de convivência por meio de relação de conflitos e solidariedade, fenômenos essencialmente humanos vistos a partir da sua visão de mundo (MARQUES, 2001).

3.1.2 Contexto Histórico

A escolha da Comunidade Quilombola São Miguel decorreu da identificação de comunidade que utiliza a agricultura familiar como vetor de desenvolvimento, integração com o território por meio da identidade e fundamentada em práticas tradicionais de desenvolvimento agrícola de acordo com as necessidades de sobrevivência socioeconômica distantes do atendimento de programas de incentivo a agricultura familiar. São Miguel designa um conjunto de pessoas que são aparentadas entre si e que se reconhecem como herdeiros de uma ancestral fundadora – Dona Joaquina – reconhecida pela Fundação Cultural Palmares como o representante quilombola mais antigo no estado.

Esse território se divide em dois momentos: aquisição da terra por Dona Joaquina e demarcação de terra quilombola realizada pelo INCRA. O primeiro quando da compra da terra realizada por Dona Joaquina e seu esposo de 109 hectares, e que por diversas brigas com fazendeiros vizinhos estes tomaram parte das terras restando ao final do inventário, realizado por Dona Joaquina após a morte de seu esposo, pouco mais de 86 hectares de terra.

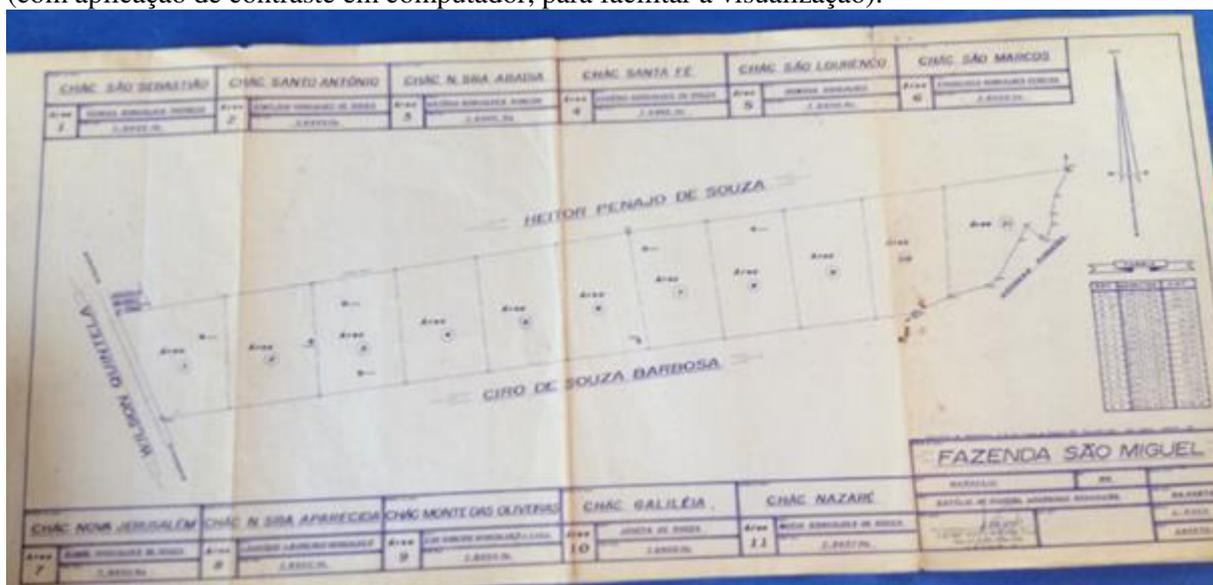
Figura 13: Recorte do Inventário de Dona Joaquina

Escritório de Agrimensura R. Dr. Ary Coimbo de Oliveira, 293 - Fone 2011-2111		
DENOM. DA ÁREA: FAZENDA SÃO MIGUEL		
MUNICÍPIO: MARACAJU	ESTADO: MS	UF DA A.R.E.:
PROPRIEDADE: ESPÓLIO DE MANOEL LOURENÇO GONCALVES		ÁREA ENC. 86,8457 Hq
TÉC. RESP. <i>[Assinatura]</i>	AUT. LEV.:	ESCALA: 1: 5.000
Eng.º Agr.º Clarinda de Oliveira Vianna Visto 627/P/MS CREA - MS C.R. Nº 60/83/CR - 16		DATA: AGOSTO/86

Fonte: autoria própria.

Por vontade de Dona Joaquina, ela dividiu a terra em 11 chácaras de 7,950 hectares e as entregou a cada um de seus filhos, conforme informação da planta de inventário fornecida por Dona Eugênia.

Figura 14: Recorte da Planta da propriedade “Fazenda São Miguel” do Inventário de Dona Joaquina (com aplicação de contraste em computador, para facilitar a visualização).



Fonte: autoria própria.

Todos os que moram na comunidade são filhos, sobrinhos e netos de Dona Joaquina ou de alguma forma tem algum vínculo através do casamento, compadrio e adoção. Sendo que existem também os descendentes que têm “direito ao campo” (pertence ao quilombo), mas que por motivos diversos não se encontram morando na comunidade no momento. Nas palavras da Dona Eugenia, filha de dona Joaquina, se comprova o que foi afirmado acima:

Aqui somos todos irmãos, de sangue e de espírito, assim era a vontade da mamãe. Naquele tempo ela dizia que aqui era a morada de todos e podíamos até ir e vir, mas que sempre tínhamos o nosso lugar. Sem preocupar com o tempo, a terra que ela deixou para nós estaria aqui sempre, que nois desejava¹⁶.

Existe a narrativa histórica das relações sociais e migrações vivenciadas pelo grupo que atestam a antiguidade, a resistência, as adaptações e as apropriações feitas pelos que nela vivem. Nas histórias são traduzidas pelo sentimento de fuga, de luta, de estigmas e de preconceitos sofridos ao longo do tempo. Dona Eugenia afirma que a origem de todos é comum e que por diversos anos dividiram alegria e conquistas diárias fundamentadas nos valores éticos e nos princípios comuns da comunidade negra para o bem-estar da família. A comunidade hoje

¹⁶ Depoimento dado por dona Eugenia em 08 de junho de 2015 na Comunidade de São Miguel.

busca a autonomia social, reafirma as relações de solidariedade ensinadas pela ancestral, reciprocidade para o bem-estar da comunidade, respeita a hierarquia dos principais “administradores” do campesinato e respeita as regras de pertencimento e de diferenciações para a inclusão social e reconhecimento dos direitos éticos.

Senhor Ramão, filho de dona Joaquina, conta que a luta pela identidade social como Comunidade Quilombola teve início em 2006. Os pedidos da comunidade junto a Fundação dos Palmares foram inúmeros e, no ano citado, o INCRA-MS designou uma equipe de trabalho específica para atender a comunidade em conjunto com a Coordenação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas de Mato Grosso do Sul, os quais indicariam quais os territórios a serem trabalhados para o reconhecimento da identidade social.

Segundo o relatório Sócio Histórico do INCRA-MS (2007 p. 7):

Compreendemos que, diante da realidade da comunidade, a regularização dos afrodescendentes que vivem como agricultores existe a possibilidade de reescrever e reenquadrar levando em conta a forma de constituição do Estado de Mato Grosso do Sul a partir de sua composição étnica por meio da investigação histórica da Comunidade Negra Colônia de São Miguel e de sua pertinência e coerência para o processo de regularização fundiária, nos termos do art. 68 do ADCT, do decreto 4.887 e IN 20.

Através do Relatório (2007, p. 9) buscou-se demonstrar os “padrões da conquista da terra através do significado atribuído aos valores culturais que serviram como base para a organização da vida em comum existe no território”. Em 2007, a Estância Chefão Maracaju-MS Ciro Barbosa de Souza, com área de 333,0736 ha foi demarcada como área quilombola e incorporada as terras de Dona Joaquina, ficando como território único denominado “Colônia São Miguel”.

Figura 15: Recortes da Planta Estância Chefão Maracaju MS Ciro Barbosa de Souza (à esquerda) e da Planta Colônia São Miguel (à direita).

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, DA PRODUÇÃO, DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO TURISMO AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E EXTENSÃO RURAL-AGRAER GERÊNCIA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E CARTOGRAFIA SETOR DE CARTOGRAFIA E GEOPROCESSAMENTO				SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, DA PRODUÇÃO, DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO TURISMO AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E EXTENSÃO RURAL-AGRAER GERÊNCIA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E CARTOGRAFIA SETOR DE CARTOGRAFIA E GEOPROCESSAMENTO			
ASSUNTO/MÓVEL/MUNICÍPIO/PROPRIETÁRIO:	PLANTA PERÍMETRO ESTÂNCIA CHEFÃO MARACAJU MS CIRO BARBOSA DE SOUZA	ÁREA ENCONTRADA: 333,0736 ha	ESCALA: 1 : 10.000	ASSUNTO:	Identificação e delimitação do Território da Comunidade Negra Colônia São Miguel no Município de Maracajú-MS	ÁREA TOTAL: 420,6821 ha	
DATA:	19/2006	PERÍMETRO: 8.956,90 m	ESCALA: 1 : 15.000	SABO:	NOVEMBRO/2007	SITUAÇÃO: TERRITÓRIO REVINDICADO	
RESP. TÉCNICO AGRÍCOLA:	RESP. TÉCNICO ANTROPOLÓGICO:	RESP. TÉCNICO TOPOGRÁFICO:	RESP. TÉCNICO AGRÍCOLA:	RESP. TÉCNICO ANTROPOLÓGICO:	RESP. TÉCNICO TOPOGRÁFICO:		
HELMBERTO CESAR MOTA MACIEL Engenheiro Agrônomo CREA - 8323-D/MS	WASHINGTON WILHEM DE SOUZA Engenheiro Agrônomo CREA - 8204 - D/MS	CAROLINE HANSELREICH AYALA Antropóloga	JOSUE FERREIRA CAETANO Engenheiro Agrônomo CREA - 8.072 - D/MS	HELMBERTO CESAR MOTA MACIEL Engenheiro Agrônomo CREA - 8323-D/MS	WASHINGTON WILHEM DE SOUZA Engenheiro Agrônomo CREA - 8204 - D/MS	CAROLINE HANSELREICH AYALA Antropóloga	
				JOSUE FERREIRA CAETANO Engenheiro Agrônomo CREA - 8.072 - D/MS			

Fonte: autoria própria.

O reconhecimento da comunidade como comunidade Negra representa para Dona Eugenia (filha de Dona Joaquina) e o Senhor Ramão (filho de Dona Joaquina) e Senhor Jorge (neto de dona Joaquina e filho de Dona Eugenia) uma conquista da terra, para garantir a sustentabilidade e a reprodução social de seu modo de vida, para tanto, concentram-se na etnia que expressa uma identidade coletiva e assim elaborar suas reivindicações e assegurar o seu próprio espaço de liberdade (e de resistência).

Com o reconhecimento da comunidade negra quilombola, hoje, não sinto medo em ficar na terra. Temos vizinhos forte e ricos ao redor. Temos hoje a proteção do Estado e temos voz na sociedade. Minha avó queria isso para nós e hoje nós temos! Cada um tem seu pedacinho de terra, planta e vive do seu próprio suor. Temos tudo que precisamos aqui! Muitos irmãos que estavam longe e não acreditavam estão voltando para casa. Porque agora acreditam que temos voz, que podemos conquistar mais riqueza com o próprio suor e que ninguém irá nos tirar o que conquistamos (Entrevista do Senhor Jorge em 22 de abril de 2015).

Segundo Seu Ramão, foi por vontade de Dona Joaquina que a terra fora dividida em pequenas chácaras com o propósito de que cada filho tivesse o seu lugar. O que sentimos dos moradores é que a principal questão nas condições de luta pela terra é a identidade coletiva, ou seja, a definição dos limites (da identidade e do território) é dinâmica enquanto processo de criação e reprodução, mas isso não é visto apenas como ganho. Dona Eugenia conta que ao longo do tempo a comunidade incorporou várias perdas: pessoas que se foram por não terem esperanças de sobreviver da terra, a própria terra que foi tomada por parte dos fazendeiros e que lhes era de direito, sem falar no tempo que levou para se organizassem para reivindicarem o reconhecimento como comunidade negra.

Essa descrição do território tradicionalmente ocupado pela comunidade, relacionando seus diferentes marcos históricos, espaços e paisagens, usos, trajetos, percursos e recursos naturais disponíveis nos diferentes sistemas de uso da terra, foi identificada uma diferença entre o território tradicionalmente ocupado (de direito dado por Dona Joaquina) e o território reivindicado (terras novas incorporadas a comunidade). Existem critérios de pertencimento ou exclusão que forma o direito costumeiro local que igualmente definem o território quilombola. Entre as categorias que organizam as interações entre as pessoas temos as do pertencimento, (o tempo, o trabalho, a permanência, a produção) e as da descendência, interpretado como estratégia do grupo para que o lugar e o território sejam suficientes para a manutenção da família.

Logo que se iniciou o processo de estudo de reconhecimento do território, a comunidade sentiu a necessidade de se organizar para proteger tudo que viesse a ser

conquistado. Jorge, em conversa com outras comunidades negras, trouxe a ideia de que montar uma associação seria um termo legal de proteção territorial para os que nunca haviam colaborado e que em algum dia pretendessem retornar ao lugar. Segundo ele, morar não seria o problema, e sim a questão de organização de divisão de trabalho e plantio na comunidade.

Em fevereiro de 2005 foi criada a Associação da Comunidade Negra Rural Quilombola de São Miguel (ANERQSAM), com o objetivo de organizar os produtores para o plantio, individual e coletivo, sendo esse direito assegurado somente aos fundadores e contribuintes fundadores associados. Não será discutida nessas linhas a legalidade dos atos praticados, não seria esse o objetivo, e sim destacar quais ações que hoje são realizadas pelo grupo para a proteção do território.

Com a criação da ANERQSAM, segundo Jorge, muitos irmãos que não querem ficar no campo se sentiram rejeitados depois da criação. Segundo ele, por saberem que ao retornar teriam que trabalhar de maneira coletiva e ainda contribuir com as mensalidades que seriam cobradas pela associação. Ainda segundo Jorge, com a associação, os horizontes de vida dos são-miguelenses foram ampliados, tendo em vista a recriação de modos de sustentação econômica possíveis, que até antes da associação eram assegurados somente a algumas famílias que tinham aposentadoria, que viviam de trabalhos nas usinas e outros trabalhos nas fazendas próximas. Agora, segundo ele, a função da ANERQSAM é organizar a produção para que todos possam plantar e ter seu próprio sustento.

Senhora Laureci, de 32 anos¹⁷, casada com Sr. Laurindo (que não é negro e não tem parentesco sanguíneo, mas apenas por *jus civilis*) conta que sua avó ficou viúva e que desde o casamento nunca morou fora da comunidade. Em suas palavras:

Hoje somos 36 famílias, em torno de 250 pessoas, entre jovens, adultos e idosos habitando cerca de 300 ha, em pequenas chácaras de 7,8 ha cada. Cada filho da minha avó recebeu esse pedaço de terra como herança para abrigar seus filhos, netos e demais descendentes. As áreas são importantes como meio de subsistência e geração de renda por meio da merenda escolar. Temos também uma pequena apicultura e algumas cabeças de gado, porcos, galinhas, mas lutamos com muitas dificuldades e estamos cada vez mais espremidos pelas grandes propriedades no entorno. Com o território novo temos uma esperança de viver em paz e do próprio trabalho.

¹⁷ Entrevista dada em 22 de abril de 2015 – reunião na casa da professora da comunidade.

Figura 16: Imagens da Escola Municipal Abel Martins de Souza na Comunidade São Miguel.



Fonte: autoria própria.

Ainda em relato da professora: “[...] na comunidade não existe saneamento básico, temos luz que chegou em 2007 com o Programa Luz para Todos, os programas de saúde ainda são precários, há uma escola multi-seriada de 1º a 5º séries, o que gera problemas, pois quando o aluno atinge o segundo grau, tem que se deslocar para a cidade e a prefeitura não fornecia transporte até 2010, hoje a realidade é outra”. Segundo a professora, “[...] temos o transporte, mas em dias de chuva o ônibus não tem acesso a comunidade ou há casos em que não tem motorista, quebra do ônibus etc. Eu sou um exemplo de pessoa que estudou na comunidade e depois teve que morar na cidade para continuar estudando e retornar depois de casada para viver da agricultura”.

Figura 17: Estrada de dentro do assentamento que as crianças e moradores utilizam para sair/ ir para a escola



Fonte: autoria própria.

A professora relata ainda que: “a dificuldade que eu enfrentei, que ainda é a realidade de muitos dos nossos alunos é chegar aos 9 anos e ainda não ser alfabetizada totalmente”.

Cheguei a cidade com 10 anos e não sabia ler e escrever direito e tive grande dificuldade de acompanhar os da minha idade na escola. Em minha sala de aula tenho alunos de todas as séries e alinhar o conteúdo para todos é uma tarefa muito complicada, o tempo é pouco, as dificuldades são grandes e como sou apenas eu em sala de aula nem sempre é possível atender a todos (Entrevista Prof^a Laureci, em 22 de abril de 2015).

A professora conta que essa é uma realidade de longa data, os alunos caminham muito para chegar até a escola (a distância total da última casa localizada no assentamento até a escola localizada a 50 metros da entrada do assentamento é de 4 km e 600 metros) e quando chove não se pode dar aula, ou ainda, em época de colheita em grande quantidade as crianças ajudam seus pais e familiares na roça, realidade comum da zona rural.

Em conversa com Seu Ramão perguntei se ele sabia por que o nome São Miguel ao território e este me respondeu:

Aqui tem esse nome porque tinha uma fazenda bem antiga aí que festava um santo, falavam que trazia riqueza, um santo de ouro, e São Miguel era de ouro. Dizem que na fazenda tinha esse santo de ouro e que antes do casal de fazendeiros morrer, eles enterraram nessas terras. Não se sabe onde, mas tá aí. E a região ficou conhecida assim. Muita gente veio caça algum sinal, alguma coisa pra achar o santo, mas nunca ninguém achou nada. Minha mãe contava como uma lenda antiga, mas ela acreditava e eu acredito também.

Foram buscados então, os primeiros elementos que remetessem a origem histórica da Comunidade, enfatizando como foram sendo negociadas as regras de apropriação da terra e firmadas as identidades sociais até chegarem a possibilidade de organização por meio de direitos dos quais a própria comunidade reconhecem como sendo seus.

3.1.3 Localização Geográfica

São Miguel localiza-se administrativamente no Município de Maracaju (a 89 km de sua sede), embora esteja muito mais próxima em distância e mais próxima da cidade de Nioaque (29 km do centro). Ambas localizadas no estado de Mato Grosso do Sul. O acesso à comunidade em qualquer direção se dá por estradas de chão. Sendo que dependendo das condições do tempo, estas estradas ficam intransitáveis por automóveis utilitários. Em publicação realizada pelo INCRA (2006, p. 43) a comunidade se encontra localizada “as bordas da Serra de Maracaju”

bem mais próxima à cidade de Nioaque. A comunidade hoje ocupa a região com área total de 420,68 hectares, sendo que o título de reconhecimento de domínio coletivo e pró-diviso foi outorgada a ANERQSAM em janeiro de 2007, entretanto a área de reconhecimento coletivo é de 333,0736, não tendo ainda, o título definitivo nas mãos da comunidade, de área total de 420,6821, até o momento.

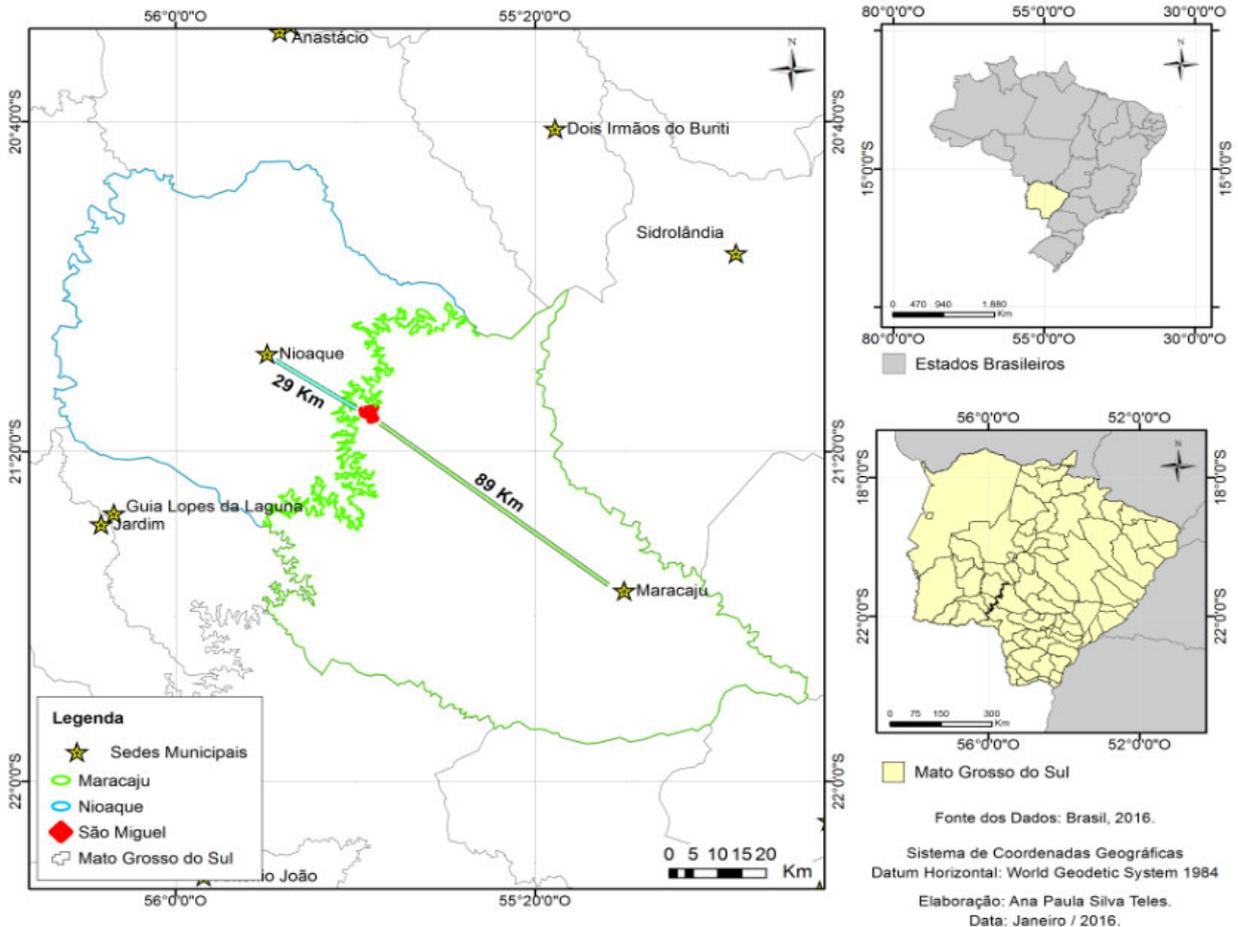
Figura 18: Imagem de satélite da faixa de terra do Quilombo Comunidade São Miguel



Fonte: Recorte de Faixa de Terra: Quilombo São Miguel – INCRA (2007, p. 17)

A área territorial da comunidade quilombola em que são foram divididas as áreas de produção por meio da criação de associação. Nela estão registras as famílias que produzem e vivem na terra.

Figura 19: Mapa de Localização do Quilombo São Miguel



Fonte: Engenheiro Sanitarista Ambiental, Teles (2016).

A distância geográfica, vista no mapa, é ainda maior quando percorrido pela estrada, essa colônia é uma referência à microrregião da antiga fazenda de São Miguel. Entre os membros da comunidade é comum dizerem “vou subir a serra dos pretos”, fala do Senhor Ramão, em uma alusão ao território social tradicionalmente ocupado na Serra de Maracaju. Chegar a São Miguel não é fácil como se apresenta no mapa, mas na entrada que dá acesso a propriedade que, diga-se de passagem, é a última propriedade da estrada, dá as boas-vindas aos visitantes informando quem mora naquele lugar.

Esse território também é conhecido com a Comunidade de São Miguel ou Colônia de São Miguel em referência à microrregião da antiga fazenda de São Miguel. Entre os membros da comunidade é comum dizerem “vou subir a serra dos pretos”, fala do Senhor Ramão, em uma alusão ao território social tradicionalmente ocupado na Serra de Maracaju.

Figura 20: Imagens da entrada da Comunidade Quilombola São Miguel



Fonte: autoria própria.

Figura 21: Imagens das condições da estrada na entrada da Comunidade Quilombola São Miguel



Fonte: autoria própria.

Logo na entrada é possível verificar a casa da primeira família. A contagem para determinar a distância entre a primeira casa, entrada do assentamento e a última casa é de aproximadamente 4,6 km. Há uma estrada principal que liga toda a propriedade, de cujas laterais brotam várias nascentes, dificultando a caminhada em dias de chuva, tanto de carro quanto a pé.

3.1.4 Realidade Socioeconômica

Sobre o deslocamento no dia-a-dia, normalmente, este é realizado por meio de carona, trator, bicicleta e de outros meios, acionando uma complexa rede de parentesco, de vizinhança e de relações com instituições públicas. A comunidade não conta com ônibus para a realização do transporte até a cidade, a não ser que alguém esteja trabalhando na usina, que disponibiliza aos funcionários transporte até o local de trabalho. Para acessar os ônibus intermunicipais, os moradores tem de se locomover a pé ou de trator até o “Trevo Pedra”, aproximadamente 30 km da comunidade. Ainda são poucos os moradores que dispõem de meios próprios de locomoção – seja carroça, bicicleta, moto, carro ou mesmo trator – que possam ser usados eventualmente para transporte à distância. Interessante destacar que aqueles que possuem moto e carro, em sua maioria, trabalham durante a semana nos municípios próximos, Maracaju e Nioaque, e retornam à comunidade nos finais e de semana ou a cada quinze dias.

Figura 22: Imagem de trator cedido à comunidade pela Prefeitura de Maracaju em parceria com a FUNASA¹⁸



Fonte: autoria própria.

¹⁸ O trator foi cedido no segundo semestre de 2014 quando 12 famílias assinaram uma parceria com a prefeitura para participarem do fornecimento de alimentos para a merenda escolar do município de Maracaju – PNAI. Foto registrada em 08/07/2015.

Figura 23: Imagem da casa do Sr. Jorge um dos filhos de dona Eugenia e atual presidente da associação



Fonte: autoria própria.

O modo de vida em torno de atividades domésticas combinados com a agricultura, apicultura, artesanato, trabalhos temporários em fazendas próximas e outras localidades da região (incluindo o recebimento das aposentadorias) produzem relações sociais e um trânsito contínuo entre a comunidade e as localidades próximas (principalmente com a cidade de Nioaque) pelo acesso ser mais próximo.

A ordem social que prevalece na comunidade é a reprodução da força de trabalho. Dona Eugenia explica que todos lidam com o campo, mulheres, homens e crianças, mas em geral, são as mulheres de lideram o trabalho. Isso ocorre pelo costume que ali se instalou decorrente ainda da época em que sua mãe era viva:

Quem manda aqui são as mulheres, a mamãe já dizia isso, os homens vão pra lida mas é nós quem decide o que plantar. Aprendemos com os que tem estudo e com a experiência de nossa mãe a conhecer a terra e plantar de tudo para testar o que dá de melhor. Aqui desde cedo as mulheres se reúnem e discutem o que precisamos fazer para melhorar a nossa vida. Já melhoramos muito, pedimos curso de para fazer doces, para conservar a comida, para lidar com a horta. Se depender dos homens não saímos do lugar. Nossa herança para os nossos filhos e netos é a nossa força em ficar aqui nessa terra¹⁹.

¹⁹ Relato registrado em diário de campo em 12/07/20015 em festa de 15 anos da sobrinha de Dona Eugenia realizada na comunidade.

Essa reprodução da fala de Dona Eugenia remete o que Bertaux (1979) descreve como relações instituídas por meio de herança. O autor destaca que a “reprodução”, por meio do trabalho, se constitui nas relações de produção também por meio de herança. O que estabelece a instituição da herança é a transmissão de uma relação, o capital em si é a relação social e não coisa, “a herança deve ser concebida como uma relação de transmissão de uma relação a uma relação que introduzem práticas de apropriação real e conferem às crianças a sua identidade social” (Bertaux, 1979, p. 79).

Ainda segundo o autor, antes mesmo do seu nascimento, o filho ou a filha de um proprietário já é um proprietário em potencial, isso ocorre dentro dessa comunidade. Todos já são conhecedores dessa relação de herança independentemente da sua vontade de permanecer na terra. Seu Ramão conta que a vida da comunidade mudou significativamente em 2007 com a luz elétrica: “muitos dos nossos filhos retornaram para a comunidade por conta da luz, mas isso também distanciou a comunidade”. Dona Eugenia conta que antes da energia todos os moradores no final da tarde reuniam-se para conversas, roda de mate e cantorias. As crianças esperavam pelos encontros e era a maior festa. Nesse momento, segundo Dona Eugênia, “contávamos as histórias de mamãe e não tinha um membro que não soubesse como todos haviam chegado ali”. A neta de Dona Eugenia, Fernanda²⁰, conta que a sua mãe lembra com saudades da avó Dona Joaquina:

Mamãe conta que a bisa reunia todo mundo no final do dia para cantar e contar história do tempo que ela via a mãe ser escrava. Isso nem parece verdade porque eu não conheço ninguém que é escravo só das histórias da professora na escola. Agora no final do dia a gente assiti tv. A mamãe não deixa muito porque ela diz que faz mal e eu tenho que acordar cedo para ir para escola. Quem conta muita história pra mim é a vovó. Eu moro com ela e antes de dormir ela conta alguma pra mim. Já conheço todas da bisa.

As relações sociais da comunidade mudaram muito com a vinda da energia, mas proporcionaram, segundo moradores, melhora na renda, porque começaram a usar o excesso de produção para armazenar por maior tempo os produtos perecíveis como carnes, poupas de frutas da época, queijos, leite e doces. A saúde só é uma preocupação dos moradores quando ocorrem casos de urgência. Segundo Dona Eugênia, foi solicitado inúmeras vezes um atendimento médico pelo menos uma vez no mês e isso só chegou a comunidade no início de 2014.

²⁰ Fernanda tem 8 anos é escolar da comunidade e filha de Gisele.

Hoje a comunidade possui água encanada, mas não há rede de esgoto ou água tratada, o sistema de encanamento é compartilhado e foi comprado e instalado pelos proprietários de cada lote da Comunidade. A água vem de nascentes e nas proximidades, e ainda, do córrego que passa dentro do assentamento. Em São Miguel, existe apenas uma escola municipal multi-seriada que procura atender 24 alunos em idade escolar dividida em dois turnos (matutino e vespertino). Não é necessário aprofundar-se no conhecimento da realidade local para saber que esta é insuficiente e que faz parte da preocupação cotidiana dos pais e avós o modo com que as crianças irão continuar o aprendizado. A educação é uma preocupação dos adultos e da professora Laureci, pois em relato afirmou que todo o conteúdo não é direcionado para o campo e muito menos para a comunidade Quilombola.

A professora Laureci nos conta que:

Hoje estamos brigando com o município para transformar a nossa escola em escola quilombola. Se isso acontecer irá melhorar a vida de todos. O recurso não precisará ser dividido entre as 4 escolas rurais, mesmo porque ano a ano os recursos nem sido cada vez menores. O recurso vem em função do número de matriculados e temos poucas crianças na comunidade em idade escolar. Será um sonho concretizado pela minha avó se a nossa escola virar escola Quilombola²¹.

Parte do espaço físico da escola, a cozinha, é utilizada por uma família, parente distante de uma das famílias da comunidade, como moradia, que se instalaram sem qualquer autorização, com a “desculpa”, segundo Dona Eugenia, de cuidar do lugar. O terreno é o mesmo, compartilha-se com os escolares, a água e o banheiro, que segundo a professora, caso a escola fosse uma escola quilombola, isso seria proibido.

A área da Escola Municipal Abel Martins de Souza foi doada por um fazendeiro chamado Elizeu Freitas, antigo proprietário da fazenda hoje denominada Novo Milênio. O atual proprietário da Fazenda Novo Millenium (que possui terras contínuas às da escola e a quem outrora pertencera à área) tentou anexar a atual escola à sua propriedade. A comunidade rapidamente mobilizou-se para não permitir que isso acontecesse por meio de denúncia ao Ministério Público. Este pode ser tomado como exemplo das transformações ocorridas a partir da organização política da comunidade em torno da identidade quilombola. Se, por um lado, a comunidade está contemplada pelo Programa Brasil Quilombola, por outro, se cobra celeridade nos processos de regularização para atender as demandas da comunidade e na falta de políticas públicas diferenciadas em saúde, educação, transporte, água, moradia e produção.

²¹ Registro de diário de campo em conversa com a professora Laureci e seu esposo Amarildo em 08/07/2015.

A mudança das relações sócias entre eles (comunidade) e os fazendeiros do entorno em questões da “busca por direitos” trazem à tona velhas “rugas”. Dona Eugenia conta que por várias vezes sua mãe foi abordada pelo fazendeiro para que ela trocasse a terra por gado ou casa na cidade ou mesmo trabalho para ela e seus filhos. Alguns colocaram “de plantão” capazes na tentativa de intimidá-los e retirá-los da terra. Foram inúmeras vezes que Dona Eugenia e seus irmãos reconstruíram as cercas no entorno da propriedade que fora arrancada pelos fazendeiros. O Senhor Jorge, filho de Dona Eugenia, afirma que tem área perdida por conta da relocação das cercas feitas pelos fazendeiros. A organização comunitária, em torno desses direitos e interesses sociais, concentra-se atualmente na atuação dos quilombolas junto à Associação, localizada na área central do quilombo, conforme foto registrada em 24 de abril de 2015.

Figura 24: Imagens do Centro Comunitário da Comunidade Quilombola de São Miguel



Fonte: autoria própria.

Atualmente o presidente da Associação é o Senhor Jorge, mas “Seu Ramão”, como é conhecido (tio de Jorge e irmão de Dona Eugenia), tem papel importante nas decisões da comunidade. Jorge é quem representa a comunidade na prefeitura e nas ações representativas para solicitar ou requerer direitos. É articulador e líder político da comunidade das pautas de reivindicações e dos demais documentos referentes à comunidade, mas Seu Ramão e Dona Eugenia vão se legitimando também no papel de conselheiros e guardadores da memória da comunidade. Existem outros jovens que se sobressaem nos papéis de liderança na comunidade, são em geral mulheres que atuam nas escolas, nos afazeres domésticos, no artesanato e na produção familiar e que buscam, com o trabalho e no diálogo que acontece dentro da cozinha, ou mesmo no uso da enxada, direitos e reivindicações para melhorar a vida dos que permanecem ali.

O manejo da produção está organizado pelas regras de parentesco e são realizadas em geral pelos grupos domésticos, articulando também e de modo específico domínios do econômico com o social. As relações de trabalho e de produção, os usos dos espaços, dos recursos e do território seguem de perto as “tradições” do campesinato como veremos a diante.

Os quilombolas de São Miguel podem, por exemplo, acionar e criar regras de reciprocidade (como o costume de “emprestar” sementes crioulas) a partir de relações de parentesco, de vizinhança ou o de compadrio. Com base nessas relações, organizam mutirões de ajuda ou de trabalho, realizam o uso comum do engenho, fazem à manutenção do campo e das estradas. Até 2013, por exemplo, segundo relato do Seu Ramão, a atividade predominantemente econômica da comunidade era a prestação de serviços em fazendas vizinhas: empreitadas, serviços de tratoristas. Existiam ainda aqueles que realizavam trabalho nas usinas de cana e na lavoura de soja da região. O serviço de capataz era uma ocupação que enchia os olhos das jovens, segundo Seu Ramão, isso em função da situação regularizada da função e dos “benefícios” (moradia, alimentação e registro em carteira). Seu Ramão conta que o capataz que toma conta de todo o andamento do campo, como organizar o trabalho dos peões, por exemplo, ganha em média R\$ 1.300,00 (mil e trezentos reais) e tem trabalho fixo por pelo menos um ano ou o tempo de lavoura.

Na lavoura, os que não possuem situação regularizada, chegam a receber diária entre R\$ 30,00 e R\$ 40,00 reais e têm trabalho por mais ou menos 4 meses por ano. Existem também aqueles que realizam o concerto de cercas e a roçada e recebem diária de R\$ 20,00 reais. Alguns jovens saem para fazer serviços e chegam a ficar quatro meses fora da comunidade, outros trabalham como professores na escola e alguns são aposentados, é o caso do Seu Ramão e Dona Eugênia.

Essa realidade mudou significativamente para 12 famílias da comunidade que optaram pela produção agrícola a partir de 2014. O trabalho na roça para produção de hortaliças fez com que das 46 famílias da comunidade 12 se inscrevessem no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, que ofereceu oportunidade de renda às famílias quilombolas. Foi então, que a prefeitura fez de maneira formal o primeiro contato com a Comunidade e passou a visitar semanalmente as famílias com interesse na produção. A Prefeitura de Maracaju passou a buscar os produtos produzidos na comunidade para abastecimento das escolas do município por meio do Pnae.

Figura 25: Imagens da horta e de produtos incluídos no Pnae I.



Fonte: autoria própria.

Figura 26: Imagens da horta e de produtos incluídos no Pnae II.



Fonte: autoria própria.

Isso chamou atenção de mais algumas famílias e, ao final de 2015, segundo Laureci, estão incluídas no programa 16 famílias. A Comunidade atual acredita que está conquistando o seu espaço e a vê como lugar de crescimento em suas vidas. Através das práticas culturais colocam os seus conhecimentos com base em seus costumes e crenças como forma natural de atualização e preservação da memória e do território. A interação com as localidades e fazendas da região e o intercâmbio gerado a partir dela, segundo Jorge, “é importante na produção e na reprodução social da comunidade”. É possível verificar, no entanto, sem que eles próprios percebam, que esta organização em torno de conquistar e manter um território próprio é o que

produz e organiza, dando sentido e diferenciando o seu modo de vida. Este território ao ser apropriado de forma específica começa a ser vivenciado pelas gerações contemporâneas como sua pertença.

A origem comum está sendo acionada pelo parentesco e/ou pode ser interpretada na forma de organização e territorialidade como sendo de origens étnicas. A interação com outros grupos sociais e familiares, por meio da ocupação do território em sentido mais amplo e o uso dos recursos naturais é anterior à formação da comunidade quilombola, porém, a territorialidade humana pode se expressar de diversas formas, sendo de acordo com a diversidade sociocultural e a relação entre o território e o grupo particular (Little, 2002).

Como as terras adquiridas, e posteriormente divididas, não propiciavam meios de sustento para todos os herdeiros, estes buscaram estrategicamente realizar acordos para o uso das terras e recursos de outrem, procuraram diversificar suas atividades e fontes de renda, fizeram alianças e ajustes entre si, se empregaram temporariamente nas fazendas da região ou foram às cidades próximas em busca de melhores condições de vida. É este processo de vivência em comum que permite que a comunidade sustente e se reproduza enquanto grupo social etnicamente diferenciado. Antes do advento das cercas, por exemplo, a ocupação do entorno estava incluída como característica fundamental de modo de vida são-miguelense. No sentido do território, para os quilombolas de São Miguel, o uso comum do direito é dado pela concepção de ser herdeiro, mas que este direito está aliado às percepções, ao compartilhamento, aos usos e significados dados aos ambientes e as práticas sociais. De forma mais ampla, ou seja, não restrito simplesmente às terras adquiridas por Seu Manoel Lourenço e Dona Joaquina, mas no uso dos recursos materiais, nas relações sociais advindas e nos processos indenitários que permitiram que a comunidade continuasse “sobrevivendo” de seu modo particular.

3.2 RIQUEZA, POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL EM SÃO MIGUEL

A partir da compra de parte da Fazenda São Miguel a narrativa se divide em duas: antes do inventário de Dona Joaquina e depois dele. Ambas falam em luta, porém com a mudança ideológica da auto-atribuição, altera-se o sentido desta. Primeiro, no “tempo dos antigos”, a luta é para permanecer no “campo”, por exemplo, contra os desmandos de alguns

fazendeiros que queriam “tomar” (comprar) as terras, pela ausência de políticas públicas (serviços essenciais) e pela falta de incentivo para a permanência na terra, pois ninguém sabia ao certo qual era a parte que lhe cabia na herança.

Após essa primeira fase, com a divisão em lotes, Seu Ramão conta que a luta continuou em todos os aspectos anteriormente citados, menos a dificuldade em não saber o lugar de cada um, pode-se dizer nos termos da comunidade que agora é possível “plantar a casa em solo próprio”. Sendo que, com a possibilidade da autoafirmação de comunidade quilombola há uma conscientização crescente e o início do estágio de luta por direitos, pelo reconhecimento das diferenças culturais, e ainda, com a preocupação de manter essa comunidade unida.

Depois da morte da matriarca Dona Joaquina e fundadora da comunidade, já havia uma busca em (re)estabelecer a sua própria história, em resgatar e conservar o que consideram patrimônio do grupo e principalmente de lutar por “ampliar o território”, dando possibilidade de “voltar às origens” (aqui no sentido de voltar para casa) para os filhos e netos que estivessem fora, a oportunidade de permanecer no campo para os recém-casados e também os descendentes que ainda vão constituir família.

Figura 27: Galpão onde se realizam eventos da Comunidade e é considerado pelos moradores uma Igreja Evangélica



Fonte: autoria própria.

De acordo com os atuais moradores, parte da história do território reivindicado pelos quilombolas de São Miguel foi idealizada na época em que não existiam cercas, “no tempo do gado solto²²”. Segundo esta narrativa, que mais tarde é reafirmada por Dona Eugenia, é a partir da divisão realizada no inventário que os irmãos se sentiram mais seguros para plantar morada.

²² Fala de Seu Ramão, em 22 de abril de 2015, entrevista realizada dentro da Igreja da Comunidade.

Se o tempo anterior à divisão foi importante na constituição do território hoje reivindicado pelas famílias, o período que veio após o inventário serve claramente para reforçar o discurso sobre a identidade quilombola. Isso aconteceu em parte porque, quando decidiram realizar o inventário para garantir a posse da terra entre os herdeiros de Dona Joaquina, eram poucos os filhos que estavam ocupando as terras adquiridas pelo Seu Manoel. Dona Francisca, também irmã de Seu Ramão e Dona Eugenia, comenta que eram frequentemente perturbados por pessoas de fora com a expectativa de que os filhos entregassem a terra. Com o inventário tudo mudou, diz Dona Francisca, houve um avigoreamento com a volta das famílias que estavam afastadas, sucedeu-se a autoafirmação da comunidade e o fortalecimento de uma organização comunitária. Em relato de Dona Francisca, após o inventário “muitos irmãos e filhos de nossos irmãos retornaram para a comunidade porque tiveram a certeza que não seriam expulsos do nosso lugar. ”

Moura (2008) descreve que se não fosse a presença das chamadas “comunidades tradicionais” no Estado de Mato Grosso do Sul (os territórios quilombolas e as terras indígenas), o sistema de uso comum da terra teria sido absorvido pelas grandes propriedades rurais. A existência destas comunidades, porém, não pressupõem que o campesinato negro comunal como o descrito por Almeida (1989) não tenha sofrido perdas. A exemplo temos o sistema de produção que era organizado em grupo doméstico e que agora depende exclusivamente da formação de cada família, uma vez que os lotes foram divididos igualmente e deixou de ser permitido o uso de outras áreas.

A ocupação de terras devolutas na fronteira econômica da sociedade constitui uma experiência particular que, segundo Musumeci (1988), resultou em arranjos específicos, formas específicas de apropriação e uso da terra de forma singular, mas que responde a situações concretas vividas por esta comunidade. Respondendo a uma situação de “ausência de leis” (pela falta de acessibilidade as instâncias de regulamentação de posse) a regulação do espaço não se dá pelos princípios do “sistema jurídico dominante”, mas na criação da interpretação criativa de noções e princípios relativos a propriedade da terra.

Em São Miguel, mesmo que a interação não fosse a termos de igualdade entre os grupos que ocupavam um mesmo território, havia fazendeiros que eram bons e outros que nos aterrorizavam, outros ainda apareciam ora como bons ora como maus, dependendo do que

queriam de nós. Em narrativa Dona Francisca conta que “[...] nós e eles ocupávamos o mesmo campo porque naquela época não havia cerca para delimitar o território²³”.

Dona Eugênia conta que com o tempo viu vários de seus vizinhos abandonarem o campo por não ver meios de permanecer na terra. Ela conta que naquela época era comum caminhar vários quilômetros em busca de água em fazendas vizinhas, e essa “dependência” fazia com que muitos buscassem a cidade como um lugar alternativo para viver melhor.

A crítica sobre a postura de vender o campo que se constrói a noção de direito e de inclusão/exclusão à comunidade quilombola de São Miguel, constituída formalmente no ano de 2005. Segundo Woortmann (1995) a ética camponesa constitutiva de uma ordem moral se dá na forma de perceber a relação dos homens entre si e com as coisas, de maneira especial, o território em que vivem. Na perspectiva do autor não se vê a terra (território) somente como objeto de trabalho, mas como uma expressão de pertencimento em respeito aos que lutaram para os que permanecem no lugar.

Essa luta aconteceu não só para que todos tivessem um meio de sustento (produção) mas como valor étnico, para preservar o patrimônio maior que é a família. Como patrimônio a terra não é simples coisa ou mercadoria, mas que aos que permanecerem seja parte do seu território (Depoimento da professora Laureci em 25/07/2015).

De acordo com o inventário, em relato por Jorge, todos os filhos de Dona Joaquina ficaram com partes iguais de terra. Isso porem não pressupõe a ausência de diferenças e de conflitos na comunidade. As diferenças passam, entre outros, pela variação no tamanho de cada família (ainda por menor que seja), da atividade econômica no interior de cada chácara, da localização das casas, da experiência e habilidades com a criação e lavoura, das relações familiares, da presença de água e de terra boa. Sendo que algumas chácaras não possuem sequer área agricultável em razão do tamanho de suas famílias. No entanto, se as práticas variam, elas se referem sempre à preservação da terra-patrimônio. “Como patrimônio a terra deve se manter indivisa, ou seja, sob posse da família quilombola”, palavras de Seu Ramão.

Nesse sentido, os códigos e regras locais estão centrados na “proibição” da comercialização da terra, no compartilhamento de uma memória comum, de processos de decisões compartilhadas por alguns e sem expressão por outros, de padrões de trocas, de

²³ Narrativa gravada em 15 de Julho de 2015 de Dona Francisca

alianças e de herança coerentes com as necessidades de reprodução social da específica da comunidade São Miguel.

Falar de exclusão, dentro de uma comunidade tão rica de valores familiares, sendo bastante complexo definir e entender esse processo, mas retratarei por meio de um exemplo relatado por Laureci, que saiu da comunidade aos 10 anos, analfabeta e foi acolhida por uma família na cidade de Nioaque que a encaminhou nos estudos. Laureci conta que o mundo para ela parecia todo escuro e que foi clareando na medida em que ela passou a ler todas as palavras.

Não conhecia o mundo, tinha vergonha por não saber ler e escrever meu próprio nome. Quando saí de casa falei com meu pai que voltaria para ajudar as pessoas daqui. Que todos saberiam mais do que nós. Que nossas crianças seriam pessoas que valorizariam a nossa estória, nossa luta e o nosso lugar. Por isso voltei, por isso amo dar aula, a leitura abre a cabeça do nosso povo. Eu não tinha identidade, o meu pais entalhou a minha data de nascimento em uma arvore porque não tinha como registrar naquele tempo. Olhava para os números e não sabia o que significava. Agora eu sei quem sou, sei de onde vim e sei o que eu quero. Quero ajudar meu povo com o meu trabalho (Laureci).

Laureci contou ainda que, assim que retornou a comunidade, aos 26 anos, muitos já não a conheciam; tudo havia mudado, desde as paisagens até as pessoas. Houve muita resistência com a sua chegada, primeiro em razão da sua escolaridade, hoje professora e, segundo, por retornar casada com uma pessoa que não era ligada a comunidade e de cor branca.

Seu Ramão testemunha que esse momento foi muito difícil: “minha filha chegou com uma esperança de mudar o mundo”. Laureci relatou que muitos não falavam com ela, não permitiam que seus filhos frequentassem a escola assim que ela assumiu como professora. O que é muito interessante é que antes de tomar conhecimento desses fatos, Lúcio, que trabalha na prefeitura de Maracaju havia relatado que antes da chegada de Laureci, a prefeitura realizou um concurso e quem foi nomeada como professora foi uma pessoa da cidade, pessoa branca, e que no primeiro dia de aula, a comunidade expulsou a professora por não atender as características necessárias para dar aula às crianças do local.

Aqui vemos que as regras são tão próprias e entendidas apenas pelos moradores que vivem no lugar. Em conversa com Dona Eugenia, esta contou que no inicio achou muito estranho que Laureci quisesse ensinar. Ela achava que a professora não conseguiria ensinar tantas crianças, já que tinha visto a menina crescer perto dos filhos. Hoje, Laureci conta com o

respeito e admiração da comunidade e realiza projetos variados para propagar a história do lugar.

Eu quero que todos conheçam quem somos e o cuidado com que cuidamos do nosso povo. Não me importa quem qual governo irá nos ajudar, queremos apenas que pessoas como vocês nos visitem e recontem nossa estória, nossos valores. Assim seremos grandes, com a internet, sabe como é?!

Amarildo, esposo de Laureci, conta que quando chegou não foi fácil. A família já o conhecia da cidade, ele trabalhava no comércio e com lavoura, conhece muito do campo e ganhou o respeito de Jorge quando o ajudou a constituir a associação e nos mutirões de plantio. Segundo Jorge, é um engenheiro sem formação, inventa máquinas de plantio só para facilitar o trabalho no campo, já que sua esposa passa a maior parte do tempo se dedicando aos pães, doces e preparo das atividades escolares. Assim ele depôs sobre sua chegada:

Minha briga maior não é com o povo daqui, aprendi a gostar a viver bem com todos. Minha briga é com a prefeitura que quer nos enganar com projetos e plantio de coisas que não queremos plantar ou fazer. Eu sabia que existia essas coisas do financiamento de PRONAF. Aí você chegou e nos trouxe tudo pronto. Provei para a Agraer que esses projetos que vem ‘goela abaixo’ estão errados. Não é porque o prefeito cismou que temos que produzir. Acredito que não podemos depender só da prefeitura, por isso já entrei em contato com as escolas estaduais de Maracaju oferecendo nossos produtos. Já falei para o Jorge que temos que pagar pelo selo de produtos da comunidade e mandar fazer uma etiqueta para apresentar nossos produtos. Não podemos depender da prefeitura, depois que mudar o prefeito isso tudo pode acabar. E aí? Como a maioria vai ficar? Eu tenho carro, coloco tudo dentro e vou vender em Nioaque, mas e os demais?

Assim, se retrata a dependência de muitas famílias estarem vinculadas a gestão atual que dá indícios de diminuição de investimentos no setor rural. Em conversa com o Lúcio na prefeitura, este informou que o orçamento para 2016 será bem menor que o do ano de 2015. Faz-se necessário uma reflexão, dentre os fatores elencados, sobre o papel do Estado frente à questão de investimentos rurais e assistência técnica. Segundo o secretário do D.F.A o número de crianças matriculadas na zona rural não diminuiu, muito menos nas escolas da rede municipal, portanto, a prefeitura terá de abastecer com alimentos para a merenda escolar. O que causa estranheza é a afirmação de que os recursos serão menores para o ano de 2016.

Talvez, o investimento que a prefeitura deixe de fazer não seja o da compra de alimentos, e sim de quem se compra esses alimentos. Muito mais “fácil” é adquirir do mercado próximo à prefeitura, mesmo porque o comerciante normalmente faz entrega, do que dispor de

um carro ou funcionário para buscar na Comunidade dos confins do município. O que parece é que é necessário, e muito, aprender com os que estão acostumados com a fartura de alimentos e a escassez de dinheiro em espécie. Esse é o retrato do campo em São Miguel, famílias com farta comida, mas sem dinheiro para chegar até a cidade mais próxima. Mas isso não abala o povo de São Miguel, que vê com naturalidade os tempos difíceis e que segundo Laureci, “isso vai passar, porque foi assim que fomos criados, lutando pelo pão de cada dia”.

Obviamente o agricultor familiar contando com produções de pequeno porte não consegue se inserir em todas as disputas vividas pela cidade, mas na Comunidade o elemento maior é a família e sua importância nesse meio já foram evidenciados. A família, portanto, está na base das relações sociais de São Miguel e é ela a criadora de estratégias para a sobrevivência e permanência no território, não diminuída ainda, pelas relações de parentesco.

a ajuda mútua entre os camponeses - é a prática que eles empregam para suprir, em determinados momentos, a força de trabalho familiar; entre essas práticas está o mutirão ou a troca pura e simples de dias de trabalho entre eles; esse processo aparece em função de os camponeses não disporem de rendimentos monetários necessários para pagar trabalhadores assalariados; a parceria - é outro elemento da produção camponesa decorrente da ausência de condições financeiras do camponês para assalariar trabalhadores em sua propriedade; assim ele, ao contratar um parceiro, divide com ele custos e ganhos; é comum essa relação de trabalho aparecer articulada na produção capitalista como estratégia do capital para reduzir os custos com a remuneração dos trabalhadores; da mesma maneira, a parceria pode ser a estratégia que os pequenos camponeses utilizam para ampliar a sua área de cultivo e consequentemente aumentar suas rendas (OLIVEIRA, 2007, p. 41).

Essa união de formas vai além da esfera econômica como parte decisiva do cotidiano visto em São Miguel. Relatar e analisar as experiências de famílias que ganham R\$ 40,00 reais por dia, enfrentando sol e chuva, distância e a inclusão e exclusão do seu próprio povo me faz repensar sobre o verdadeiro sentido de pertencimento e do que é ser visível em um território tão longínquo. “Somos vistos por quem, ou apenas queremos ser vistos?” Em São Miguel isso não é importante, não é importante ser visto, o importante é permanecer, permanecer em grupo em sintonia com as famílias e os valores familiares, e que ser visto pode ser por meio de reportagens, trabalhos e pesquisas, mas que no fundo, o mais importante é que mais e mais pessoas possam descobrir que existe esse lugar, que lá vivem pessoas de valores maiores do que os valores financeiros e que dinheiro nenhum quantificaria com perfeição as suas riquezas.

Em minha última visita a Laureci perguntei o que ela deseja para 2016 e esta me respondeu: “o meu objetivo em 2015, eu alcancei esse ano. O meu objetivo era mostrar para o

mundo que a comunidade de São Miguel existe, a escola de São Miguel existe. E eu alcancei esse objetivo.”

Laureci se refere a um evento promovido pela prefeitura que solicitou a cada diretor de escola que fizesse a apresentação de sua escola por meio de um projeto. As escolas deveriam montar um projeto dizendo quais foram os eventos promovidos pelos professores e realizados pelas crianças, mas que envolvessem os temas ligados a cada comunidade em que a escola estivesse inserida. A maioria apresentou em forma de slides dizendo quais foram as ações do ano. Laureci, figura linda, apresentou sua comunidade de forma ilustrativa utilizando o Hino do Estado de Mato Grosso do Sul em sua fala e imagens que representavam as ações da comunidade e as riquezas do seu lugar. Ilustrarei apenas uma foto²⁴ que eu tirei há tempos atrás e que gentilmente Laureci utilizou em seu trabalho de apresentação:

Figura 28: Imagem da apresentação de Laureci.



Fonte: autoria própria.

Assim, finalizo essa experiência, não com frases de teóricos ou com autores que muito me ensinaram sobre agricultura familiar, mas com imagens de pessoas que me ensinaram de maneira prática a criatividade para viver no campo com pouco e com muito ao mesmo tempo.

²⁴ Todas as fotos que foram tiradas da comunidade eram compartilhadas com a professora e com Dona Eugênia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

São Miguel tornou-se um imperativo de sobrevivência difundido na falsa abolição da escravatura que deixou milhares de ex-escravos abandonados à própria sorte, desprovidos de qualquer recurso financeiro, sobrevivendo apenas com trabalhos temporários, promovendo o êxodo rural ou a intensificação do trabalho familiar em terras ocupadas ou adquiridas, como foi o caso da Comunidade São Miguel. A estreita relação com o passado escravocrata e os laços de pertencimento em primeiro plano com a família e em segundo plano com a terra fez surgirem especificidades que fizeram da pequena propriedade no interior do município de Maracaju-MS uma comunidade quilombola.

A memória de Dona Joaquina sempre se fez presente e os ajudou a enfrentar as resistências de tomada da terra e os preconceitos de uma sociedade de segregação racial não declarada, que despreza a cultura e visão de mundo das comunidades tradicionais, principalmente as negras. Foi assim, por muito tempo, que a sociedade brasileira procedeu com descendentes de africanos, através das mais variadas formas de discriminação, de exclusão e de alijamento do processo produtivo consequente e da vida social digna. Só com a promulgação da Constituição em 1998, os remanescentes de quilombos puderam ser identificados como tais e, assim, a sociedade os “reconheceu” como uma de suas parcelas mais significativas e parte, portanto, da população brasileira.

A experiência nessa comunidade serviu para mostrar que não basta apenas boas ações, retórica política e debates acadêmicos, mas sim ações efetivas de proximidade para enfrentar o problema do abandono social do campo e dos camponeses. O Estado não precisa criar mais leis e sim condições para que partam dessas comunidades ações, principalmente, no campo das políticas públicas, assegurando, não só recursos, mas assistência técnica, saúde, educação e acompanhamento para as regiões distantes. A estratégia do PNAE e do PAA são encaradas com uma interessante alternativa para a promoção de desenvolvimento social e econômico rural, de geração de renda e de investimento para o pequeno agricultor do campo. Uma proposta que soa como utopia quando se verifica as condições em que isso é viabilizado ao trabalhador que, primeiramente, luta para transpor as barreiras burocráticas e posteriormente, se depara com as fragilidades a que está sujeito ao programa.

O maior empecilho dessas famílias é a luta isolada, um anonimato criado por interesses outros, antagônicos e indiscutivelmente mais preparados financeiro e politicamente para a peleja da visibilidade no campo. Há uma fragilidade muito grande no reconhecimento de

comunidades quilombolas e dos seus meios de produção, é um processo lento, que sem o devido enquadramento, permanecem na invisibilidade social, evidenciando a velha dicotomia da produção agrícola em pequena escala, da agricultura familiar e da produção extensiva ou em larga escala. Há aqueles que sequer são considerados agricultores ou comunidade negra, mas plantam e da terra tiram o seu sustento. A morosidade burocrática impede a emissão da documentação necessária para a participação nos programas sociais do campo, ou seja, sem os documentos, essas pessoas não existem para o Poder Público local.

Em certo momento em que estava na prefeitura de Maracaju, perguntei a secretária porque somente em 2014 a gestão municipal passou a comprar da comunidade estudada; a resposta: ausência documental dos seus produtores. Isso não é uma responsabilidade apenas da prefeitura de Maracaju e sim de todos os órgãos que tanto estudam e divulgam os números da zona rural, órgãos especializados é verdade, mas que se mostram tão distantes dos pequenos produtores que nem mesmo parece que sobre eles recaem suas funções. São Miguel e seu povo ensina que é preciso produzir, gerar renda, mas para que tudo isso aconteça, a relação de pertencimento é maior do que as políticas esquecidas para essa parcela de terra distante de Maracaju e tão próxima de Nioaque. As políticas implantadas no campo precisam estar acompanhadas de condições que favoreçam a viabilidade a permanência na terra, desde a parte burocrática até a preservação das condições de saúde e educação adequadas. O governo concede o tão sonhado pedaço de terra, mas se esquecem que nela não existe nada, nem casa, nem água, nem luz. Famílias são “jogadas” na terra como se “o problema” se resolvesse apenas com essa ação, talvez seja por razões como essa que muitas famílias abandonam e/ou arrendam suas propriedades, por serem algumas das muitas formas de escape do abandono e da exclusão social.

A Comunidade se organizou por meio da associação, assim a associação, reconhecida publicamente e garantidora dos direitos da comunidade, participa das chamadas públicas promovendo renda. Dizer que a sociedade os ensinou “tudo”, como relatado por meio de entrevista é uma afronta aos que conhecem um povo que lida com a terra desde muito antes do crescimento promovido pelo agronegócio da região. Nasceram na terra, nela vivem e dela sobrevivem desde o dia que Dona Joaquina e Seu Manoel passaram a morar lá. Mas ainda assim, essa sentença não tem relevância alguma para Dona Eugenia e seu povo, pois faz parte do processo de interação social, acreditam que no fundo “eles” (prefeitura) um dia irá “aprender com a nossa gente” - palavras de Dona Eugenia – e passarão a ver com mais respeito o trabalho de um povo que não nega as origens, que anseia por ser visto e respeitado por meio da memória, do pertencimento e do trabalho da agricultura familiar.

Por fim, não recomendo ação alguma para São Miguel, por acreditar que as ações necessárias para o crescimento da comunidade devem ser pensadas a partir do que os são-miguelenses desejam. Um desejo que se faz presente dentro da comunidade é a criação de uma escola quilombola, ou seja, não é dinheiro a maior preocupação dessa comunidade e sim as raízes as quais essas pessoas pertencem. Com todas as reservas, sugiro que a academia e aqueles que dela fazem parte se preocupem um pouco mais em compreender as necessidades, as representações sociais e a produção familiar, a partir do olhar da comunidade e não do olhar puramente metodológico que tanto é, por vezes, fetichizado. A inserção no estudo promove a oportunidade de se colocar no lugar do outro e contribuir, na medida em que seja solicitado, com os conhecimentos acadêmicos e profissionais.

Somos parte do processo de desenvolvimento, mesmo longe das pessoas que vivem no campo, comemos da comida por elas produzida, dividimos o mesmo espaço geográfico e somos seres iguais igualmente humanos. Dividimos ainda os mesmos medos, a preocupação com a educação dos filhos e a proteção da família. Portanto, somos pessoas tão iguais quanto todos aqueles que estão distantes, logo, o compromisso do acadêmico é contribuir para que a visão da sociedade seja ampliada e esta possa compreender o quão próxima é daqueles que se encontram distantes, no campo; e que, se submetidos às mesmas condições, todos podem ter as mesmas oportunidades de crescimento, independentemente do lugar em que se encontrem.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo / Rio de Janeiro / Campinas: Hucitec / Anpocs / Unicamp, 1992.

_____. **Uma nova extensão rural para a agricultura familiar**. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. Brasília, DF. Anais..., 1997.

ALMEIDA, Rosemeire A. **(Re)criação do Campesinato, Identidade e Distinção**. São Paulo: Editora Unesp, 1989.

_____. **(Re)criação do Campesinato, Identidade e Distinção**. São Paulo: Editora Unesp, 1989.

ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília, 2005, 18 p. Editora Embrapa.

AMIN, Samir e VEGOPOULOS, Kostas, **A questão agrária e o capitalismo**, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1986.

ANJOS, Flávio S. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil**. Pelotas (RS): EGUFPeL, 2003.

AVILA, Vicente Fideles et al. **Formação Educacional em Desenvolvimento Local: Relato de Estudo em Grupo e Análise de Conceitos**. 2 ed., Campo Grande: Ed. UCDB, 2000.

BECKER, Howard S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. Editora Hucitec. São Paulo, 1993.

BERTAUX, Daniel. **Destinos Pessoais e Estrutura de Classe: Para uma crítica da antropomínia política**. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1979.

BRANDÃO, Maria de Azevedo. **Os vários Recôncavos e seus riscos**. Salvador. UNIFACS. Revista do Centro de Artes Humanidades e Letras. v.1. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Agricultura familiar no Brasil e o censo agropecuário 2006**. Brasília: MDA, 2009.

_____, Lei 12.188, de 11 de janeiro 2010. **Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER** e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. **A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio**. São Paulo: CLACSO, Outras expressões, 2011.

CARVALHO FILHO, José Juliano. **Política agrária do governo FHC: desenvolvimento rural e a nova reforma agrária**. In: LEITE, Sergio P. Políticas públicas e agricultura no Brasil. Porto Alegre (RS): Editora da Universidade, 1996, p. 193-223.

_____. **Política agrária do governo FHC: desenvolvimento rural e a nova reforma agrária.** In: LEITE, Sergio P. Políticas públicas e agricultura no Brasil. Porto Alegre (RS): Editora da Universidade, 2001, p. 193-223.

CASTRO, Yeda Pessoa de. **Falares Africanos na Bahia.** Um vocabulário Afrobrasileiro. Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras. 2001

DENARDI, R. A. **Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável.** Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável, Porto Alegre, v. 2, n. 3, p. 56-62, jul/set. 2001.

DOS SANTOS, José Luiz. **O que é cultura?** São Paulo. Ed. Brasiliense, 1999.

FAO/INCRA. **Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico.** Brasília: Projeto UTF/BRA/036/BRA, 1996.

FAO/INCRA. **Proposta de Plano de Desenvolvimento do Assentamento Zumbi dos Palmares.** Rio de Janeiro, 2001, 159p.

GERHARDT, Tatiana Engel. SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa.** Série Educação à Distância. Editora Universidade Federal do Rio Grande do Sul -UFRGS, 2009

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 4ª Edição, Editora Atlas São Paulo, 2002.

GIL_____. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GODOY, Arilda Schmidt. *Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.* **ERA-Revista de Administração de Empresas.** São Paulo-SP, v 35, n. 2, Mar./Abr. 1995, p. 57-63

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais.** Editora Record, Rio de Janeiro: 2004.

GOLLO, A.; SILVA, M. S. M. da.; ABDALLA, L. D. **Projeto de assentamento Zumbi dos Palmares.** Relatório final de atividades, 2001. 24p.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Geografia da riqueza, fome e meio ambiente – Pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais”** In: 2004

GRAZIANO, Silva José. **O novo rural brasileiro: XXIV Encontro Nacional de Economia.** RJ: Anpec, 1996.

_____. **O Novo Rural brasileiro: Nova Economia.** Belo Horizonte: v.7, n.1 1992.

HESPANHOL, Antônio Nivaldo. **Origem, magnitude e expansão territorial do agronegócio no Brasil.** Conferência no III Encontro de Grupos de Pesquisa Rurais. Porto Alegre, 2007 (no prelo).

IBGE. Censo Agropecuário 2006. Brasília: IBGE, 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm>. Acesso em 17/09/2009.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo agropecuário 2006: **Agricultura familiar – primeiros resultados** – Brasil, grandes regiões e unidades da federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

INCRA MS. Novo **Retrato da Agricultura Familiar**: O Brasil Redescoberto. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília, 2007.

LELOUP, Fabienne; MOYART, Laurence; PECQUEUR, Bernard. La gouvernance territoriale comme nouveau mode de coordination territoriale? 4èmes journées de la proximité. Proximité, réseaux et coordination, 17 et 18 Juin 2004.

LIMA, Antônio Henrique Maia. **O direito humano ao desenvolvimento sob a ótica das minorias de gênero**. (2015). Dissertação. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local. Universidade Católica Dom Bosco – UCDB.

MACIEL, Josemar de Campos. **A Ciência Psicológica em Primeira Pessoa**: O sentido do Método Heurístico de Clark E. Moustakas para a Pesquisa em Psicologia. Pontifícia Universidade Católica de Campinas, PUC Campinas 2004.

MARCUSE, Herbert de.. **Tecnologia, guerra e fascismo**: coletânea de artigos. São Paulo: Unesp. 1999.

MARQUES, Heitor Romero, *Desarrollo local a escala humana*. Universidad de Los Lagos Centro de Investigaciones Sociedad y Políticas Públicas-CISPO,2001.

MARTINS, J. de S. **Reforma agrária: ensaios de sociologia da história lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MDA. **Desenvolvimento agrário com estratégia**: balanço, 2003-2006. Porto Alegre: Nead 2006.

_____. **Desenvolvimento agrário com estratégia**: balanço, 2006-20012. Porto Alegre: Nead 2009.

_____. **Cartilha do Programa Nacional de Crédito Fundiário**. Brasília, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.

_____. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 16. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2001.

MOURA, Glória. **Os quilombos contemporâneos e a educação**. Humanidades. Brasília, UNB, nº 47, novembro de 1999.

Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul**. Brasília: MDA, 2006. Série Nead-Debate n.9.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate À Fome – MDS. **Perfil das famílias do Programa Bolsa Família no Cadastro Único** – Brasil, regiões e unidades da federação. Brasília: MDS, 2005.

MOURA, Glória. **Navio Negroiro-Batuque no Quilombo**. CNNCT. São Paulo, 2008

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino, **A apropriação da renda da terra pelo capital na citricultura paulista**, in Terra Livre 01, ano 1, São Paulo, AGB, 1986.

_____. (Org.) **O campo no século XXI** – Território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004

_____, **A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro**, in CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.), Novos caminhos da geografia, São Paulo, editora contexto, 2002.

ORTEGA, Antônio Cesar. **Agronegócios e representação de interesses no Brasil**. Uberlândia: Edufu, 2005.

PITAGUARI, S. O.; LIMA, J. Ferrera de. **As idéias keynesianas e o crescimento do produto nas economias locais**. Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local, Campo Grande, v. 6, n. 10, p. 11-20, 2005

RAFFESTIN, Claude. **Por Uma Geografia do Poder**. São Paulo, SP: Ática, 1993.

REDFELD, Robert. *The Little Community and Peasant Society and Culture*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

RICHARDS, P. Cultivation: knowledge or performance. In: Hobart, M. (Org.). An anthropological critique of development. London and N.York: Routledge, 1995.

SANTOS, Milton. **Território, Globalização e Fragmentação**. São Paulo, SP: Hucitec, 1994.

SAQUET, Marco Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular e Programa de Pós-Graduação em Geografia/Unesp- Presidente Prudente, 2007.

SAUER, S. **Reforma Agrária e geração de emprego e renda no meio rural**. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, 1998. V 3, 127p.

SCHNEIDER, Sérgio. **Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.18, n. 51, p: 100-101, fev. 2003.

SILVA, José Graciano da. **Velhos e novos mitos do rural brasileiro**. Revista Estudos Avançados, São Paulo, v.15, n. 43, p. 37-50, set./dez. 2001

_____. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

SOARES, C. S. A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio. São Paulo: CLACSO, Outras expressões, 2011.

SUZUKI, Júlio Cesar. **Reflexões acerca do agronegócio no Brasil**. Artigo apresentado no III Encontro dos Grupos de Pesquisa. Porto Alegre, 2007 (no prelo).

VEIGA, José Eli da. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: 1991, HUCITEC.

WANDERLEY, M. de N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. In: Tedesco, J. C. (ed.) Agricultura familiar: realidades e perspectivas. 3ª ed. Passo Fundo: 2001, UPF, p. 21-57.

WOORTMANN, Ellen F. **Parentes, Herdeiros e Compadres**. Colonos do Sul e Sitiantes do

Nordeste. Hucitec/EdUnB, São Paulo/Brasília, 1995.

ZINGA, M. R. M. (2004). **Discutindo a questão da representação política entre os beneficiados da reforma agrária**: Um estudo de caso sobre construção de organizações de base no Assentamento Zumbi dos Palmares, Campos dos Goytacazes, RJ. Monografia (graduação em Ciências Sociais) - Campos dos Goytacazes, RJ, Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF, 48p.

ANEXO A – TÍTULO DE RECONHECIMENTO DE DOMÍNIO COLETIVO E PRÓ-INDIVISO

INCRA
SR - 16/MS



MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA

01 – CARACTERÍSTICAS DO TÍTULO

ESPÉCIE

TÍTULO DE RECONHECIMENTO DE DOMÍNIO COLETIVO E PRÓ-INDIVISO

NÚMERO DO TÍTULO	DATA	LOCAL DE EMISSÃO	UF	PROCESSO ADMINISTRATIVO
SR-16/MS - 001/2011	08/09/2011	BRASILIA	DF	54290.000372/2005-60

02 – OUTORGANTE

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Autarquia Federal criada pelo decreto-lei nº 1.110 de 09 de julho de 1970, alterado pela Lei nº 7.231, de 23 de outubro de 1984, CNPJ nº 00375.972/2001-60, sede e jurisdição em todo território nacional.

03 – ENTIDADE OUTOGARDA

ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE NEGRA RURAL QUILOMBOLA DE SÃO MIGUEL

CNPJ	DATA DA CONSTITUIÇÃO	LOCALIDADE	UF
07.426.325/0001-80	12/02/2005	MARACAJU	MS

04 – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Art. 68 do ADCT, Arts. 215 e 216 da Constituição de 1988, Decreto 4.887, de 20 novembro de 2003, Instrução Normativa nº 57/2009.

05 – CARACTERÍSTICAS E CONFRONTAÇÕES DO IMÓVEL

IMÓVEL	MUNICÍPIO DE LOCALIZAÇÃO	UF	ÁREA DO IMÓVEL (Ha)
RURAL	MARACAJU	MS	333,0736

ÁREA POR EXTENSO

(trezentos e trinta e três hectares, sete ares e trinta e seis centiares)

CONFRONTAÇÕES DO IMÓVEL

CONFORME PLANTA E MEMORIAL DESCRITIVO ANEXOS, QUE INTEGRAM O PRESENTE TÍTULO E QUE DEVERÃO, IGUALMENTE, COMPOR O REGISTRO DE IMÓVEL

DATA	RESPONSÁVEL PELA MEDIÇÃO/DEMARCAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO DO CREA
25/01/2007	JOSUÉ FERREIRA CAETANO	8.072 D/MS

PLANTA E MEMORIAL DESCRITIVO, EM ANEXO, INTEGRAM O PRESENTE TÍTULO E DEVERÃO, IGUALMENTE, COMPOR O REGISTRO DE IMÓVEL

REGISTRO IMOBILIÁRIO

PROPRIETÁRIO	MATR/TRANSC.	OFÍCIO	LIVRO	FOLHA/FICHA
INCRA	14.518	1º SERVIÇO REGISTRAL E NOTORIAL DE MARACAJU/ MS	02	1/3v

O PRESENTE TÍTULO REGE-SE PELAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES ESPECIFICADAS NO VERSO

DADOS COMPLEMENTARES

DAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES

O OUTORGANTE, qualificado no quadro 02, com fundamento na legislação federal de regência, tendo em vista o que consta do respectivo processo administrativo, reconhece como área remanescente de quilombo o imóvel descrito e concede à OUTORGADA, qualificada no quadro 03, o presente TÍTULO DE RECONHECIMENTO DE DOMÍNIO COLETIVO E PRÓ-INDIVISO, atendidas as seguintes Condições e Cláusulas:

- I. Em decorrência do presente reconhecimento, o OUTORGANTE assegura à OUTORGADA a posse e o domínio do imóvel em caráter perene, coletivo, pró-indiviso e sem prescrição, ficando vedado à OUTORGADA alienar, penhorar ou transmitir a qualquer título o domínio do imóvel, devendo o mesmo permanecer sob o seu uso e posse ou de seus sucessores legítimos, conforme disposto no Artigo 17 do Decreto 4.887/2003, c/c, artigo 23 da Instrução Normativa INCRA 57/2009, quando outorgado o título definitivo de propriedade e ultimado o registro.
- II. O imóvel acima descrito se destina às atividades extrativistas, agroindustriais, culturais e de preservação do meio ambiente de modo a garantir a auto-sustentabilidade da comunidade remanescente de quilombo beneficiária, objetivando a sua preservação em seus aspectos sociais, culturais e históricos, segundo o disposto nos artigos 215 e 216, da Constituição Federal.
- III. Fica a OUTORGADA obrigada a preservar o meio ambiente nos imóveis rurais, inclusive as áreas de reserva legal e preservação permanente, na forma da legislação ambiental federal e estadual vigentes.
- IV. O imóvel acha-se livre e desembaraçado de todo e qualquer ônus real, judicial e extrajudicial.
- V. O presente TÍTULO tem plena força e validade de escritura pública, a teor do art. 7º, do Decreto-lei nº 2.375, de 24 de novembro de 1987, aceitando a OUTORGADA, expressamente, as cláusulas e condições dele constantes, eleito o foro da cidade da sede da Superintendência Regional do Inkra de localização do imóvel, com renúncia de qualquer outro, para dirimir questões que resultem deste.
- VI. Fazem parte do presente documento de propriedade, inclusive para fins de registro imobiliário, a planta e o memorial descritivo do imóvel.
- VII. O presente TÍTULO é emitido com isenção de taxas e emolumentos para a OUTORGADA, nos termos do artigo 29 da Instrução Normativa INCRA 57/2009.

Brasília/DF, 08 de setembro de 2011.

CELSO LISBOA DE LACERDA
PRESIDENTE DO INKRA

JORGE HENRIQUE GONÇALVES FLORES
PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE NEGRA RURAL QUILOMBOLA DE SÃO MIGUEL

TESTEMUNHA
RG
CPF

TESTEMUNHA
RG 12428
CPF 015663839-03

TESTEMUNHA
RG
CPF

41.069
139.108.334-97



ANEXO B – ESTATUTO SOCIAL - ANERQSAM

Associação da Comunidade Negra Rural Quilombola de São Miguel - ANERQSAM

MARACAJÚ – MATO GROSSO DO SUL

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I CONSTITUIÇÃO - FORO - OBJETIVOS – DURAÇÃO

Art. 1º - Associação da Comunidade Negra Rural Quilombola de São Miguel, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, é uma associação fundada no dia 12 de fevereiro de 2005, fica organizada e constituída nesta data, de acordo com a legislação em vigor, autônoma, democrática, apartidária, constituída pelo conjunto de seus associados, com prazo de duração indeterminado, de representação da Comunidade Negra Rural Quilombola de São Miguel no município de Maracaju, Estado do Mato Grosso do Sul.

Parágrafo único - Considera-se como comunidades negras quilombolas, para fins deste Estatuto, aquelas remanescentes das comunidades dos quilombos, ou seja, grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotadas de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com sua resistência à opressão histórica sofrida.

I- São objetivos e competência Associação da Comunidade Negra Rural Quilombola de São Miguel, promover, juntamente com as Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Estado, a defesa da titulação dos territórios dos remanescentes das comunidades dos quilombos, conforme prevê o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais e Transitórias da Constituição Federal de 1988;

II- Elaborar e sugerir políticas, inclusive de ação afirmativa, executar trabalhos e estabelecer estratégias, para proporcionar às comunidades rurais quilombolas uma maior auto-estima e desenvolvimento socio-econômico-educacional-cultural.

III- Prestar serviços permanentes e sem distinção de clientela, combater todo e quaisquer tipo de preconceito, segregação, estigmatização, as práticas de discriminação racial em todas suas manifestações, buscando construir uma sociedade da qual sejam eliminadas todas as formas de exploração e sejam respeitados os Direitos Humanos;

IV-A proteção ao meio ambiente, ao consumidor, ao patrimônio artístico, estético, histórico, cultural, à saúde, à territorialidade quilombola, à família, aos direitos da criança e do adolescente, da mulher, da maternidade, do idoso, à comunidade especialmente na defesa judicial da igualdade racial, incluindo a propositura de ações cíveis e criminais, ações coletivas e/ou públicas destinadas à proteção dos direitos dos remanescentes das comunidades dos quilombos, aos direitos difusos e coletivos da população negra e de quaisquer outros segmentos vitimados por discriminação injusta.

V- Realizar trabalhos de Assistência Social, Beneficentes, Educacionais, Culturais, Esportivos, Recreativos

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Mato Grosso do Sul
COMARCA DE MARACAJÚ-MS

Carlos Gomes Pereira Paschoa - André G. Flores

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Mato Grosso do Sul

Associação da Comunidade Negra Rural Quilombola de São Miguel - ANERQSAM

MARACAJÚ - MATO GROSSO DO SUL

1º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
Estado de Mato Grosso do Sul
SUBSTITUIÇÃO
COMARCA DE MARACAJÚ - MS

SEÇÃO II DOS DIREITOS

Art. 10º. A (o) associado (a), quites com suas obrigações, assiste a todos os direitos e vantagens previstas neste Estatuto e no Regimento Interno:

- a) votar e ser votado nas Assembleias Gerais;
- b) Recorrer à Assembleia Geral das penalidades e atos que lhes forem impostos pela Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal, em prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, sob pena de prescrição;
- c) solicitar a convocação de Assembleia Geral Extraordinária, na forma deste Estatuto;
- d) ser informado e participar das atividades desenvolvidas pela associação.

SEÇÃO III DOS DEVERES

Art. 11 - São deveres dos (as) Associados (as):

- a) cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto e Regimento Interno e as Deliberações dos Órgãos constituídos;
- b) exercer com zelo e dedicação os cargos e comissões para os quais for eleito ou nomeado;
- c) comparecer às reuniões e Assembleias quando convocado, tomando parte nos trabalhos e acatando as suas decisões;
- d) pagar pontualmente as mensalidades sociais, zelando pela conservação do patrimônio social;
- e) promover por todos os meios ao seu alcance, o progresso e o bom nome da Associação;
- f) comunicar mudanças de endereço, bem como outras que venham alterar as declarações prestadas a, quando de sua admissão no quadro social;
- h) não tomar qualquer deliberação isolada que seja de competência da Diretoria Executiva;
- i) propagar no meio da comunidade que viver as vantagens decorrentes da união de todos em torno da **ANERQSAM**;
- j) respeitar os diretores, associados, convidados e empregados da **ANERQSAM**
- l) abster-se nas dependências da Associação de qualquer manifestação política ou religiosa ou relativa a questões de raça ou nacionalidade, exceto quando envolver estudos, políticas e ações compensatórias, que se reverterem em benefício coletivo da **ANERQSAM**;

Parágrafo único. É expressamente vedado o uso da razão social, ou nome fantasia, em atos que envolvam a entidade em obrigações relativas a negócios estranhos ao seu objetivo social, especialmente prestações de avais, endossos, fianças e cauções de favor.

João Aquino e Jambé A. Flores
 REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
 Comarca de Maracaju - Mato Grosso do Sul
 Corb. Guic...

Quilombola de São Miguel - ANERQSAM

MARACAJÚ - MATO GROSSO DO SUL

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRO
 OAB/MS Nº 5.422
 COMARCA DE MARACAJÚ - MS

SEÇÃO IV DAS PENALIDADES

Art. 12 - Ficam instituídas as seguintes penalidades para os (as) associados (as) que infringirem as disposições deste Estatuto e do Regimento Interno:

- a) advertência oral ou escrita;
- b) suspensão
- c) eliminação

Art. 13 - A advertência poderá ser feita verbalmente por qualquer Diretor e a aplicada por escrito pela Diretoria Executiva, devendo ser sempre, justificadamente, registrada em ata da reunião e em livro próprio .

Art. 14 - A suspensão que não poderá ser superior a 60 (sessenta) dias, será aplicada somente pela Diretoria Executiva, não sendo permitido ao associado (a) punido (a) frequentar as dependências da **ANERQSAM** na vigência da pena, obrigando-se, entretanto, ao pagamento das contribuições devidas;

§ 1º - O associado (a) poderá recorrer à Assembléia Geral Extraordinária das penalidades aplicadas:

§ 2º - O prazo é de 15 (quinze) dias, contados da data em que o associado (a) tomou conhecimento;

§ 3º - Os recursos, em geral, são entregues na Secretaria da **ANERQSAM** por escrito, mediante recibo, devidamente circunstanciado, onde serão instruídos;

§ 4º - Diretoria Executiva dentro de 15 (quinze) dias reapreciará as razões do recurso; mantida a decisão, deverá submetê-la à Assembléia Geral Extraordinária especialmente convocada, em prazo não superior a 30 (trinta) dias.

Art. 15 - Será eliminado (a) o associado (a) que:

- a) atrasar no pagamento de suas mensalidades por mais de 06 (seis) meses consecutivos, sem motivo justificado;
- b) a eliminação a que se refere a alínea "a" é feita pela Diretoria Executiva, após notificar por escrito o (a) associado (a) e este se silenciar, perdendo todos os direitos contidos neste Estatuto;
- c) praticar irregularidades no desempenho do mandato administrativo ou em missão designada pela Diretoria, que resultar prejuízo ao patrimônio social;
- d) causar danos ou prejuízo ao patrimônio social ou dos créditos da **ANERQSAM**;
- e) em nome da **ANERQSAM** promover ou comparecer a reuniões ou festividades fora da sede social, sem estar devidamente credenciado;
- f) por má conduta moral ou social;

José Roberto Damasco de Souza
 OAB/MS Nº 5.422

João Joaquim e Príncipe e Flávia
 REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
 MATO GROSSO DO SUL

Associação da Comunidade Negra Rural Quilombola de São Miguel - ANERQSAM

MARACAJÚ - MATO GROSSO DO SUL

OFÍCIO NOTARIAL E REGISTRAR
Mato Grosso do Sul
Substituto
COMARCA DE MARACAJÚ - MS

g) contrariar o presente Estatuto, abster-se das atividades programadas pela associação sem a devida justificativa.

Parágrafo único. O (a) associado (a) eliminado (a) de acordo com a alínea "a" poderá reingressar no quadro social, mediante a quitação dos débitos.

SEÇÃO V

DAS CONTRIBUIÇÕES

Art. 16 - As mensalidades serão estabelecidas, anualmente, revistas pela Diretoria Executiva e amplamente divulgadas para conhecimento de seus associados e seu pagamento será efetuado na sede da Associação, ou através de carnê bancário ou em crédito na conta corrente da **ANERQSAM**, devendo, neste caso, o (a) associado (a) enviar o devido recibo para registro.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA ORGANIZATIVA

SEÇÃO I

Art. 17 - A **ANERQSAM** será regida por este Estatuto e seus órgãos são:

- I - Assembléia Geral;
- II - Diretoria Executiva;
- III - Conselho Fiscal;
- IV - Conselho Consultivo.

SEÇÃO II

DA Assembléia GERAL

Art. 18 - A Assembléia Geral é o órgão soberano da Associação e se reúne para deliberar, ordinária ou extraordinariamente, com competência para:

- I - eleger e empossar a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal;
- II - intervir na administração da **ANERQSAM** quando julgar conveniente, podendo aplicar penalidades e até cassar mandatos dos membros da Diretoria Executiva e de órgãos, desde que os interesses da Associação o exijam;
- III - analisar e aprovar as indicações da Diretoria Executiva para preencher cargos vagos, desde que o restante do mandato seja superior ou igual a 06 (seis) meses;
- IV - discutir e homologar as contas e o balanço aprovado pelo Conselho Fiscal;
- V - reformar, alterar ou mudar o Estatuto Social

Art. 19. Considera-se legitimamente constituída a Assembléia Geral, desde que se verifique em primeira convocação a presença de pelo menos 50 % (cinquenta por cento) dos (as) associados (as) em situação regular com a entidade e, em segunda e ultima convocação, com pelo menos 1/3 (um terço) de associados (as) em situação regular com a entidade.

Carlos Queiroz Peçanha Jaqueline Amilcar de Jesus

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Comarca de Maracajú - Mato Grosso do Sul

Associação da Comunidade Negra Rural Quilombola de São Miguel - ANERQSAM

MARACAJÚ - MATO GROSSO DO SUL

1º SERVIÇO NOTARIAL REGISTRAL
Município de São Miguel
Substituto
COMARCA DE MARACAJÚ - MS

§ 1º Para as deliberações a que se referem os incisos II e V é exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembléia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar em primeira convocação, sem a maioria absoluta das pessoas associadas, ou com menos de um terço da convocação seguinte.

§ 2º Não havendo *quorum* suficiente, será feita convocação de nova Assembléia Geral, no prazo de 15 (quinze) dias.

§ 3º Nas Assembléias Gerais permitir-se-á a presença de convidados, sem que tenham direito a voz, votar e serem votados nas deliberações, mas terão direito à palavra se houver alguma menção em relação a suas pessoas.

Art. 20 - A convocação da Assembléia Geral será feita por Edital, fixado em locais visíveis na Entidade e publicado no Diário Oficial do Estado ou do Município ou outro órgão de imprensa de circulação municipal, com antecedência no mínimo 15 (quinze) dias, salvo nos casos excepcionais que poderão ser convocadas até no prazo de 72 (setenta e dois) horas e, neste caso por expediente circular.

Art. 21 - A convocação da Assembléia Geral Extraordinária, por solicitação dos associados, será feita arazoadamente e justificada, subscrita, no mínimo por 1/5 (um quinto) das pessoas associadas em situação regular com a entidade;

Parágrafo Único - Neste caso será exigido o comparecimento de 50% (cinquenta por cento) dos (as) associados (as) em situação regular com a entidade, que subscreveram o requerimento, independentemente das demais exigências Estatutárias.

Art. 22 - A Assembléia Geral reunir-se-á:

a) anualmente, no mês de março, para apresentação do relatório e balanço anual financeiro com parecer do Conselho Fiscal;

b) de 4 (quatro) em 4 (quatro) anos, na primeira quinzena do mês de dezembro, para eleição da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal;

c) extraordinariamente quando for por convocação da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal ou por 1/3 das pessoas associadas em situação regular com a entidade, para apreciar fatos relevantes;

d) o Edital de Convocação da Assembléia Geral deverá ser afixado na sede da **ANERQSAM**, e publicado no Diário Oficial do Estado ou do Município ou órgão da imprensa de circulação no município, com antecedência de 10 (dez) dias antes da realização da Assembléia, seja ela Ordinária ou Extraordinária, salvo exceções previstas neste Estatuto.

Art. 23 - Nas Assembléias Gerais, somente serão tratados assuntos constantes do Edital.

Art. 24- Os trabalhos de cada Assembléia ou reunião serão registrados em ATA, que poderá ser manuscrita ou digitada em microcomputador gravada em disquete ou CD-ROM, que depois de impressa/escrita, lida, aprovada, deverá ser assinada pelos presentes, sendo os disquetes ou CD-ROM e as ATAS acondicionados e ANERQSAMvadas Pasta e/ou Livro em local apropriado.

Carla Grancho Pereira Bagnini Amela G. G. G. G.

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

[Handwritten signatures]

Associação da Comunidade Negra Rural Quilombola de São Miguel - ANERQSAM

MARACAJÚ - MATO GROSSO DO SUL

1º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRO
Núcleo OFIME
Substituto
COMARCA DE MARACAJÚ - MS

CAPÍTULO IV DA CONSTITUIÇÃO DA DIRETORIA E COMPETÊNCIAS SEÇÃO I

Art. 25 - A associação será administrada por *uma Diretoria Executiva*, constituída de um (a) *Presidente*, um *Secretário (a) Geral* e um (a) *Diretor (a) de Finanças*, eleitos pela Assembléia Geral, obedecendo sempre a proporcionalidade no sentido de que no mínimo 1/3 (um terço) dos cargos sejam ocupados pelo sexo feminino;

§1º - Os cargos de *Presidente*, *Secretário (a) Geral* e *Diretor (a) de Finanças* e *Conselho Fiscal* são privativos dos membros da *Comunidade Negra Rural Quilombola de São Miguel*, caracterizados como estabelece o *art. 1º, parágrafo único* deste Diploma Social.

§2º - *Os mandatos são de 4 (quatro) anos, sendo permitida a reeleição.*

Art. 26 - Vagando-se qualquer cargo eletivo, o substituto legal ocupará a vaga até que ocorra nova eleição, exceto se a vacância ocorrer a menos de 06 (seis) meses do final de mandato, quando o substituto completará o mandato;

Parágrafo único. Em caso de vacância na *Diretoria Executiva*, com mandato superior a 06 (seis) meses, a eleição para preenchimento da vaga deverá ocorrer num prazo mínimo de 15 (quinze) dias e máximo de 30 (trinta) dias do fato gerador;

Art. 27 - Perderá o mandato o membro da *Diretoria Executiva* que deixar de comparecer, sem justa causa, a 03 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou 05 (cinco) alternadas.

Art. 28 - A *Diretoria Executiva*, com as restrições impostas por este Estatuto, terá amplos poderes para praticar todos os atos de gestão e reunir-se-á:

- a) Ordinariamente mensalmente;
- b) Extraordinariamente, sempre que se fizer necessário;
- c) Suas decisões se tomarão por maioria dos votos dos presentes;

Parágrafo Único. A responsabilidade de que trata este artigo prescreverá no prazo de 02 (dois) anos, contados da data da aprovação pela Assembléia Geral, das contas, relatórios e balancetes do exercício que findou seu mandato.

Art. 29 - Os membros da *Diretoria Executiva* não respondem por obrigações contraídas em nome da Associação e pela prática de atos normais de gestão, mas assumem responsabilidade pelos atos e práticas infringindo a Lei ou este Estatuto.

2016, 11/05/2016, Juiz de Direito, João Francisco Amadeu G. F. de S.

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Associação da Comunidade Negra Rural Quilombola de São Miguel - ANERQSAM

MARACAJÚ - MATO GROSSO DO SUL

1º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
Cidade de São Miguel
Instituto
COMARCA DE MARACAJÚ - MS

Art. 30 - Compete à Diretoria Executiva:

- a) cumprir e fazer cumprir as disposições deste Estatuto, bem como Regulamentos e Regimento Interno;
- b) resolver a admissão, readmissão e aplicação de penalidades às pessoas associadas, de acordo com o estabelecido neste Estatuto;
- c) admitir, licenciar e demitir empregados;
- d) criar Diretorias, Comissões, Departamentos, Delegacias e Órgãos, nomeando *ad nutum* seus respectivos titulares;
- e) promover a arrecadação das mensalidades e quaisquer outras rendas, efetuando despesas;
- f) organizar anualmente e apresentar à Assembléia Geral relatório de sua gestão com balanço de receitas e despesa;
- g) aprovar o Regimento Interno da ANERQSAM;
- h) estudar e resolver os casos omissos que lhe sejam submetidos;
- i) contratar quantos profissionais forem necessários dentro da capacidade financeira da Entidade;
- j) celebrar convênios, contratos e estabelecer parcerias;
- k) orientar as associadas no sentido da criação de cooperativas;
- l) administrar os bens e o patrimônio da Entidade;
- m) representar ativa e passivamente judicialmente e extrajudicialmente a ANERQSAM.

Art. 31 - Ao **Presidente**, compete, além de outras atribuições contidas neste Estatuto:

- a) representar a Entidade em todos os atos oficiais, administrativos e judiciários ou nomear quem o represente, inclusive por Mandato Procuratório;
- b) solucionar casos de urgência, levando-os ao conhecimento dos demais membros da Diretoria Executiva, na primeira oportunidade;
- c) executar todos os atos administrativos, cuja iniciativa é de sua exclusiva competência;

Carla Guendler Pereira Japone Amha G. Lato

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

11

Associação da Comunidade Negra Rural Quilombola de São Miguel - ANERQSAM

MARACAJÚ – MATO GROSSO DO SUL

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
Substituto
COMARCA DE MARACAJÚ - MS

- d) presidir as reuniões da Diretoria Executiva, mandando executar suas decisões e inscrever em ata os assuntos tratados;
- d) executar todos os atos administrativos, cuja iniciativa é de sua exclusiva competência;
- e) convocar e presidir Assembléias Gerais e Reuniões da Diretoria Executiva;
- f) cumprir e fazer cumprir as determinações da Assembléia Geral;
- g) juntamente com o (a) Diretor (a) de Finanças, assinar os cheques e demais documentos que digam a respeito aos negócios financeiros da Associação;
- h) apresentar anualmente à Assembléia Geral, o relatório de atividades da ANERQSAM e o respectivo balanço organizado pela Diretoria de Finanças, compreendendo receitas e despesas do exercício anterior;
- i) autorizar a assinatura de contratos de profissionais necessários ao perfeito atendimento das finalidades sociais;
- j) encaminhar à Assembléia Geral os recursos interpostos pelos (as) associados (as);
- k) delegar funções e competências mediante ato expresso;
- l) recorrer à Assembléia Geral das decisões que reputar injustas do Conselho Fiscal;
- m) determinar os pagamentos autorizados de conformidade com este Estatuto e visar todos os documentos relativos a pagamentos, contas e cheques;
- n) assinar carteiras sociais, títulos honoríficos, atos e despachar expedientes que sejam de sua alçada;
- o) constituir advogado(s) ou prepostos para defender os interesses da Entidade.

Art. 32 - Ao Secretário Geral compete, além de outras atribuições contidas neste Estatuto:

- a) auxiliar o Presidente no exercício do cargo, substituindo-o no seu impedimento ou ausência;
- b) superintender e organizar todos os serviços da Entidade;
- c) participar e secretariar as reuniões da Diretoria Executiva;
- d) receber e preparar toda a correspondência da Associação;
- e) despachar com o Presidente o expediente cuja solução seja de sua competência;

Cada qual dos Prepostos, Jorgina, André e Haro

[Assinaturas]

Associação da Comunidade Negra Rural Quilombola de São Miguel - ANERQSAM

MARACAJÚ - MATO GROSSO DO SUL

OFÍCIO NOTARIAL E REGISTRAR
Heloísa
Substituto
COMARCA DE MARACAJÚ - MS

- f) fiscalizar os livros da Secretaria;
- g) dar recibos dos requerimentos de solicitações;
- h) comunicar aos sócios qualquer alteração em sua vida social;
- i) emitir parecer nos expedientes destinados a despachos do Presidente;
- j) providenciar as convocações de reuniões da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal, Conselho Consultivo e das Assembléias Gerais;
- l) auxiliar o Presidente na confecção do relatório anual;
- m) juntamente com o Presidente ou o Diretor (a) de Finanças assinar os cheques e demais documentos que digam respeito aos negócios financeiros da Entidade;
- n) abrir correspondência destinada à Presidência.

Art. 33 - Ao (A) Diretor (a) de Finanças compete:

- a) superintender e organizar todos os serviços da Tesouraria;
- b) ter sob sua guarda e responsabilidade os valores da **ANERQSAM**;
- c) assinar com o (a) Presidente ou Secretário (a), quando em substituição deste, os cheques e guias de pagamento;
- d) efetuar os pagamentos autorizados;
- e) dirigir, organizar e fiscalizar os serviços da Tesouraria;
- f) fornecer mensal e anualmente os balanços de receita e de despesas da **ANERQSAM**.
- g) fiscalizar todos livros da Tesouraria;
- i) manter devidamente ANERQSAMvadas as contra-cópias de cheques e guias de pagamento efetuados;
- j) controlar os créditos e débitos da Entidade e o diário bancário e de caixa;
- l) esclarecer dúvidas suscitadas pelo Conselho Fiscal;
- m) preparar cheques e guias de pagamentos autorizadas;
- n) fornecer esclarecimentos ao Conselho Fiscal, permitindo aos primeiros, o exame de livros e documentos contábeis;
- o) manter devidamente controlado o livro próprio de crédito e débito da Entidade;
- p) manter em dia o controle de pagamento de mensalidades das (os) Associadas (os), relacionando, mensalmente, aquelas em atraso;
- q) manter relacionada a ordem de haveres a cumprir da **ANERQSAM** com as respectivas datas;
- r) organização dos balancetes e relatórios mensais e anuais.

Carla da Graça da Silva Pereira, Joaquina André e Leo

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Quilombola de São Miguel - ANERQSAM

MARACAJÚ - MATO GROSSO DO SUL

SEÇÃO I CONSELHO FISCAL

Art.34 - O Conselho Fiscal compõem de 03(três) membros efetivos e 03 (três) membros suplentes, eleitos, pela Assembléia Geral, a cada 4 (quatro) anos juntamente com a Diretoria Executiva;

Art. 35 - Ao Conselho Fiscal compete:

- a) examinar mensalmente os livros, documentos, balancetes e dar parecer sobre os movimentos econômicos, financeiros e administrativos da Entidade;
- b) fiscalizar o cumprimento das obrigações com quem a ANERQSAM tem deveres e praticar todos os atos que lhe forem atribuídos;
- c) denunciar à Assembléia Geral erros administrativos ou qualquer violação da Lei ou do Estatuto, sugerindo as providências necessárias, inclusive para que possa, em cada caso, exercer plenamente a sua função fiscalizadora;
- d) convocar a Assembléia Geral nos casos previstos no Estatuto ou quando ocorrerem motivos graves e urgentes;
- e) examinar convênios, contratos e parcerias firmadas pela Diretoria, dando seu parecer.

Parágrafo Único. A responsabilidade dos membros do Conselho Fiscal, por atos ou fatos ligados ao cumprimento dos seus deveres, obedecerá às regras que definem a responsabilidade dos membros dos órgãos administrativos.

Art. 36 - O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por trimestre e, quando necessário, extraordinariamente, por solicitação de qualquer de seus membros e por convocação da Assembléia Geral ou do Presidente da Associação, sempre justificadamente.

Art. 37 - O Conselho Fiscal reunir-se-á, solenemente, até 03 (três) dias após sua eleição, para eleger seu Presidente e Secretário, bem como, a ordem de substituição de seus suplentes.

Parágrafo Único. Nenhum de seus membros poderá receber remuneração alguma a qualquer título, qual seja ordenado, abono, gratificação, pró-labore, jeton, exceto ajuda de custo para deslocamento, alimentação e pouso em viagem deliberada pela Assembléia ou Executiva da ANERQSAM.

SEÇÃO II DO CONSELHO CONSULTIVO

Art. 38 - O Conselho Consultivo será formado pelas pessoas mais idosas Associação Negra Rural Quilombola de São Miguel; o Presidente, ex-Presidentes, além dos mencionados, poderão integrar este Conselho Consultivo, pessoas físicas ou jurídicas.

SEÇÃO I
CONSELHO FISCAL
COMARCA DE MARACAJÚ - MS

Com. Quilombola de São Miguel - Associação Negra Rural Quilombola de São Miguel - ANERQSAM
 João de Deus
 ANA
 ANA

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Associação da Comunidade Negra Rural Quilombola de São Miguel - ANERQSAM

MARACAJÚ – MATO GROSSO DO SUL

1º SERVIÇO NOTARIAL REGIONAL
de Mato Grosso do Sul
COMARCA DE MARACAJÚ - MS

personalidades de projeção na esfera pública ou privada que tenham prestado comprovados e efetivos serviços à Comunidade Quilombola.

Parágrafo Único. Este Conselho de caráter consultivo, cujos membros externos à comunidade para integrá-lo, deverão ser aprovados pela Assembléia Geral, que será convocado para assessorar e orientar a comunidade, pela Diretoria Executiva, sempre que houver um assunto de relevada importância

CAPÍTULO V DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Art. 39 - O Patrimônio Social é constituído de bens móveis, imóveis, títulos de renda, donativos, dinheiro em espécie, quaisquer outros valores, cujos montantes serão apurados anualmente, em balanços demonstrativos.

Art. 40 - Os bens imóveis somente poderão ser alienados ou onerados, por deliberação da Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim.

Art. 41 - Os bens móveis, títulos de crédito, ações e obrigações poderão ser vendidos, permutados ou convertidos em outros valores, mediante autorização da Assembléia Geral convocada para essa finalidade.

CAPÍTULO VI DA RECEITA E DAS DESPESAS

SEÇÃO I DA RECEITA

Art. 42 - Considera-se receita da **ANERQSAM**:

- todas as importâncias provenientes da venda de promoções e festivais de prêmios;
- mensalidades pagas pelas associadas e outras contribuições, inclusive indenizações;
- donativos recebidos de pessoas físicas ou pessoas jurídicas privadas ou públicas;
- convênios;
- venda de produtos gerados pelo trabalho das associadas;
- outras receitas que não estiverem especificadas.

Parágrafo Único. A **ANERQSAM** aplica integralmente suas rendas, recursos e eventual resultado operacional na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais no território nacional.

Loreta Giacinto Pereira Joquine Amilii G. Barros

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

[Handwritten signatures and stamps]

Associação da Comunidade Negra Rural Quilombola de São Miguel - ANERQSAM

MARACAJÚ - MATO GROSSO DO SUL

1º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRO
Mato Grosso do Sul
SUBSETO
COMARCA DE MARACAJÚ MS

SEÇÃO II DAS DESPESAS

Art. 43 - Considera-se despesas da **ANERQSAM**

- a) pagamento de impostos, taxas e aluguéis;
- b) salário de empregados e professores, assessorias técnicas e jurídicas contratadas ou credenciadas;
- c) custeio de eventos, festejos, jogos e demais diversões e lazer dos associados;
- d) aquisição de imóveis, móveis, utensílios e materiais de expediente;
- e) no exercício de suas funções, despesas com viagem e alimentação, bem como suas locomoções, os membros da executiva da **ANERQSAM**, Conselhos e representantes designados pela Diretoria, deverão ser reembolsados de eventuais despesas;
- f) gastos com representação do Presidente;
- g) débitos incobráveis;
- h) reembolso de gastos inadiváveis que resultem benefício da Associação;
- i) custeio de obras novas ou conservação do patrimônio da **ANERQSAM**.

§ 1º - No final de cada ano será levado a efeito um inventário do patrimônio, cujo rol será anexado ao balanço do exercício.

§ 2º - Os membros da **Diretoria Executiva**, **Conselho Fiscal** e seus (suas) associados (as), assim como as entidades de apoio que constituem o **Conselho Consultivo**, não responderão nem mesmo subsidiariamente pelas obrigações sociais e financeiras contraídas pela entidade.

CAPÍTULO VII O PROCESSO ELEITORAL

Art. 44 - A cada 4 (quatro) anos serão eleitos, em Assembléia Geral, os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal da ANERQSAM dentre aquelas chapas completas (Diretoria Executiva e Conselho Fiscal) regularmente registradas.

Art. 45 - Cabe à Diretoria Executiva convocar eleição com antecedência mínima de 30 (trinta) dias através de edital, criar a comissão de eleição, com 01 (um (a)) Presidente 01 (um (a)) Secretário e um (a) Mesário (a), não candidatos, bem como fornecer a esta Comissão, a lista dos associados em condições de votar e serem votados.

Art. 46- Os concorrentes às eleições farão registro de suas chapas completas na Secretaria, as quais devem conter os nomes eletivos, inclusive do Conselho Fiscal, até 05 (cinco) dias antes da realização das mesmas.

Parágrafo Único - Em caso de eleição para preenchimento de cargos vagos na Diretoria Executiva ou membros do Conselho Fiscal, será permitido que concorram tantos associados quantos desejem, reduzindo o prazo para 03 (três) dias.

Cal do Conselho Recurso Equivo - Paulo & João
 REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Quilombola de São Miguel - ANERQSAM

MARACAJÚ - MATO GROSSO DO SUL

SERVIÇO NOTARIAL REGISTRAL
 Medon P. de
 Substituto
 COMARCA DE MARACAJÚ - MS

Art. 47 - Para concorrer às eleições é necessário que o associado da comunidade quilombola preencha os seguintes requisitos:

- a) ser maior de 18 (dezoito) anos de idade;
- b) ser da comunidade negra quilombola e pertencer à categoria de Contribuintes e ou Fundadores;
- c) possuir bons antecedentes criminais;
- d) ser associado (a) até há 30 (trinta) dias consecutivos até a data da eleição;
- e) estar quites com os cofres da Entidade;

Art. 48 - As chapas que concorrerão às eleições deverão estar inscritas, junto a Secretaria, até as 16h00m do 5º(quinto) dia útil antes da eleição, após serão publicados os nomes dos componentes das chapas;

Art. 49 - São inelegíveis:

I - Os membros da Diretoria Executiva que não tiverem suas contas aprovadas pelo Conselho Fiscal;

II - Associados (as) que exercerem atividades consideradas prejudiciais à entidade ou houverem praticado atos que colidam com seus objetivos.

g) - as impugnações sobre a formação das chapas poderão ser apresentadas impreterivelmente até 72(setenta e duas) horas antes da eleição;

h - a Comissão de Eleição terá 24 (vinte e quatro) horas após a impetração do pedido de impugnação, para acatar ou rejeitar a impugnação;

i) - a chapa ou chapas impugnadas poderão ser alteradas e regularizadas 24 (vinte e quatro) horas, após o acatamento da impugnação, a que se refere à alínea anterior, não participando da eleição, aquelas que não se regularizarem neste prazo.

Art. 50 - Os cargos de Presidente(a), Vice Presidente(a), Secretário(a) Geral, 1º Secretário(a), Diretor(a) Financeiro e 1º Tesoureiro(a) e Conselho Fiscal são privativos dos (as) associados (as) *Associação Negra Rural Quilombola de São Miguel*, as chapas devem assegurar no momento de sua constituição a participação de no mínimo 1/3(um terço) de pessoas do sexo feminino).

Art. 51 - A votação para Diretoria Executiva e Conselho Fiscal será feita na sede social da entidade ou em outro local, com data e hora estabelecido pela direção conforme específica o artigo 45 deste Estatuto.

§1º - A votação será de modo universal por escrutínio secreto e voto direto se houver mais de uma chapa inscrita, e por aclamação se for chapa única;

§2º - Será permitida indicação de tantos fiscais quanto sejam as chapas concorrentes e urnas existentes no local, permitindo um suplente por titular indicado;

§3º - A indicação de fiscais para acompanhamento da votação e apuração, bem como seus suplentes, deverá recair obrigatoriamente em sócios na plenitude de seus direitos sociais;

José Roberto Camargo de Souza
 OAB/MS Nº 5.422

15

Carla que mais a preencheu Joaquim Amêlio G. F. de

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Quilombola de São Miguel - ANERQSAM

MARACAJÚ - MATO GROSSO DO SUL

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRO
 Substituído
 COMARCA DE MARACAJÚ-MS

Art. 52 - O Presidente da Assembléia convidará, dentre os presentes, os escrutinadores para apuração dos votos, os quais, bem como os fiscais não deverão estar participando das chapas eletivas.

Art. 53 - A contagem dos votos será feita por chapas completas e proclamada eleita a que tiver maioria dos votos;

Parágrafo único. Ocorrendo empate será considerada eleita a chapa encabeçada pelo candidato a Presidente mais idoso;

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 54- A Diretoria Executiva da **ANERQSAM** não assumirá responsabilidades por iniciativa tomada isoladamente pelos associados (as).

Art. 55 - A gratuidade dos cargos eletivos e nomeados *ad nutum*, ressalvada a hipótese conforme legislação em vigor, de afastamento do trabalho, desemprego e prestação de serviços autônomos, sendo nestes casos a gratificação estipulada, levar em consideração, os parâmetros da categoria profissional.

Art. 56 - *Associação da Comunidade Negra Rural Quilombola de São Miguel - ANERQSAM*, somente poderá se extinguir quando não mais preencher as suas finalidades e por decisão unânime da *Assembléia Geral Extraordinária* convocada com essa finalidade.

Parágrafo Único. Na hipótese deste artigo, seus bens e haveres serão doados a uma Instituição congênere ou de caráter de assistência social, beneficente ou filantrópica, registrada no *Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS*, ou a uma entidade pública, a critério da Instituição.

Art. 57 - Os cargos de Diretores, Conselheiros e demais cargos nomeados *ad nutum* não serão remunerados.

Art. 58 - É vedado à *Diretoria Executiva* da **ANERQSAM** ou qualquer de seus membros contribuir, às custas do cofre social, para quaisquer fins estranhos aos objetivos da Associação.

Art. 59 - *Conselho Fiscal* não poderá de forma alguma influir na consecução das finalidades sociais;

Art. 60 - Este Estatuto poderá ser reformado, alterado ou mudado a qualquer tempo por proposta aprovada pela Assembléia Geral devidamente justificada.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 61 - Enquanto não forem elaborados e aprovados o Regimento Interno da **ANERQSAM**, a associação será dirigida com base exclusiva neste Estatuto.

Roberto Camargo de Souza
 MS N° 5.422/

16

Carlos Gonçalves Pereira, Joaquina Amêlie G. Hous

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS FÍSICAS

MARACAJÚ – MATO GROSSO DO SUL

COAR/MS Nº. 422
Heden Aniz
Substituto
COMARCA DE MARACAJÚ - MS

Art. 62- Todas despesas efetuadas pela Diretoria, Conselhos ou Departamentos referentes a viagens ou representações, ficam sujeitas a relatórios nos quais deverão ficar especificada a natureza e o objetivo das mencionadas despesas.

Art. 63 - Os casos omissos ou não previstos neste Estatuto, serão submetidos à deliberação de Assembléia Geral, especialmente convocada para este fim.

Art. 64 – O presente Estatuto entrará em vigor na data de sua aprovação devendo ser registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos das Pessoas Jurídicas desta Comarca.



Maracajú/MS, 15 de dezembro de 2013

Jorge Henrique Gonçalves Flores
Presidente

Demerval Pereira Lima
Secretário Geral

Joaquina Amélia G. Flores
Diretora de Finanças

Joaquina Amélia G. Flores

[Signature]

José Roberto Camargo de Sousa
CAR/MS Nº. 422

[Signature]

em la geral de Pereira, Joaquina Amélia G. Flores

PRIMEIRO SERVIÇO REGISTRAL E NOTARIAL
Rua 11 de Junho, 250 - Centro - CEP 79100-000 - Maracajú - MS
Fone: (51) 3424-1498 e-mail: cartorio@cartorio.com.br

RECONHECIMENTO POR SEMELHANÇA A(S) FIRMADA(S) DE JORGE HENRIQUE GONÇALVES FLORES - CARTÃO Nº. 21030 (SELO DIGITAL ASK80148 - 426)

EMOL: R\$0,00 + FUNJEC 10% R\$0,00 + ISSQN R\$0,25 = R\$0,25
MARACAJU, MS, 17/02/2014 - Consulte www.tjms.jus.br



PRIMEIRO SERVIÇO REGISTRAL E NOTARIAL
Rua 11 de Junho, 250 - Centro - CEP 79100-000 - Maracajú - MS
Fone: (51) 3424-1498 e-mail: cartorio@cartorio.com.br

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
Protocolo Nº: 18180
Data: 17/02/2014
Ave-Seg: Nº. AV - 2 - 831
Data: 17/02/2014
Livro: A-B Folha: 222/230
Selo Digital: A/GK79464 - 766
O Oficial

Emolumentos	R\$ 37,00
Funjecc 10%	R\$ 3,70
Funjecc 3%	R\$ 1,11
Funjecc	R\$ 0,00
ISSQN	R\$ 1,00
Outros	R\$ 42,00

Consulte: www.tjms.jus.br



ANEXO C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa de duas pesquisas:

- A Construção da Visibilidade da Agricultura Familiar: Estudo de Caso na Comunidade Negra Colônia de São Miguel;
- Comunidade Quilombola São Miguel: entre quilombismo e abundância frugal pela descolonização.

A JUSTIFICATIVA:

Esse estudo tem por objetivo estudar na Comunidade Negra Colônia de São Miguel suas dinâmicas de grupo, a relação prática que se estabelece com as teorias do quilombismo, descolonização e abundância frugal, inspiradas no estudo etnográfico da família e os meios que geram renda provenientes da agricultura familiar. As pesquisas estão sendo realizadas em conjuntos compreendendo e vivenciando as dinâmicas do território, constituição e permanência, relações de pertencimento e uma reflexão sobre a visibilidade da comunidade diante dos programas direcionados para a agricultura familiar que são desenvolvidos nesse território.

OS OBJETIVOS E OS PROCEDIMENTOS:

Por objetivo geral pretende-se identificar o lugar, o estudo da família e suas práticas de convivência e pertencimento ao lugar, e posteriormente analisar as práticas realizadas por meio da agricultura familiar que geraram desenvolvimento para o lugar após a inserção de políticas públicas. Ambicionamos observar com rigor, enfocando a partir de teorias procedentes e triangulando com exposição de situações reais, observadas e vividas segundo as relações existentes dentro da comunidade, suas relações de poder entre si e entre os agentes públicos locais.

DESCONFORTOS E RISCOS E BENEFÍCIOS:

Não há previsão de desconfortos ou riscos à amostra.

GARANTIA DE ESCLARECIMENTO E LIBERDADE DE RECUSA:

Você será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Os pesquisadores irão tratar a sua identidade com padrões profissionais, respeitando a prática da vivência na comunidade. Pedimos autorização para entrevistar, fotografar, filmar e observar por meio de anotações, a forma social com que a sua comunidade e família vivem. Os resultados obtidos por intermédio dos depoimentos, entrevistas livres, fotos/filmagens e entrevistas serão enviados para você e permanecerão identificados com o propósito de dar voz e nome a comunidade pesquisada, inclusive na versão final do trabalho apresentado. Seu nome ou o material que indique a sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você e sua comunidade serão identificados (a/s) nas publicações que possa resultar deste estudo somente para fins científicos.

CUSTOS DA PARTICIPAÇÃO, RESSARCIMENTO E INDENIZAÇÃO POR EVENTUAIS DANOS:

A participação no estudo não acarretará custos para você que é voluntária, não lhe disponibilizando, portanto, nenhum tipo de compensação financeira.

DECLARAÇÃO DO(A) PARTICIPANTE

Eu, _____, residente à Comunidade Negra Colônia de São Miguel, fui informado (a) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e motivar minha decisão se assim o desejar. Os pesquisadores certificaram-me de que todos os dados desta pesquisa serão utilizados com fins científicos.

Também sei que caso existam gastos adicionais, estes não serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa. Em caso de dúvidas poderei chamar os mestrandos João Alberto Mendonça Silva e Lucélia da C. N. Tashima, no telefone (67) 9916 – 2428, Campo Grande - MS.

Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

NOME²⁵: _____

CPF: _____ **DATA:** ____ / ____ / ____

ASSINATURA

²⁵ Social ou Oficial (de registro).